

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

ANDRÉ WILSON PAULA DE SOUZA

**HISTÓRIA PÚBLICA E LITERATURA:
AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DOS BANDEIRANTES E DA
SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA NOS ROMANCES DA
COLEÇÃO SARAIVA (1948-1961)**

**CAMPO MOURÃO
2024**

ANDRÉ WILSON PAULA DE SOUZA

**HISTÓRIA PÚBLICA E LITERATURA:
AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DOS BANDEIRANTES E DA
SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA NOS ROMANCES DA
COLEÇÃO SARAIVA (1948-1961)**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Memórias e Espaço de Formação
Área de Concentração: História Pública
Orientador: Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva

**CAMPO MOURÃO
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Souza, Andre Wilson Paula

História Pública e Literatura: As representações acerca dos bandeirantes e da sociedade colonial brasileira nos romances da coleção Saraiva (1948-1961) / Andre Wilson Paula Souza. -- Campo Mourão-PR, 2024.

117 f.

Orientador: Ricardo Tadeu Caires Silva.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. História Pública. 2. Literatura. 3. Bandeirantes. I - Silva, Ricardo Tadeu Caires (orient). II - Título.

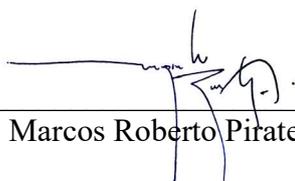
ANDRÉ WILSON PAULA DE SOUZA

**HISTÓRIA PÚBLICA E LITERATURA:
AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DOS BANDEIRANTES E DA SOCIEDADE
COLONIAL BRASILEIRA NOS ROMANCES DA COLEÇÃO SARAIVA (1948-1961)**

BANCA EXAMINADORA



Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva (orientador) – Programa de Pós-Graduação em História Pública/Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Dr. Marcos Roberto Pirateli – Universidade Estadual do Paraná – Unespar

Documento assinado digitalmente

gov.br

EDER DA SILVA NOVAK

Data: 26/06/2025 15:19:01-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Éder da Silva Novak – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Data de Aprovação
18/12/2024
Campo Mourão - PR

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, gostaria de falar um pouquinho da estrada até aqui, pois são raras as vezes em que nos permitimos mencionar sobre o que fazemos, as atividades que realizamos, sejam elas de que natureza forem. Assim como também são raras as vezes que paramos para refletirmos sobre o trabalho de alguém. Quantas foram as vezes que, ao nos depararmos com uma escultura, por exemplo, nos indagamos: Será que este profissional conseguiu esculpir esta obra de forma tranquila? Será que todos os materiais que necessitava estavam ao seu dispor? Será que contou com ajuda de alguém ou traçou seu caminho só? Essas indagações, aplicam-se não apenas ao exemplo citado, mas a toda e qualquer atividade humana, inclusive à elaboração de um trabalho acadêmico, como este que aqui lhes apresento.

Seguindo por esse caminho, digo a todos, sem nenhum pudor, que este trabalho foi construído muito mais sobre lágrimas do que sorrisos. Não foram poucas as vezes em que pensei em desistir; entretanto, toda vez que cogitei, fui amparado por muitos que acreditaram mais em mim do que eu mesmo e, assim, continuei. Continuei, mas não antes de confrontar o meu algoz, o inevitável e temido “tempo”.

Todos sabemos que o tempo é relativo. Um minuto, para muitos, significa uma eternidade; para outros, uma vida inteira é um sopro! Contudo, nunca na história da humanidade essa relatividade do tempo esteve tão passiva de questionamento como na era em que vivemos. Os avanços tecnológicos e a nova divisão social do trabalho aceleraram o tempo de tal maneira que, hoje, os pais não têm tempo para os filhos, assim como os filhos não têm tempo para os pais.

Se nem mesmo as relações sociais mais simples escapam às implicações desses novos tempos, quem dirá o conhecimento que, mais do que qualquer outro, precisa de tempo. Tempo este, que não é mais o mesmo, embora nunca tenha mudado.

Dito isso, gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus, o Deus de Espinoza, aquele que me compreende, que não me julga por minhas imperfeições, mas, ao contrário, me ama e me aceita assim como sou.

Gostaria de agradecer, a minha família, pela paciência, pelo carinho, amor e respeito. Enfim, pelo total apoio que me deram ao longo dessa jornada.

Ao professor Roberto Leme Batista, a quem devo muito, grande pessoa, o primeiro a me dar uma oportunidade no universo acadêmico. A você, professor, meu muito obrigado! Também gostaria de externar meus agradecimentos aos professores Éder da Silva Novak e

Marcos Roberto Pirateli que, ao integrarem a banca de qualificação do trabalho, apresentaram importantes sugestões para o trabalho que ora se conclui.

E, por fim, gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador, professor Ricardo Caires pela oportunidade, atenção, dedicação e paciência. Muito obrigado por ser este ser humano fantástico.

“No fim tudo dá certo, se não der certo é porque
ainda não chegou ao fim”

(Fernando Sabino)

RESUMO

SOUZA, André Wilson Paula de. **HISTÓRIA PÚBLICA E LITERATURA: As Representações Acerca dos Bandeirantes e da Sociedade Colonial Brasileira nos Romances da Coleção Saraiva entre (1948-1961)**. 2024. 117f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2024.

O presente trabalho teve por objetivo discutir os usos da literatura de cunho histórico na divulgação de representações sobre os bandeirantes e sobre a sociedade colonial brasileira, a partir da análise dos romances da *Coleção Saraiva*, *Borba Gato* (1955) e *Gigante de Botas* (1961). Nesse sentido, busquei problematizar a literatura como meio de difusão do conhecimento histórico e de suas representações para o grande público, em uma época em que a mídia impressa se constituía como a principal forma de disseminação de informação e conhecimento no Brasil. Sobretudo, procurei debater sobre a construção da figura do bandeirante enquanto herói, partindo da premissa de que, embora tenha sido a historiografia oficial cunhou a figura mítica do bandeirante, foram os livros didáticos e, em especial, a literatura romanesca os grandes responsáveis por sua popularização. Logo, tais obras contribuíram, tanto politicamente quanto ideologicamente, para com uma determinada elite, uma vez que compactuou com a historiografia subordinada a tal força da época. Para o desenvolvimento deste estudo, adotei como referencial teórico-metodológico os pressupostos da Nova História Cultural, em especial os aportes do historiador francês Roger Chartier, por meio dos conceitos de representação e apropriação, assim como da historiografia que discute o período colonial e a História Pública.

Palavras-chave: Literatura. História Pública. Bandeirantes.

ABSTRACT

SOUZA, André Wilson Paula de. **PUBLIC HISTORY AND LITERATURE: Representations of the Bandeirantes and Brazilian Colonial Society in the Novels of the Saraiva Collection between (1948-1961)**. 2024. 117p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2024.

This study aimed to discuss the uses of historical literature in disseminating representations of the bandeirantes and Brazilian colonial society, based on the analysis of two novels from the Coleção Saraiva — *Borba Gato* (1955) and *Gigante de Botas* (1961). In this regard, I sought to problematize literature as a means of disseminating historical knowledge and its representations to the general public at a time when print media was the primary vehicle for the dissemination of information and knowledge in Brazil. Above all, I intended to reflect on the construction of the bandeirante figure as a hero, starting from the premise that, although it was official historiography that shaped the mythical image of the bandeirante, it was the school textbooks and, especially, historical novels that played a key role in popularizing this figure. Thus, such works contributed both politically and ideologically to the interests of a particular elite, as they aligned themselves with a historiography subordinated to the dominant forces of that period. For the development of this study, I adopted as a theoretical-methodological framework the principles of the New Cultural History, particularly the contributions of French historian Roger Chartier, through the concepts of representation and appropriation, as well as historiographical studies concerning the colonial period and Public History.

Keywords: Literature. Public History. Bandeirantes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Luís XVI em indumentária real.	24
Figura 2 - Estátua de bronze- Manuel de Borba Gato, de Nicola Rollo.....	25
Figura 3 - Ciclo da Caça ao Índio. Óleo sobre tela de Henrique Bernardelli, 1925.....	26
Figura 4 - Romance Gigante de Botas. Ofélia e Narbal Fontes, 1961	45
Figura 5 - Benedito Calixto. Domingos Jorge Velho e o loco-tenente Antônio Fernandes Abreu, 1993,óleos/tela, 140 x 99 cm.	48
Figura 6 - Capa da obra Gigante de Botas Ofélia e Narbal Fontes, 1961	49
Figura 7. Monumento em homenagem a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera.	52
Figura 8 - Romance Borba Gato. Barros Ferreira, 1955	69
Figura 9 - Estátua de Borba Gato – em Sabará/MG – localizado ao centro histórico da cidade - próximo ao Rio das Velhas.....	80
Figura 10 - Monumento às bandeiras, de Victor Brecheret, 1953.....	83
Figura 11 - Monumento às bandeiras, de Victor Brecheret, 1953.....	84
Figura 12 - Borba Gato.....	85
Figura 13 - Monumento às bandeiras pichado.....	89
Figura 14 - Limpeza do monumento	91
Figura 15 - Monumento pichado	92
Figura 16 - Estátua de Borba Gato amanhece pichada.....	93
Figura 17 - Estátua de Cristóvão Colombo	96
Figura 18 - Estátua de Edward Colston.....	96
Figura 19 - Estátua de Leopoldo II.....	97

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Principais bandeiras realizadas no Brasil durante os séculos XVII e XVIII..... 46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Reportagens.....	98
Quadro 2 - Reportagens.....	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: BANDEIRANTISMO: História e Historiografia.....	18
1.1 De Sertanistas a Bandeirantes: a construção do mito nacional	19
1.2 Uma outra história bandeirante.....	31
CAPÍTULO 2: AS REPRESENTAÇÕES DOS PAULISTAS E DA SOCIEDADE COLONIAL NOS ROMANCES BORBA GATO E GIGANTE DE BOTAS	41
2.1 A novela histórica: Gigante de Botas.....	45
2.2 Gigante de Botas	46
2.2.1 A Novela histórica: Borba Gato	69
2.2.2 Borba Gato	70
CAPÍTULO 3: REVISITANDO A MEMÓRIA PÚBLICA DOS BANDEIRANTES.....	83
3.1 Os protestos contra os monumentos em homenagem aos bandeirantes.....	88
3.2 Com a palavra os especialistas	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

Fundada em 1917 pelo português Joaquim Inácio da Fonseca Saraiva¹, a editora que carrega o sobrenome de seu fundador publicou, em seus primeiros anos de existência, quase exclusivamente obras na área jurídica. Contudo, a partir da década de 1940, a empresa diversificou seu campo de atuação com a criação de um clube do livro próprio, lançando mensalmente livros a preços acessíveis, com uma média de tiragem de 50 mil exemplares por edição², com o intuito de estimular a leitura entre as classes populares (Hallewell, 2005).

Pioneira na ampliação e difusão da literatura para o grande público, entre os anos de 1948 a 1972, a Saraiva lançou nada menos que 283 obras. Entre elas, algumas abordavam temas da história brasileira, embora escritas em formato romaneado. Dentre os temas de destaque, estavam a figura do sertanista e a sociedade colonial. Ao consumi-las, o leitor tinha acesso a uma determinada visão sobre o movimento conhecido por *bandeiras* ou *bandeirantismo* (Davidoff, 1982). Como exemplo de títulos, citam-se: *Borba Gato*, escrita por Ferreira Barros e publicada em 1955; *O mameluco Boaventura* (1962), de Eduardo Frieiro; *Ouro, prata e Brasil* (1965), de S. Suannes; *Garimpos do Mato Grosso*, de Hermano Ribeiro da Silva (1954) e *Gigante de Botas* (1941), de Ofélia e Narbal Fontes.

Motivados pelo conhecimento dessas obras, decidimos investigar mais sobre o tema e nos deparamos com as seguintes questões: até que ponto tais obras influenciaram a concepção histórica dos brasileiros acerca destes fatos? As visões difundidas nos romances estavam em consonância com a produção historiográfica do período? Podemos considerar tais obras como uma forma de História Pública?

Acreditamos que sim. Nesse sentido, esta dissertação teve por objetivo discutir os usos e abusos da literatura de cunho histórico na divulgação pública de determinadas representações sobre os sertanistas paulistas e da sociedade colonial brasileira, tomando como referência os

¹ Em 1914, Joaquim Inácio da Fonseca Saraiva abandonou a direção do jornal da colônia portuguesa no Rio de Janeiro e decidiu transferir-se para São Paulo, onde comprou uma biblioteca de livros jurídicos e montou um pequeno sebo no Largo do Ouvidor. Era fundada, então, a famosa Livraria Saraiva, cujo primeiro nome foi *Livraria Acadêmica*. Nascido em Portugal, este ex-estudante de Direito apaixonado por livros, por jurisprudência e detentor de bom papo, logo fez amizades com professores e alunos do curso de Direito. Devido a sua influência entre estes, ganhou o título de conselheiro. Ver Guimarães, Rosângela Maria Oliveira. “Editoras Saraiva e Clube do Livro: considerações sobre seus projetos populares de leitura e a presença do romance-folhetim de Alexandre Dumas”. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC *Tessituras, Interações, Convergências*, USP – São Paulo, Brasil, 13 a 17 de julho de 2008.

² Sobre o *boom* da indústria editorial no Brasil, ver em: Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, editora Edusp, 1995.

romances históricos *Borba Gato* (1955) e *Gigante de Botas* (1961), publicados pela coleção da editora Saraiva em meados do século XX³.

A hipótese que norteou este trabalho é a de que a literatura romanesca produzida pela Editora Saraiva contribuiu para a difusão de uma concepção historiográfica que via o sertanista ou bandeirante como o agente responsável pelo progresso da sociedade paulistana, colaborando, assim, para a sua “mitificação” enquanto agente “civilizador”. Não à toa, o Estado de São Paulo adotou oficialmente essa narrativa mitificada dos bandeirantes como principal elemento de sua identidade regional (Cerri, 1997). Vale lembrar que algumas das principais rodovias do estado foram nomeadas em referência a personagens históricos ligados ao tempo das bandeiras, a exemplo das rodovias Anchieta, Anhanguera, Bandeirantes, Fernão Dias, Raposo Tavares, entre outras. Além disso, diversos monumentos estão espalhados não apenas pelas nas vias públicas de São Paulo, mas também em diferentes estados brasileiros, como Goiás, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Essas representações também foram incorporadas aos livros didáticos e a outras produções culturais, reforçando a imagem mitificada dos paulistas como heróis.

A literatura passou a integrar o rol de fontes privilegiadas para a análise histórica, sobretudo a partir da década de 1970, com o advento da chamada História das Mentalidades e da Nova História Cultural (Burke, 1990).

Desde então,

[...] os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo (Ferreira, 2012, p. 61).

De lá para cá,

A pesquisa histórica tem contribuído justamente para a compreensão dos modos como a literatura foi concebida, particularizada em relação a outras expressões orais ou escritas, transmitida, lida, compartilhada ou apropriada pelos diferentes grupos sociais de diversas épocas e sociedades. E, sobretudo, para o entendimento dos distintos papéis que, ao longo do tempo, ele desempenhou na existência dos seres humanos, em suas várias dimensões sociais ou subjetivas (Ferreira, 2012, p. 68).

³ Devido aos limites de tempo para a realização desta pesquisa optamos somente pela análise das obras referenciadas.

Considerando que o objetivo central desta pesquisa é discutir os usos e abusos da literatura de cunho histórico na divulgação de representações sobre os bandeirantes e a sociedade colonial brasileira, buscamos apoio teórico e historiográfico em autores e obras que fazem da literatura uma fonte privilegiada de suas análises (Sevcenko, 1999; Ferreira, 2002). Além disso, recorreremos também à Teoria Literária para a análise dos elementos propícios a este universo, tais como a composição dos personagens, o foco narrativo, a linguagem metafórica, as noções de tempo e espaço na narrativa etc. (Maingueneau, 2006).

Assim, para analisar a obra *Borba Gato*, da Coleção Saraiva utilizei como referencial teórico as contribuições da Nova História Cultural, em especial os estudos do historiador francês Roger Chartier, para quem o objetivo maior da história cultural é compreender “o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p. 23).

Acreditamos que alguns dos conceitos utilizados por Chartier, como os de “representação social”, “apropriação” e “circularidade”, são fundamentais para a compreensão e análise de como a literatura de cunho histórico era consumida pelos leitores brasileiros de meados do século XX. Além disso, dialogamos com a historiografia sobre a temática do bandeirismo ou bandeirantismo (Davidoff, 1982; Volpato, 1991; Abud, 1989; Monteiro, 1994; dentre outros) e com os estudos de História Pública (Malerba, 2020; Mendonça, 2015; Santhiago, 2016).

Embora nossa pesquisa aponte alguns reflexos dos desdobramentos da história dos bandeirantes a partir da introdução de uma narrativa contra hegemônica, não adentraremos neste momento, na seara dos estudos da história do tempo presente, sobretudo em função das limitações impostas pelo recorte temporal da pesquisa.

Como não há aqui a pretensão de esgotar toda análise que envolve essa temática, nada nos impede de, em outro momento, darmos continuidade a essa investigação, incorporando esse viés.

O texto está estruturado em três capítulos. No primeiro, realizamos uma discussão de como a figura do bandeirante foi forjada e mitificada pela historiografia e pelo poder público, especialmente pelo Estado de São Paulo.

No segundo capítulo, buscamos destacar como a literatura se tornou uma das formas privilegiadas para difusão das representações mitificadas dos bandeirantes. É nessa seção que analisamos as obras da Coleção Saraiva, difundidas entre as décadas de 1940 e 1960.

Por fim, no terceiro e último capítulo, nos dedicamos a debater as recentes manifestações de contestação aos monumentos públicos em homenagem aos bandeirantes. Com

a difusão das novas abordagens historiográficas, a partir dos anos 1990, os livros didáticos passaram a contemplar a história dos vencidos, ou seja, a das populações indígenas, trazendo à tona uma história de violência até então omitida, contra estes povos, bem como seu protagonismo nas relações sociais com os bandeirantes. Além disso, a atuação dos movimentos sociais locais tem se somado às manifestações internacionais que questionam a presença de estátuas de traficantes de escravizados e outras personagens ligados à colonização nas Américas. Essas ações têm promovido a discussão pública sobre como os espaços urbanos contribuem para a preservação de determinadas versões históricas, reforçando a relevância de determinadas memórias em detrimento de outras.

CAPÍTULO 1

BANDEIRANTISMO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

O tema bandeirante é, sem dúvidas, um dos mais discutidos pela historiografia brasileira. O interesse em narrar as expedições dos sertanistas paulistas, exaltando seus feitos, surge a partir das descobertas de ouro nas Minas Gerais, no final do século XVIII, praticamente dois séculos após as primeiras jornadas dos homens de Piratininga pelo sertão⁴. Contudo, foi no apagar das luzes do século XIX e início do século XX que o sertanista adquiriu aura de herói, tornando-se símbolo maior de uma nação em construção e, sobretudo, de uma oligarquia que reivindicava para si o direito de governança com base na ancestralidade. Nesse sentido, os paulistas empenharam-se na construção de uma ideologia que fizesse com que seus interesses particulares fossem percebidos como os interesses de toda a nação. Assim, passaram a ser associados, por meio da atuação de seus intelectuais orgânicos⁵, à figura mítica do sertanista. Desde então, passaram a ser referenciados como *bandeirantes* nas páginas dos livros de história e em diversas outras produções culturais.

A partir da década de 1920, iniciou-se uma verdadeira cruzada em defesa do bandeirismo. Conforme salienta Luiza Volpato:

Durante a década de 20 o governo estadual paulista estimulou e financiou projetos de pesquisa sobre o tema das bandeiras. Ao mesmo tempo, publicou documentos sobre o assunto, como a obra *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica* de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (escrita no século XVIII, com o objetivo de enaltecer os feitos bandeirantistas) e os inventários dos bandeirantes. Estes estímulos surtiram efeitos e foram editados diversos trabalhos sobre o bandeirismo, entre eles a mais volumosa obra sobre o assunto, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, de Affonso d'E Taunay (Volpato, 1991, p. 19).

Desse modo, tais obras divulgavam valores próprios à sociedade paulista, que se consolidou no início da República, em 1889, impulsionada pelo progresso advindo do café e da industrialização. A partir de então, São Paulo assumiu para si a tarefa de conduzir os destinos econômicos e políticos do país. Ou seja, a publicação dessas obras atendia a uma clara função

⁴ Segundo Nunes (2014, p. 22-23) “A palavra sertão nem sempre foi sinônimo de terra seca, pouca água, infertilidade; outrora fora utilizada apenas para designar as regiões mais afastadas do litoral ou das grandes metrópoles.” É nesse sentido que a palavra deve ser entendida nesse trabalho.

⁵ Para Gramsci (2001), o intelectual que se mantém ligado à sua classe social agindo como porta-voz da mesma é um intelectual do tipo orgânico. Sua função é criar junto à sociedade uma consciência na qual esteja sempre em consonância com os interesses da classe pertencente.

política e ideológica, na medida em que estava alinhada às propostas da historiografia comprometida com os interesses das autoridades paulistas⁶.

Assim como os livros didáticos do período, a veiculação desses romances, escritos em uma linguagem acessível e prazerosa, contribuiu para consolidar a visão mítica que, ainda hoje, milhares de brasileiros possuem dos bandeirantes como homens heroicos, quase dotados de poderes sobrenaturais. Não por acaso, a partir de então, os bandeirantes passaram a ocupar os espaços públicos, seja nomeando ruas, avenidas e rodovias, seja materializado em estátuas e monumentos, como é o caso da escultura de Borba Gato — recentemente incendiada por ativistas em ato de contestação⁷.

Partindo dessa premissa, o objetivo deste capítulo é apresentar ao(à) leitor(a) como se deu o processo de transformação do sertanista paulista (homem comum) na figura do bandeirante enquanto “herói nacional”.

1.1 De sertanistas a bandeirantes: A construção do mito nacional.

Nem sempre o sertanista paulista gozou de prestígio como personagem histórico. Longe disso, os primeiros relatos sobre os homens de Piratininga, ainda no período colonial, revelam outra face bastante distinta daquela construída posteriormente. Diversas menções feitas por padres jesuítas, entre os séculos XVI e XVII, os acusando de serem profanadores e assassinos de indígenas⁸.

A Vila de São Paulo acha-se fundada ao Sul. [...] Os moradores daquela vila são castelhanos, portugueses e italianos, e gente de outras nações, aos quais ali agregou a vontade de viverem com liberdade e desafogo, e sem qualquer aprêmio da justiça. E seu "instituto" (norma consagrada!) destruir o gênero humano, matando a seres humanos, se estes, para fugirem da miserável escravidão em que os põem, lhes escapam.

Passam dois ou três anos nesta caça de gente, como se fossem bestas ou bichos. [...] Entrou essa gente, pior que "alarbes" em nossas reduções: cativando, matando e despojando altares [...] Pouco depois entraram a som de caixa e em ordem militar nas duas reduções de Santo Antônio e São Miguel, destroçando índios a machadadas. Os pobres dos índios com isso se

⁶ Neste trabalho, nos referiremos a historiografia que cunhou a imagem heroicizada dos sertanistas ora por historiografia oficial, ora historiografia tradicional, uma vez que, a narrativa construída por esses intelectuais atravessou todo o século XX como versão quase que incontestável sobre estes homens.

⁷ Ver: <https://www.cafehistoria.com.br/borba-gato-e-o-passado-colonial-brasileiro/>

⁸ Antônio Ruiz de Montoya, Francisco Jarque e Pierre – François – Xavier de Charlevoix são alguns dos nomes jesuítas que durante o século XVII contribuíram para a construção da chamada “lenda negra” escreveram inúmeras cartas a coroa e ao papa denunciando a violência dos paulistas contra indígenas e clérigos. Sobre a chamada lenda negra, ver Souza (2010) e Schneider (2016).

refugiaram na igreja, onde os matavam - como no matadouro se matam vacas (Montoya, 1997, p.141-142).

Contudo, nem todos os membros do clero eram contrários ao cativo.

Afinal de contas, todos - excluindo os índios, é claro - concordavam que a dominação nua e crua proporcionaria a única maneira de garantir, de uma vez por todas, o controle social e a exploração econômica dos indígenas (Monteiro, 1995. p.41).

Nesse sentido, a exploração do trabalho indígena não era a questão central. O motivo do desentendimento entre clérigos e paulistas residia na disputa pela mão de obra, ou seja, na definição de quem detinha o direito de explorar o trabalho dos povos originários.

Se, por um lado, os padres espanhóis produziram vasta documentação, segundo a historiadora Kátia Abud, nada foi escrito pelos primeiros paulistas, seja para se defenderem das acusações que lhes eram imputadas, seja para descreverem as empreitadas rumo ao interior do continente americano. Talvez, por se tratar de iniciativas de interesse particulares, não houvesse preocupação em registrar tais eventos, ou, quem sabe, pelo fato de tais descrições configurassem uma confissão de culpa, uma vez que existiam leis que protegiam os povos originários e que suas ações eram constantemente questionadas pelos clérigos⁹. Fato é que a resposta para essa questão só viria à tona com a descoberta das minas de ouro e a necessidade de legitimar a sua posse por parte dos paulistas, “A descoberta das minas e sua exploração obrigaram que os testemunhos se fizessem no sentido de garantir a propriedade aos que se julgavam legítimos donos”, necessidade que não existia no período seiscentista, quando a riqueza advinha majoritariamente das lavouras e outras atividades. Portanto, não era segredo para ninguém (Abud, 2019, p. 62).

Os primeiros cronistas a relatarem as aventuras dos sertanistas paulistas foram Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714–1777) e Frei Gaspar da Madre de Deus (1715 – 1800)¹⁰.

⁹ A lei de 1570 proclamava a liberdade dos índios, permitindo, no entanto, o seu cativo em caso de *guerra justa*, determinada pelo governador-geral, ou ainda o seu resgate em determinadas situações. Sobre a legislação indigenista, THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*. São Paulo: Ed. Loyola, 1982; PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séc. XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 115-132. Sobre a transição para a escravidão africana, SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁰ Entre as obras de mais destaque destes dois autores estão: *Nobiliarquia Paulistana, História e Genealogia; História da Capitania de São Vicente; Informações sobre as minas de São Paulo*, de Pedro Taques. E por parte de Frei Gaspar: *Memórias para a História da Capitania de São Vicente; Notas Avulsas sobre a História de São Paulo; Fundação da Capitania de São Vicente e Ações de Martim Afonso de Souza*.

O primeiro buscou associar os paulistas a uma raça pura, de caráter militar, uma vez que, assim como na Idade Média, o prestígio e o status de nobreza. Já o segundo procurou, na união étnica entre indígenas e ibéricos, a justificativa para a “proeza” dos paulistas. Para Frei Gaspar, essa junção teria dado origem a uma nova, supostamente superior às demais e, portanto, capaz de enfrentar os mais terríveis perigos do Novo Mundo, graças à bravura, ao espírito livre e caráter aventureiro que a definiriam.

Descendentes dos antigos paulistas e parentes distantes, ligados pelo laço sanguíneo de Bartolomeu Paes de Abreu e Fernão Dias, ambos os autores trilharam caminhos distintos no tocante à linhagem paulista (tendo Pedro Taques dado ar de nobreza ao paulista enquanto Frei Gaspar valorizou a junção étnica, como já fora mencionado). Todavia, compartilharam o mesmo propósito: elaborar uma narrativa na qual o paulista se apresentasse como distinto dos demais, uma raça “superior”, de passado glorioso, da qual eles próprios faziam parte.

A imagem construída por Pedro Taques e Frei Gaspar vem sendo utilizada desde então por outros cronistas e historiadores, que seguiram fielmente seus passos. Um exemplo claro disso é o do relato do botânico Auguste Saint Hilaire (2002), que sintetizaria todo pensamento de Pedro Taques e Frei Gaspar naquela que talvez seja a expressão mais utilizada para adjetivar os homens de Piratininga: “raça de gigantes”.

Ambos dedicaram suas vidas aos estudos dos homens de Piratininga, corroborando na construção da representação do valente sertanista paulista. Entretanto, foram seus entusiastas, os historiadores do século XX, que de fato consolidaram essa narrativa. Com a nova geração, saem de cena os sertanistas, para dar lugar dos bandeirantes.

Na obra *Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições*, Kátia Abud, ao analisar os trabalhos desses dois cronistas, destaca que nenhum deles utilizou o termo *bandeirante* para se referir aos antigos paulistas. Nesse mesmo sentido, a historiadora Maria de Queiroz que, até o final do século XIX, essa expressão simplesmente não existia. A primeira vez que a palavra aparece em um dicionário é em 1913, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antônio Cândido de Figueiredo. Nesse glossário, o conceito bandeirante surge de forma mais ampla, referindo-se a qualquer indivíduo que, no Brasil, fizesse parte de bandos destinados a explorar os sertões, atacar populações indígenas, entre outras atividades: “Bandeirante: indivíduo que, no Brasil, faz parte dos bandos, destinados a explorar os sertões, atacar selvagens, etc.” (Queiroz, 1992. p. 79). Ainda segundo a autora:

O substantivo surge diretamente ligado à realidade, sem nada que possa sugerir alguma qualidade simbólica. Em obra exclusivamente brasileira e mais

recente, o Novo Dicionário Nacional, publicado em 1928 e da autoria de Carlos Teschauer S. J. (1851- 1930), bandeirante é ainda somente “sujeito (sic) que faz parte de uma expedição chamada bandeira” (Queiroz, 1992. p. 80).

Entretanto, o termo *bandeira* vem sendo empregado desde o século XVII, mantendo, em essência, o mesmo significado até os dias atuais ¹¹.

Assim como a exaltação ao sertanista surge da necessidade de legitimar e afirmar a posição de um determinado grupo no século XVIII, o bandeirante do final do século XIX é concebido por uma historiografia que cumpre missão semelhante.

O Brasil desse período era um país ainda em formação e extremamente dependente do “ouro verde” (café), cuja produção se concentrava, sobretudo, nas lavouras no estado de São Paulo. A exploração da cafeicultura tornou algumas famílias paulistas extremamente bem-sucedidas do ponto de vista econômico. O estereótipo de povo trabalhador e empreendedor, que os barões do café construíram para si próprios, passou a ser simbolicamente “compartilhados” com os demais habitantes do estado (Cerri, 1997).

Contudo, isso era insuficiente para legitimar o ambicioso projeto de poder que os paulistas vinham construindo. Quando não há um passado satisfatório, é sempre possível criá-lo. Como bem ressalta Hobsbawm (2013, p. 10): “O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar”.

Foi, portanto, na figura do homem de Piratininga que a oligarquia cafeeira encontrou o elemento simbólico de que tanto necessitava. Associar-se aos desbravadores dos rincões brasileiros, aos destemidos homens de outrora, reforçava a narrativa de que caberia aos paulistas a missão histórica de conduzir o país rumo ao progresso. Trata-se, portanto, de uma notável inversão na hierarquia de posição. No novo contexto, saem os títulos de nobreza para dar entrada à riqueza adquirida pelo café, anexa a um passado relacionado aos antigos paulistas como símbolo de prestígio. Nesse sentido, a visão mítica do bandeirante foi cuidadosamente elaborada e amplamente difundida, a ponto de se enraizar no imaginário coletivo e tornar-se senso comum, uma “verdade” aparentemente incontestável (Volpato, 1991).

De acordo com a historiadora Luiza Volpato, quase toda a produção literária coaduna com essa perspectiva, dificultando, assim, a construção de uma interpretação crítica sobre o tema. Ainda segundo a autora, a transformação do paulista seiscentista em herói só foi possível graças às características da própria sociedade paulista de então “baseada na agricultura de

¹¹ Bandeira era o empreendimento particular que tinha como objetivo o preamento de indígenas e/ou a procura de metais e pedras preciosas. Ver: Capistrano de Abreu. *Capítulos da história Colonial*. 1976, p. 89.

subsistência, na utilização do trabalho indígena e com vinculação tênue com a economia de mercado” e também à ressignificação de elementos como a junção étnica, que ganharam novos contornos nas mãos da historiografia oficial (Volpato, 1985, p. 17).

Antonio Celso Ferreira (2003, p.138) corrobora essa análise ao destacar que, sob essa ótica, “os cruzamentos entre duas etnias são vistos positivamente, reservando-se ao português uma posição de superioridade e ao indígena as qualidades guerreiras naturais”.

Assim, de entrave, essa junção passaria a ser explorada como sendo um aprimoramento étnico. Em outras palavras, o mestiço, passou de escória de uma sociedade à condição de progenitor da nação, sendo o paulista, o filho ilustre, nas páginas de tal historiografia¹².

Segundo o historiador Luís Fernando Cerri, a inauguração do Museu Paulista, em 1895, simboliza e oficializa esse discurso. Apela-se a uma tradição de continuidade, que se dá por uma leitura regionalista do bandeirismo e da proclamação da Independência. “Tratava-se, enfim, de proporcionar a base material para o mote político, [...] projetando a história do Brasil como decorrência da atuação dos paulistas, especialmente os bandeirantes” (Cerri, 1997, p. 25). As palavras de Cerri ganham ainda mais notoriedade quando associadas à descrição feita sobre o interior do Museu Paulista pelo também historiador Pedro Paulo Funari:

Os bandeirantes são representados, no *hall* de entrada, por grandes estátuas; as diversas regiões do país são representadas como criações da ousadia paulista: a Independência foi, providencialmente, proclamada em São Paulo e Pedro I, em carta exposta com destaque, agradece o apoio decisivo dos paulistanos à Independência (Funari, 1995, p. 46).

Em um trabalho de análise visual, Paulo César Garcez Marins (2007) destaca que tanto as telas quanto as estátuas dos bandeirantes, encomendadas pelo Museu Paulista, remetem a poses características dos reis franceses da dinastia Bourbon, pintadas por Hyacinthe Rigaud¹³, em que a representação do corpo demonstrava poder e solenidade. Dessa forma, a magnitude e a imponência associada à realeza foi precisamente o que a elite paulistana buscou projetar sobre os bandeirantes. A seguir, é possível observar a semelhança entre as produções artísticas:

¹² Entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, vigora no Brasil diversas teorias raciais que tinham como pressuposto a condenação da mistura racial, ou seja, da miscigenação. Ver Schwarcz, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

¹³ Hyacinthe Rigaud, o mais importante retratista da corte de Luís XIV na passagem entre os séculos XVII e XVIII, retomou a solução pictórica de Van Dyck suavizando a direção do cotovelo para a lateral do corpo e mantendo o braço estendido com apoio. Marins, Paulo César Garcez. *Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. p.82.

Figura 1 - Luís XVI em indumentária real.



Fonte: Acervo do Musée du Louvre, Paris. Photo RMN © Gérard Blot.

Na Figura 1, observa-se uma pintura do rei Luís XVI, da França. Trajando um manto azul com detalhe em amarelo ouro, o monarca é representado em postura ereta. O cetro e a espada, presentes na composição, simbolizam o poder real e a autoridade que lhe eram conferidos. Esta mesma postura é empregada pelo artista Nicola Rollo na elaboração da estátua de bronze de Borba Gato, que analisaremos na sequência.

Figura 2 - Estátua de bronze- Manuel de Borba Gato, de Nicola Rollo.



Fonte: Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Na escultura, é possível observar que o sertanista é retratado em pose imponente. Na mão esquerda, segura um bacamarte — símbolo característico do ofício dos bandeirantes. Já a mão direita, apoiado na cintura, direciona o olhar do observador para a arma, reforçando sua centralidade na composição. Além disso, destacam-se outros elementos presentes nas vestes, como a faca presa à cintura e as roupas de couro. De forma geral, esse será o padrão visual adotado nas representações dos demais líderes das bandeiras, como também se pode observar também na imagem a seguir.

Figura 3 - Ciclo da Caça ao Índio. Óleo sobre tela de Henrique Bernardelli, 1925



Fonte: Domínio público, Museu Paulista

Da inauguração do Museu Paulista até o final da década de 1920, os esforços para consolidação de uma paulistanidade se multiplicaram. Nesse período, houve um expressivo movimento de incentivo à pesquisa sobre o bandeirantismo. O governo do estado de São Paulo financiou e apoiou a produção e a publicação de conteúdo relacionados ao tema. Entretanto, o envolvimento político não se restringia apenas a essas ações, pois diversas autoridades paulistas também se dedicaram à produção historiográfica. Destaca-se, nesse contexto, a figura do ex-presidente Washington Luiz¹⁴, a quem Alcântara Machado manifesta grande admiração em *Vida e Morte do Bandeirante* por ter, enquanto prefeito da cidade de São Paulo, divulgado as atas e documentos da edilidade paulistana — material que possibilitou a reconstrução da vida administrativa da cidade colonial. Além disso, Alcântara Machado deu sua própria contribuição

¹⁴ Washington Luís Pereira de Sousa, nasceu em Macaé no Rio de Janeiro em 1869, foi advogado, historiador e político brasileiro. Embora tenha nascido no Rio, foi em São Paulo que fez carreira política. Por lá, foi vereador, deputado, prefeito, presidente do Estado de São Paulo, Senador e por fim Presidente da República, cargo que exerceu de 1926 a 1930.

para a consolidação do mito do bandeirante ao escrever a obra *A Capitania de São Vicente* (Machado, 1929).

Se, no campo político, a figura de Washington Luiz se destaca em relação à causa bandeirante, no campo historiográfico o nome a ser mencionado, sobretudo nas duas primeiras décadas do século passado, é o de Afonso d'Escragnolle Taunay. Este foi, talvez, o maior historiador da causa paulista, tendo dedicado sua vida a restaurar a glória do homem de Piratininga nos registros da história (Gonçalves; Coelho, 2020).

Nascido em Desterro, atual Florianópolis, no ano de 1876, Afonso Taunay iniciou sua formação acadêmica na cidade do Rio de Janeiro, no Colégio Pedro II. Foi aluno de João Capistrano de Abreu, importante historiador indigenista brasileiro, com quem manteve uma relação de amizade. Formou-se em Engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1900, mas sua predileção pela História o levou a se dedicar por essa área.

Embora tenha passado boa parte da vida no Rio de Janeiro, foi em São Paulo que construiu uma carreira sólida e de grande prestígio. Em 1911, tornou-se membro, simultaneamente, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), as principais instituições oficiais dedicadas à produção histórica no país.

Em 1917 assumiu a direção do Museu Paulista (conhecido como Museu do Ipiranga), onde permaneceu até 1945. Taunay também foi membro da Academia Paulista e Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 1. Atuou ainda, como professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) entre 1934 e 1937.

O intelectual profícuo, publicou 28 livros, além dos 11 volumes de sua obra clássica, *História Geral das Bandeiras Paulista*, publicados entre 1924 e 1950. Nesse conjunto, o autor analisa diversas temáticas relacionadas às bandeiras e seus protagonistas, elaborando, assim, uma história fortemente marcada pela exaltação heroica dos antigos paulistas, destacando seu papel primordial no processo de expansão territorial do Brasil ¹⁵.

Depois de uma série de contatos hostis com os espanhóis e jesuítas vão os paulistas tomar a mais energética das decisões, dispostos a arrasar os estabelecimentos que os ignacianos possuíam no Guayrá e tratar de expulsar os castelhanos além Paraná.

Esta arrancada poderosa em que toma parte a população inteira de S. Paulo, tendo à sua testa os representantes do seu poder municipal, enceta-se em agosto de 1.628, e é sobretudo determinada pela ação de um homem que encerrava em si um prodigioso estuar de energias: Antônio Raposo Tavares.

¹⁵ Pensando na fluidez do texto adotaremos como medida, a atualização da grafia tanto nas obras que serão analisadas quanto nas citações que se fizerem pertinentes.

[...] é ele o organizador, o responsável pelo feito que vai tornar para sempre portugueses os territórios dos nossos atuais estados do Paraná e de S. Catharina e encetar uma era de rechaço dos espanhóis do Rio Grande do Sul e da parte meridional de Matto Grosso (Taunay, 1925, p. 5).

Esta história construída por Taunay, fundamentada em um trabalho baseado na análise de fontes documentais, sustentou uma narrativa épica em que buscava explicar o papel de destaque de São Paulo no cenário nacional das primeiras décadas do século passado.

Dessa forma:

A riqueza e o progresso de São Paulo passaram a ser considerados consequência de sua própria história. Se o estado ocupava, nas décadas iniciais do século XX, um lugar privilegiado no quadro nacional, era porque os paulistas tinham construído uma história de arrojo e valentia, herdados dos primeiros habitantes da Capitania de São Vicente (Abud, 2019, p. 26).

As décadas seguintes seriam marcadas pela “disputa” de narrativas sobre o bandeirante¹⁶. De um lado da arena, estavam os regionalistas, liderados por Alfredo Ellis Jr., advogado, historiador e político, filho da oligarquia paulista; e do outro, os intelectuais ligados à causa varguista, cujo propósito era elevar o sertanista à condição de agente formador do Brasil, e não apenas de São Paulo. Neste último grupo, merece destaque a figura de Ricardo Cassiano, autor da obra *Marcha para o Oeste* (1970).

Nascido em São Carlos (SP), no ano de 1896, Alfredo Ellis Jr cursou Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou em 1917. Nos anos seguintes, enveredou pela política, sendo eleito deputado federal duas ocasiões: a primeira, no período de 1925 a 1930; e a segunda, de 1934 a 1937. Defensor fervoroso dos interesses do estado de São Paulo, foi um dos principais responsáveis pela criação da Liga de Defesa Paulista, fundada em 19 de maio de 1931. Uma agremiação que representava os interesses da classe agromercantil exportadora paulista frente ao governo provisório brasileiro. Ellis também participou da fundação do jornal *O Separatista* e da *Liga dos Confederados*, ambos com a finalidade de se opor ao governo centralizador de Getúlio Vargas, ao mesmo tempo que defendiam a independência do estado de São Paulo. Chegou a lutar ao lado dos confederados, mas, após a derrota, precisou se disfarçar e viveu por um tempo nas terras de um amigo, em Dourados, Mato Grosso, para não ser exilado.

¹⁶ Em tese os dois autores trabalharam em prol de um mesmo ideal, já que o nacionalismo de Cassiano Ricardo tem em São Paulo a sua matriz. Ver: Mônica Velloso. *À Brasilidade Verde e Amarela*, 1990.

Em 1939, tornou-se titular da cátedra de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, instituição da qual foi diretor de 1939 a 1941. Ellis Júnior publicou um expressivo número de obras sobre a história de São Paulo, como *Raça de gigantes* (1926), *Populações paulistas* (1934), *Capítulos da história social de São Paulo* (1944), *Meio século de bandeirismo* (1946) e *O Café e a Paulistânia* (1950). Suas obras são marcadas por um forte apelo à eugenia, isto é, à defesa da ideia de pureza racial¹⁷. Assim, como os “historiadores” do século XVIII, procurou exaltar os habitantes do planalto como “raça” superior, estabelecendo uma associação direta entre os antigos sertanistas e os novos paulistas, especialmente os barões do café, que, assim como seus antecessores, teriam sido responsáveis por conduzir o país rumo ao progresso e ao futuro:

É a resignação das virtudes máximas que, através dos séculos, vem aureolando a fronte enérgica dos filhos do planalto, quer ele, embrenhado nas selvas distantes do sertão gigante, sobrasse a escopeta fumegante ou o pesado grilhão de apresador, quer ele, tostado pelo sol candente do centro-continental, empunhasse a bateia ou o alvião de minerador, quer a cavalo corresse pelas caatingas do Piauí ou pelos cercados verdejantes do S. Francisco volteando o laço de campeador, em busca do gado disperso de seus currais abundantes. É a suprema virtude que imbuí, ainda, o paulista do século XIX quando, entranhado nos sertões agrestes da terra roxa [...]. Desse ânimo varonil completado pelo referido espírito de resignação, nasceu a têmpera do bandeirante do século XIX [...] (Ellis Jr, 1936, p. 233).

No fragmento acima, podemos observar a associação que o autor estabelece entre os paulistas de outrora e os barões do café do século XIX. Em contextos históricos distintos, a virtude do paulista sobressai como o elemento constante, caracterizando o papel de desbravador que faz do bandeirante o agente do progresso.

Se, por um lado, Alfredo Ellis Jr foi um ferrenho defensor das causas paulistas, por outro, Cassiano Ricardo empregou a mesma paixão, porém direcionada a um projeto nacionalista.

Jornalista, poeta e ensaísta, Cassiano Ricardo nasceu no Rio de Janeiro em 1894, onde se formou em Direito. Assim como Taunay, migrou para São Paulo, onde desenvolveu uma carreira bem-sucedida, atuando como jornalista em diversos veículos de comunicação, chegando, inclusive, a fundar alguns jornais. Participou ativamente da Semana da Arte Moderna de 1922 e, em 1924, fundou a *Revista Modernista*. Em 1937, juntamente com Menotti del

¹⁷ O termo se origina do grego e significa ‘bem nascido’. Tal doutrina foi criada para validar a segregação hierárquica entre os seres humanos a partir de uma suposta superioridade racial entre tais grupos. Sobre o conceito de eugenia e sua adoção pela intelectualidade brasileira ver Diwan, 2007.

Picchia, criou o *Grupo da Bandeira*, movimento cultural de caráter nacionalista. Foi, ainda, membro da Academia Paulista de Letras e da Academia Brasileira de Letras.

Cassiano Ricardo exerceu um papel de grande relevância no fortalecimento do projeto nacionalista durante a chamada Era Vargas (1930-1945). Atuou como censor e diretor do Jornal *A Manhã*, de 1941 a 1945, além de chefiar o Departamento Político Cultural da Rádio Nacional. Como historiador, publicou a obra clássica *Marcha para o Oeste*, cujo título é o mesmo projeto desenvolvido por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, que visava promover o desenvolvimento populacional e a integração econômica das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Marcha para o Oeste é, provavelmente, a obra que mais expressa o investimento de um escritor na fundamentação da existência de uma democracia “tipicamente brasileira”, alicerçada no ideal de harmonia racial (Campus, 2005, p.144). Se, para os historiadores regionalistas, o espírito de iniciativa decorria das condições étnicas, sociais e mesológicas específicas de São Paulo, Cassiano Ricardo, por sua vez, substituiu tal perspectiva pela valoração da cooperação e da associação, alinhando seu discurso à edificação harmônica que o Estado Novo pretendia anunciar (Abud, 2019).

Em suma, Cassiano Ricardo procurou conferir ao bandeirismo uma conotação democrática. A bandeira, para ele, representava uma espécie de Estado Democrático hierarquicamente organizado e socialmente assimilado por todos:

A classificação hierárquica dos valores individuais, sociais e étnicos dentro de uma democracia tipicamente brasileira lá está. A condição geográfica e econômica que determina essa democracia foi estabelecida pela bandeira. Esta nos oferece, portanto, os lineamentos de um Estado democrático, social e nacionalista: um Estado moderno, baseado no culto da tradição e do heroísmo” (Ricardo, 1936-37, p. 106).

A passagem acima citada é mais um exemplo de como a narrativa histórica pode ser utilizada a serviço de interesse ideológico, no caso em questão, para a afirmação das virtudes do Estado de São Paulo e de sua população. Apesar da disputa em torno da representação do bandeirante, ambos os lados coadunavam a mesma concepção de história: eminentemente factual, centrada na cronologia, na exaltação de personagens e na construção de uma narrativa de tipo épico, quase sempre apresentada como saga. É essa, portanto, a história que, em grande medida, tem sido contada sobre os homens de Piratininga desde então. Contudo, a historiografia mais recente vem se dedicando, de forma rigorosa, a matizar essa versão, trazendo à tona novos elementos que possibilitam uma compreensão mais complexa e plural. Dessa forma, passa a

atuar como porta voz dos sujeitos historicamente silenciados, atribuindo-lhes também um papel de protagonismo. Paralelamente, promove-se uma releitura da própria figura de herói, que deixa de ser referenciado exclusivamente por espírito aventureiro, mas como homem comum, movido pelas suas necessidades.

1.2 Uma outra história bandeirante

Ainda na década de 1930, começaram a surgir trabalhos cuja narrativa se distancia do modelo explicativo bandeirantista da história nacional. A título de exemplo, destacam-se: *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *O homem cordial* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda. Todavia, é a partir da guinada rumo à profissionalização do historiador, na década seguinte, que começam a se delinear mudanças mais significativas de paradigmas.

Com o crescimento e a expansão do ensino superior no país, o conhecimento histórico passa, gradualmente, a ser produzido no âmbito dos centros universitários “suplantando os institutos históricos que foram até então as mais importantes agremiações de convívio dos historiadores”, regida sob novas concepções explicativas, pautadas pelo viés econômico e pela moderna historiografia francesa (Ferreira, 2002, p. 336). Nesse novo contexto, dois nomes se destacam: Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.

Nascido em fevereiro de 1907, na cidade de São Paulo, Caio Prado Júnior era membro de uma tradicional família da aristocracia paulistana, fortemente vinculada ao cenário agrário, político e intelectual do estado¹⁸. Como a maioria dos intelectuais paulistas da época, cursou Direito na Universidade do Largo São Francisco, onde se formou em 1928. Em 1931, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ainda na década de 1930, integrou-se à Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização criada com o objetivo de combater o avanço do fascismo no Brasil.

Seu protagonismo no movimento resultou em sua prisão, em 1936, e, dois anos depois, em seu exílio na Europa. Com fim da Era Vargas, retornou ao país, sendo eleito deputado estadual em 1945 e, posteriormente, deputado da Assembleia Nacional constituinte em 1948. No entanto, seu mandato foi cassado após Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cancelar o registro do PCB. Na década de 70 foi novamente perseguido, agora pelo regime militar, condenado a 6 anos e meio de prisão por conta de uma entrevista dada ao jornal da USP, no ano de 1968.

¹⁸ Em relação a família Prado, ver: Waldman. “A São Paulo dos Prados”, 2013.

Permaneceu preso por um ano, até obter habeas corpus no Superior Tribunal Federal (STF), que lhe garantiu liberdade em 1971. Caio Prado faleceu em 1990, na cidade de São Paulo, deixando legado inestimável para a história brasileira.

Considerado por muitos o maior historiador brasileiro, Caio Prado trouxe à tona, em suas análises sobre o Brasil colonial, uma sociedade estruturada no latifúndio e na escravidão, contrapondo-se, assim, ao discurso épico predominante na época sobre a formação do Estado brasileiro, no qual a gênese nacional era atribuída aos homens que se embrenharam pelos sertões em busca de ouro e glória. Isso, no entanto, não significa que Prado deixasse de reconhecer, como a própria intelectualidade de seu tempo, a relevância dos antigos paulistas na conservação e na expansão do território brasileiro, tal qual conhecemos atualmente:

No capítulo intitulado “Povoamento”, da obra *A formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado destaca que, antes mesmo da assinatura do Tratado de Madri, que consolidou, em linhas gerais, as fronteiras brasileiras que conhecemos hoje, a ação dos povoadores foi decisiva na ocupação e defesa dessas terras frente aos interesses estrangeiros. Para o autor, esse elemento foi determinante para que a Coroa portuguesa reivindicasse a posse legítima sobre esses territórios, uma vez que o discurso de ocupação era, na época, o principal argumento favorável aos interesses de Portugal:

[...] as linhas divisórias entre possessões portuguesas e espanholas neste hemisfério, linhas que seriam grosseiramente as mesmas de hoje, o critério que deu naquelas fronteiras tão atuais não foi senão o da ocupação. “Cada parte há de ficar com, que atualmente possui”, reza o preâmbulo do acordo fixando a forma com que se faria a demarcação. Assim se procedeu, e a linha que envolve o território brasileiro, ‘saída desse princípio o uti possidetis, como se dirá, permaneceu praticamente a mesma até nossos dias.

Isto já nos mostra, a priori, que de fato a colonização portuguesa ocupara toda esta área imensa que constituiria o nosso país. Não nos pertence, aliás, se assim não fosse. Porque só o fato da ocupação militava em nosso favor. O direito derivava ainda do famoso tratado das Tordesilhas, velho de dois séculos e meio por ocasião do de Madri, e que outorgara ao soberano português e seus sucessores uma nesga apenas daquilo que ocupamos e possuímos hoje. Obra considerável, não há dúvida, daquele punhado de povoadores capazes de ocupar e defender efetivamente, como o fizeram muitas vezes antes e depois de 1750, e contra pretensões aguerridas e exigentes de fortes rivais, um território de oito e meio milhões de quilômetros quadrados. Obra considerável e fator básico da grandeza futura do Brasil (Prado Júnior, 2011, p. 30-31).

Não é segredo que os bandeirantes, em diversas ocasiões, desempenharam funções de caráter militar, combatendo holandeses, ingleses e outros europeus que tentaram se apropriar

das terras à Coroa portuguesa ultramarina. Soma-se a isso as constantes disputas pela mão de obra indígena, travadas contra os espanhóis em diferentes regiões do território brasileiro.

Sem deixar de enaltecer os feitos dos paulistas escreveu Taunay, em relação a um desses episódios:

[...] foi Antônio Raposo, que, á frente de uma partida de sessenta homens, tão audazes e aventureiros como o valente caudilho, tendo em séquito alguns índios, atravessou o Brasil de sudoeste a noroeste, escalando os Andes, chega ao Peru, penetra este país, entra nas águas do Pacífico com a espada nua levantada, dizendo que “avassalava terra e miar pelo seu rei”, é por vezes compelido a recontros e combates com os espanhóis, levando-os sempre de arrancada (Taunay, 1927, p. 281).

Em conformidade com Taunay, Prado afirma que:

O bandeirismo preador de índios e prospector de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente; mais tarde a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do séc. XVII, e que fixou núcleos estáveis e definitivos no coração do Continente (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso.) (Prado Júnior, 2011, p. 31).

Embora tenha concentrado seus esforços na compreensão da formação do Brasil por meio das lentes do materialismo histórico, Caio Prado, não deixou de tecer elogios e, de certa forma, demonstrar admiração pelos sertanistas. A ideia de um povo aguerrido, que não se deixa intimidar e que contribui decisivamente para expansão das fronteiras, ainda que muitas vezes de forma implícita, pode ser identificada em suas palavras.

Se, por um lado, Caio Prado recorreu às teorias marxistas para desenvolver seu pensamento sobre a formação do Brasil, por outro, Sérgio Buarque de Holanda, adotou o método weberiano na análise da sociedade colonial. Foi Sérgio Buarque quem introduziu no Brasil os estudos sobre Weber, apropriando-se do conceito de “tipos ideias” do sociólogo alemão, para elaborar seu próprio conceito de “o homem cordial”, que fundamenta sua obra mais célebre, *Raízes do Brasil* (1936).

Engana-se, no entanto, quem acredita que o “homem cordial” de Sérgio Buarque corresponde a um sujeito amigável que tende a virtuar o brasileiro. Pelo contrário, como destaca Fernando Henrique Cardoso:

Na verdade, Sérgio está fazendo uma crítica, e não o endeusamento das “virtudes brasileiras”, porque o homem cordial, para ele, é o homem do coração, que se opõe ao homem da razão. E cordial não quer dizer “bom”, quer

dizer da "emoção". E a emoção perturba o estabelecimento das regras gerais, formais, democráticas. A leitura do homem cordial como homem afável é equivocada. Com o conceito, Sérgio Buarque está mostrando outra coisa, está mostrando que esta "cordialidade", na verdade, é uma maneira de reter vantagens individuais (Cardoso, 2003, p. 28-29).

É no cotidiano que Sérgio Buarque se debruça na tentativa de compreender as nossas raízes:

Ler Sérgio Buarque de Holanda é mergulhar no cotidiano, no movimento e nos agentes do cotidiano. Nas práticas, nas experiências, nos costumes, nas formas repetidas e inovadoras de vida, nos fracassos e nas conquistas que fazem a história (Blaj; Maluf, 1990, p. 17).

Sua história tem início em 11 de julho de 1902, na cidade de São Paulo. Ainda na infância, estudou no Ginásio São Bento, onde foi aluno de Afonso Taunay. No início da década de 1920, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de Direito na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, obtendo o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1925. Atuou como jornalista no *Jornal do Brasil*, exercendo também a função de correspondente internacional desse periódico em Berlim, entre os anos de 1929 e 1931. De volta ao Brasil, na década de 1930, tornou-se professor assistente da Universidade do Distrito Federal.

Em 1936, publicou sua obra mais célebre, *Raízes do Brasil*. Na década seguinte, mais precisamente em 1945, lançou *Monções*, obra que, segundo Moraes (2024) foi publicada estrategicamente na pequena cidade de Porto Feliz, em detrimento aos grandes centros culturais, como Rio de Janeiro e São Paulo. A escolha se justificava pelo fato de Porto Feliz ter sido o principal entreposto comercial fluvial de onde partiam e chegavam mercadorias negociadas com Cuiabá.

Para a autora:

Essa deliberação sugere um esforço, premeditado da parte de Sérgio Buarque, de garantir alguns efeitos simbólicos que se somariam ao livro recém-lançado, como, por um lado, ter seu nome associado à gente paulista e a sua história, e por outro, consolidar a sua identidade como historiador dedicado ao estudo da expansão das fronteiras coloniais a partir do planalto de Piratininga (Moraes, 2024, p. 161).

Como efeito:

A publicação de Sérgio Buarque de Holanda reafirmou sua presença no cenário crítico-editorial de São Paulo, mas também e mais importante, garantiu sua inscrição definitiva na elite paulista, o que certamente lhe facilitou pleitear a posição de proa do Museu Paulista (Moraes, 2024, p. 173).

No ano de 1948, assumiu a direção do Museu Paulista, substituindo ninguém menos que seu antigo professor, Afonso Taunay.

Por fim, em 1957, publica *Caminhos e fronteiras*, outra obra de grande relevância que, assim como *Monções*, aborda a expansão da América Portuguesa entre os séculos XVII e XVIII.

Sérgio Buarque, enquanto, professor lecionou no Brasil, Chile, Estados Unidos e na Itália. Foi também membro da Academia Paulista de Letras e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Sérgio Buarque de Holanda, morreu em sua cidade natal no ano de 1982 aos 79 anos.

Tanto Sérgio Buarque de Holanda quanto Caio Prado Jr contribuíram de forma significativa para compreensão da formação do Brasil. Embora seus trabalhos se distanciem da narrativa puramente heroicizada construída pelos historiadores bandeirantistas, não deixam de revelar certa admiração pelos velhos paulistas em suas escritas. Afinal, Caio era um Prado e Holanda, o eleito sucessor de Taunay¹⁹.

Como dito anteriormente, a partir da profissionalização do historiador e da expansão universitária, tem-se um ensaio de mudanças em relação à narrativa bandeirantista. No entanto, de maneira concreta, pelo menos até o processo de redemocratização do Estado Brasileiro, nos anos de 1980, o paulista continuou sendo apresentado como elemento primário de um contínuo e incessante progresso. O domínio sobre a História manteve-se nas mãos de seus ideólogos. Taunay foi o primeiro historiador a ocupar a cadeira do curso de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo (USP), sendo sucedido por outro importante nome da causa, Alfredo Ellis Jr., e, posteriormente, pela própria conjuntura brasileira, que impedia a construção de uma história que não fosse heroica, haja vista que o recente Estado-nação carecia de um grande enredo identitário. Assim, desde o Império, os intelectuais brasileiros buscaram, em personagens históricos, o elemento-chave para a formulação da identidade nacional.

Ora mais nas mãos de nacionalistas, ora mais de regionalistas, a figura que simbolizaria todo um ideal só viria, de fato, a ser questionada na década de 1980, com o fim do regime

¹⁹ Como já mencionado neste texto, Caio Prado Júnior pertencia a uma das famílias mais influentes de São Paulo, era filho da aristocracia cafeeira paulista formuladora da epopeia bandeirante. Quanto a Sérgio Buarque de Holanda mergulhou profundamente no universo paulista, seus escritos lhe renderam prestígio junto a elite paulistana, sendo condecorado como membro da Academia Paulista de Letras para além da direção do Museu Paulista. Sobre Sérgio Buarque. Ver, Moraes. *O Historiador Bandeirante*, 2024.

militar. É nesse período da nossa história que trabalhos mais incisivos começam a ser produzidos, com o intuito de questionar a produção historiográfica a respeito dos homens do planalto de Piratininga, elaborada pelos historiadores ligados ao bandeirantismo. Entre uma gama de historiadores, destaco aqui, Kátia Abud, Luiza Volpato, Carlos Davidoff, Jonh Monteiro e Antonio Celso Ferreira, os quais, cada um à sua maneira, procurou reformular a história da epopeia paulista, trazendo à tona novos elementos que nos permitem compreender essa trajetória a partir de um outro ponto de vista.

Desde então, esses autores tornaram-se referências tanto para historiadores que se interessam pela temática quanto para grupos sociais que, a partir de suas leituras, vêm se organizando e se constituindo enquanto resistência, em prol da ressignificação da história brasileira. Vejamos, agora, as principais obras desses historiadores, a começar pela historiadora Maria Kátia Abud.

Considerada uma das maiores referências sobre temática bandeirantista, Kátia Abud, em *Sangue Intimorato e as nobilíssimas tradições*, sua obra mais representativa. Neste trabalho, a historiadora investiga os mecanismos e as relações que levaram o bandeirante à posição de maior símbolo de São Paulo, a construção das tradições e a incorporação destas por toda sociedade paulista. Em sua investigação, a autora chega à conclusão de que o bandeirante é um sujeito histórico datado e que sua criação é fruto de interesses de uma oligarquia que procurou vincular-se aos antigos sertanistas para reivindicar o direito de governança pela ancestralidade. Para isso, valeu-se de uma intelectualidade subordinada, construída aos moldes dos cronistas do século XVIII, uma tradição em que fazia dos paulistas um povo superior aos demais.

Historiadores ligados à elite estadual deram um grande impulso à produção dos bandeiristas – retomaram as obras de Pedro Taques e Frei Gaspar, iniciaram a publicação de séries documentais sobre a história de São Paulo [...] Suas pesquisas levaram nos à construção da figura do bandeirante enquanto mestiço, de “sub-raça superior”, o qual havia aliado às qualidades do europeu, as virtudes do índio, e que, com serenidade, a bravura e a austeridade adquiridas na conquista da maior parte do território que formava o Brasil. Deram também a esse produto do conhecimento um sentido de continuidade, a herança daquelas qualidades herdadas pelos habitantes do estado [...] Na concepção dos que se consideravam descendentes dos sertanistas, São Paulo herdara o contributo dos componentes do quadro bandeirante, tanto que, com seu espírito de iniciativa, com valentia e arrojo, enfim, com a “alma bandeirante”, construíram seu progresso e também o do Brasil como todo [...] Isso lhes dava o direito de exercer liderança sobre os demais estados. A identificação, que os historiadores tornaram possível, entre o bandeirante e o paulista do século XX, permitiu que aqueles assumissem o papel de símbolo de São Paulo (Abud, 2019, p. 185-186).

Portanto, Kátia Abud se preocupou com as questões de ordem política e ideológica no que se refere à elaboração do sertanista paulista enquanto símbolo útil às pretensões de uma classe.

Outra referência fundamental sobre o tema é Carlos Davidoff, cuja maior obra, *Bandeirantismo: verso e reverso*, apresenta uma análise que parte da premissa de que “bandeirante foi fruto social de uma região marginalizada” e abandonada à própria sorte, por não atender aos interesses da política canvieira implementada pela Coroa Portuguesa no período (Davidoff, 1982).

O fracasso da economia açucareira na região levaria a população local a tentar a sorte mais ao interior do continente. A crise da mão de obra, provocada pela interrupção do tráfico negreiro, tornaria o aprisionamento de indígenas uma atividade extremamente lucrativa para os paulistas, que passaram a vender essa força de trabalho aos senhores de engenhos. Contudo, com a retomada da comercialização de escravizados africanos, o comércio de indígenas foi abolido, restando aos paulistas, apenas a opção de se adentrarem ainda mais ao interior do continente em busca de minérios e pedras preciosas.

O descobrimento dessas riquezas trouxe, inicialmente, esperança à empobrecida região. Entretanto, o rígido controle estabelecido pela metrópole sobre a exploração do mineral conduziu os paulistas de volta às mesmas condições precárias nas quais se encontravam antes das descobertas das minas.

Verso e Reverso é, antes de mais nada, uma crítica contundente à construção mítica dos personagens que, por onde passaram, deixaram um rastro de violência especialmente no que diz respeito à escravização e à exploração da mão de obra indígena, aspectos esses sistematicamente ocultados nas páginas da historiografia vigente:

A rigor – e basta examinar os textos para se certificar – a construção da figura do herói bandeirante só avançou na proporção exata em que se encobriu ou descartou a questão da violência cometida contra os grupos locais, abrindo caminho, deste modo, para que se exaltasse a ideia de expansão territorial e heroísmo, desvinculando-a da interpretação de seu verdadeiro contexto histórico e social do século XVII, que necessariamente envolve a consideração do destino que sofreu a população indígena que esteve sob a área de ação das bandeiras (Davidoff, 1982, p. 94).

Se por um lado, Kátia Abud se preocupou em dar ênfase às questões de ordem política e ideológica no que se refere à elaboração do sertanista paulista enquanto símbolo útil às pretensões de uma classe, e, por outro lado, Carlos Davidoff, dedicou-se a uma elaboração crítica sobre a construção mítica do bandeirante, Jonh Monteiro, por sua vez, procurou atribuir

um novo valor a todo contexto histórico bandeirantista em sua obra *Negros da terra*. Partindo da constatação de que o aprisionamento indígena visava, antes de tudo, garantir força braçal para o trabalho nas lavouras e para o escoamento do excedente agrícola produzido, contrapondo-se, portanto, à concepção simplista de que se tratava apenas de um comércio de escravos indígenas destinados ao abastecimento da mão de obra nos engenhos de açúcar, como defendiam muitos historiadores propunham:

Porém, deve-se ressaltar que a dimensão e o significado do trabalho indígena em São Paulo não se limitavam à mera lógica comercial. Na verdade, praticamente todos os aspectos da formação da sociedade e economia paulista durante seus primeiros dois séculos confundem-se de modo essencial com os processos de integração, exploração e destruição de populações indígenas trazidas de outras regiões (Monteiro, 1994, p. 8-9).

Ao focar seus estudos nos processos coloniais, investigando as relações entre o homem branco e povos indígenas, John Monteiro nos revela uma outra face do sertanista paulista. Uma que violou, expropriou, oprimiu e constrangeu, fisicamente, psicologicamente e moralmente, os negros da terra.

Outra referência importante sobre a temática é a historiadora Luiza Volpato, autora da obra *Entradas e Bandeiras*, na qual tem por objetivo “mostrar o bandeirante como homem comum de seu tempo” (Volpato, 1991, p. 99). Para isso, parte do princípio de que foram as necessidades que levaram os homens de Piratininga a explorar o sertão, contrariando, assim, a epopeia criada pela historiografia do bandeirismo, que os apresenta como homens destemidos, grandes aventureiros e capazes de enfrentar os mais terríveis perigos em razão de seu espírito indômito.

Para a autora, o bandeirante seria fruto de uma sociedade relegada a segundo planos no processo de colonização e que, se viu obrigada a penetrar cada vez mais no interior do continente para garantir sua própria sobrevivência. Entretanto, parte de uma perspectiva pautada em uma relação tênue entre o paulista e a economia de mercado, e não exatamente de uma condição de miséria em si, como explicita em suas palavras:

[...] o movimento bandeirista é visto como um fenômeno gerado pelas condições sociais de vida do Planalto de Piratininga no início da colonização. Não da miséria dos paulistas, como explicou Capistrano de Abreu, mas de suas relações tênues com a economia de mercado, que tornavam onerosas para os planaltinos quaisquer tipos de importação (Volpato, 1991, p. 99).

E por fim e não menos importante, temos o historiador Antonio Celso Ferreira. Em sua principal obra, *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*, o autor busca compreender como os letrados paulistas se posicionaram diante da complexa indagação: o que é ser paulista? uma vez que, ao longo da história, várias respostas foram dadas a essa questão. Para isso, o autor procurou analisar os vínculos sociais, institucionais e políticos que cercam os homens responsáveis pela elaboração de uma identidade que buscava, nos primeiros paulistas, o cerne do êxito econômico de São Paulo, bem como o dever atribuído aos “novos bandeirantes” de conduzirem o país rumo ao progresso.

O período analisado pelo autor marca o surgimento dos primeiros textos expressivos sobre a temática quanto o esgotamento desse tom épico, com o advento dos historiadores profissionais vinculados às universidades, que passaram a produzir os primeiros trabalhos historiográficos críticos sobre o tema, até então inexistentes. Nesse sentido, Ferreira aponta a existência de dois marcos:

O primeiro marco põe em relevo os esforços iniciais de elaboração histórica e literária da intelectualidade regional, dos quais resultou a criação do modelo da epopeia bandeirante. A década registra, ainda, o início da difusão, em larga escala, de uma série de textos com esse teor, dispostos como corpus orgânico, e que estão na origem da constituição da literatura e historiografia de São Paulo. Em coincidência a tais empreendimentos, têm-se, desde então, as iniciativas precursoras de agremiação da elite letrada regional, das quais nasceriam o Instituto Geográfico e Histórico de São Paulo (1894) e a Academia Paulista de Letras (1909). Da passagem do século até a década de 20, corresponde ao período de crescimento econômico e hegemonia política de São Paulo na Federação, consolida-se a elite letrada regional, responsável pela afirmação do imaginário paulista. O segundo marco indica, em contrapartida, a tendência ao esgotamento daquele modelo épico de representação da história, em paralelo a uma rede de fatores, entre os quais: a modificação no campo intelectual, com o surgimento de estudos profissionais, mais apartados do mundo das elites; a perda da importância das antigas instituições de agremiação das elites letradas, em face do surgimento da universidade; a própria crise de hegemonia política regional, afetando os alicerces simbólicos da epopeia paulista, e uma série de mudanças desde então operadas no campo social, e cultural, ainda hoje em curso responsável pela perda do vigor dos sentimentos identitários tradicionais (Ferreira, 2002, p. 25-26).

Embora essas mudanças tenham comprometido, de certa, forma a identificação dos brasileiros com esta narrativa, segundo Antonio Celso Ferreira, mesmo após 1940, políticos, instituições ou grupos de intelectuais continuaram a invocar a simbologia da epopeia paulista para comemorar os feitos do passado e justificar as medidas do presente (Ferreira, 2002).

Como aludimos anteriormente, esses são alguns dos principais nomes que compõem o que podemos chamar de narrativa contra hegemônica no que se refere à temática bandeirantista. Vimos que, desde o século XVIII, a vida dos antigos paulistas vem sendo relatada pelos “historiadores”. A grande maioria, no entanto, dedicou-se à exaltação e à mitificação desses homens. Frei Gaspar e Pedro Taques foram os primeiros a desenvolver uma narrativa do tipo saga, na qual os paulistas aparecem como heróis, desafiando e enfrentando os mais terríveis perigos que o Novo Mundo pudesse oferecer.

Embora a esses historiadores se deva a construção desses personagens, foram seus entusiastas, os intelectuais orgânicos de uma oligarquia cafeeira, que se valeria desta narrativa para justificar seu ambicioso projeto de poder, os grandes responsáveis pela consolidação do herói enquanto mito. A historiografia oficial do final do século XIX e das primeiras décadas do século seguinte transformaria o sertanista em bandeirante, símbolo maior de São Paulo e da recém-formada nação. Essa concepção sobre os bandeirantes só viria a ser, de fato, questionada pela historiografia recente, que passou a trazer à luz outros protagonistas do período colonial e designar o sertanista não mais como herói, mas como um homem comum, um homem de seu tempo.

No capítulo a seguir, discutiremos como a literatura produzida entre os anos 1940 e 1960 contribuiu para a difusão e consolidação da figura mítica do bandeirante, na medida em que permaneceu fortemente alinhada à visão cunhada pela historiografia oficial.

CAPÍTULO 2

AS REPRESENTAÇÕES DOS PAULISTAS E DA SOCIEDADE COLONIAL NOS ROMANCES BORBA GATO E GIGANTE DE BOTAS

A história, enquanto ciência, data do século XIX e tinha como metodologia a análise das fontes documentais para a reconstrução do passado, especialmente os documentos escritos. Seus idealizadores acreditavam que os registros escritos eram a forma mais eficaz de extrair a “verdade” sobre o passado ²⁰. Esse modelo explicativo só viria a ser contestado no final da década de 1920, com o surgimento da Escola dos Annales. Seus fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, ferrenhos críticos da escola metódica, dedicaram-se à construção de uma história que contemplasse toda atividade humana e que fosse, sobretudo, interdisciplinar. A partir dessa nova metodologia, a história passou a dialogar com outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia e a Geografia, entre outras.

Impulsionados pelas possibilidades de se fazer história propostas pelos fundadores dos Annales, as novas gerações de historiadores que se sucederam os chamados “pais fundadores” ampliaram as temáticas de pesquisa, valorizando novos objetos, novos temas e novas abordagens (Nora, 1987). Foi nesse contexto que surgiram estudos sobre as crenças, a infância, gênero, memória, entre tantas outras temáticas. Por sua vez, a corrente historiográfica pertencente à quarta geração dos Annales, conhecida como Nova História Cultural, fez da literatura uma fonte fértil, possibilitando que esta assumisse “um novo papel dentro da disciplina História enquanto significativa fonte de análise das diferentes visões de mundo que o homem apresentou em cada tempo e espaço” (Grecco, 2014, p. 42). No decurso de nossa história político-intelectual, as mais diferentes correntes de pensamento tenderam a conceituar a literatura como uma autoridade portadora e/ ou refletora do mundo social (Velloso, 1988).

Para o historiador Nicolau Sevcenko:

A literatura não é uma ferramenta inerte com que se engendre ideias ou fantasias somente para instrução e deleite do público. É um ritual complexo que, se devidamente conduzido, tem o poder de construir e modelar simbolicamente o mundo (Sevcenko, 1989, p. 233).

²⁰ “A escola histórica, a que chamamos “metódica” ou, mais frequentemente, mais abusivamente, “positivista” aparece, manifesta-se, prolonga-se durante o período da terceira República na França. Os seus princípios fundamentais estão expostos em dois textos-programas: o manifesto, escrito por G. Monod, para lançar A Revista Histórica em 1875: e o guia, redigido em intenção dos estudantes por Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos em 1898. A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da história; pensa atingir seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão” Bourdély, Guy; Martin, Hervé (1987, p. 97).

Em conformidade com Sevcenko, o historiador francês Roger Chartier (1990) salienta que algumas obras literárias moldaram, mais profundamente que os historiadores, as representações do passado. É interessante refletirmos sobre a quão convidativa é a literatura, sobretudo a de caráter romanesco, por apresentar uma linguagem mais acessível, envolto em tramas, que “descomplicam” uma história dura e rigorosa. Assim, a literatura se apresenta como um instrumento mais acessível e eficaz na conquista de corações e mentes que os textos historiográficos.

Boa parte da intelectualidade que transitava entre a produção histórica e literária, no início do século XX no Brasil, compreendeu essa dinâmica e a utilizou em prol dos interesses dos grupos aos quais estavam vinculados. Tomemos como exemplo Paulo Setúbal²¹. Para esse autor, uma história brasileira contada de forma romanesca significava a realização de um trabalho educativo, cultural e patriótico de popularização desse conhecimento. Em outras palavras, na concepção de Setúbal, caberia à literatura a propagação do mote ideológico e político produzido pelos historiadores, levando o leitor a identificar-se com o passado brasileiro, sobretudo paulista (Ferreira, 2002).

Dessa forma, podemos entender as representações como instrumentos criados por indivíduos ou grupos de indivíduos para dar significados ao mundo social e que, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos que as forjam” (Chartier, 1990, p. 17). Ainda conforme o autor, é a partir das representações que as sociedades observam a realidade e definem a sua existência:

As percepções da realidade não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (Chartier, 1990, p.17).

As representações dão vida a objetos, conceitos e pessoas ausentes, mediante sua substituição por uma imagem capaz de representá-las adequadamente. São criações intelectuais cujas formas atribuem sentido ao momento vivido pelos indivíduos, ou seja, o tempo presente. A pomba branca, por exemplo, simboliza a paz; o estetoscópio identifica o médico; a toga o juiz, e assim por diante.

²¹Filho da Elite paulistana, Paulo Setúbal foi um dos maiores expoentes da literatura brasileira. Formado como advogado, foi ainda poeta, romancista e “historiador”. Escreveu dezenas de obras, entre elas alguns romances históricos que ganharam notoriedade, principalmente em São Paulo, por “reafirma os ideais políticos mais puros da elite paulista, garantindo a perpetuação do imaginário ufanista da região” (Ferreira, 2002, p. 245).

Em estreita relação, os conceitos de “representação” e “apropriação”, cunhados por Chartier, apresentam uma dialética entre a diferença e a dependência. Os bens culturais são sempre produzidos seguindo ordens, regras, convenções, hierarquias específicas. A criação está, portanto, vinculada a uma relação de dependência dos códigos, regras, poder, inteligibilidade. Contudo, a obra escapa a tais dependências, justamente pelas diferenças de apropriação, que são socialmente determinadas, de maneira desigual, segundo costumes, classes e inquietações. Para exemplificar seu pensamento, Chartier cita a forma na qual a obra de William Shakespeare foi representada e apropriada pela sociedade letrada britânica e pelos norte-americanos no século XIX. Ele observa que, enquanto na Inglaterra as obras de Shakespeare eram recebidas com seriedade pelos leitores e espectadores, nos Estados Unidos, essas mesmas obras foram muitas vezes satirizadas e apropriadas apenas como forma de entretenimento. Por isso, para o autor francês, é a experiência sociocultural do indivíduo ou grupos de indivíduos que determina a maneira como as representações são apropriadas (Chartier, 1990).

O que Roger Chartier insiste em afirmar é que práticas e mundo social são temas sensíveis. Sendo o mundo dinâmico e plural, torna-se impossível pensá-lo a partir de um recorte da realidade, ainda que esse recorte, teoricamente, se apresente como o mais relevante (o recorte social). Sua defesa é, portanto, de uma história de múltiplos recortes. Por essa razão, ele propõe uma História Cultural do Social, e não o inverso. Nesse sentido, podemos compreender a literatura como uma ferramenta de representação de mundo.

Nesse sentido, se o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB -buscou formular uma História Nacional aos moldes monárquico, em São Paulo seus intelectuais orgânicos procederam de maneira semelhante por meio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). O estado, que despontava como a “locomotiva” econômica da nação (Mong, 1969) procurou construir uma história brasileira em que a sua própria história fosse inevitavelmente a história do Brasil. Portanto, o objetivo era substituir os “heróis e eventos emoldurados pela historiografia do Império” por novos personagens e acontecimentos que pudessem representasse toda opulência de São Paulo (Ferreira, 2002, p. 110).

Dessa forma, a história que ambos os grupos almejavam, era aquela capaz de fornecer exemplos ao presente, ou seja, uma história formulada aos moldes dos historiadores clássicos. Para o historiador grego Diodoro Sículo (século I a.C), uma das funções da história era a de

rememorar os feitos das grandes figuras do passado, o que deveria servir de exemplo a ser seguido por todos), uma história enquanto “mestra da vida”²².

Com a derrocada da monarquia (1889), os grupos que dirigiam a empresa cafeeira ascenderam ao poder e passaram a utilizar a máquina do Estado para legitimar seus interesses políticos e econômicos. No plano ideológico, recorreram à figura histórica do bandeirante como elemento-chave para esse projeto.

A narrativa paulista sobre os antigos sertanistas se manteve de forma hegemônica até o final da década de 1920. Contudo, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a disputa por essa narrativa ganharia um novo capítulo, que se estenderia até meados dos anos 1940. Entre 1930 e 1945 o presidente Getúlio Vargas dedicou-se à construção de uma identidade nacional, e o bandeirante passou a ser retratado com maior ênfase sob o viés nacionalista, iniciando-se, assim, uma disputa com os paulistas pela apropriação da narrativa desses personagens históricos.

Após esse período conflituoso, a figura do bandeirante voltaria a ser representada com maior ênfase a partir de uma concepção regionalista. Entre as décadas de 1940 e 1960, a elite paulistana promoveu uma campanha de popularização dos antigos sertanistas, utilizando, para isso, o principal meio de comunicação da época: a imprensa²³. Livros, revistas, jornais e livros didáticos sobre o tema foram amplamente financiados, com o objetivo de divulgar e consolidar o mito bandeirante.

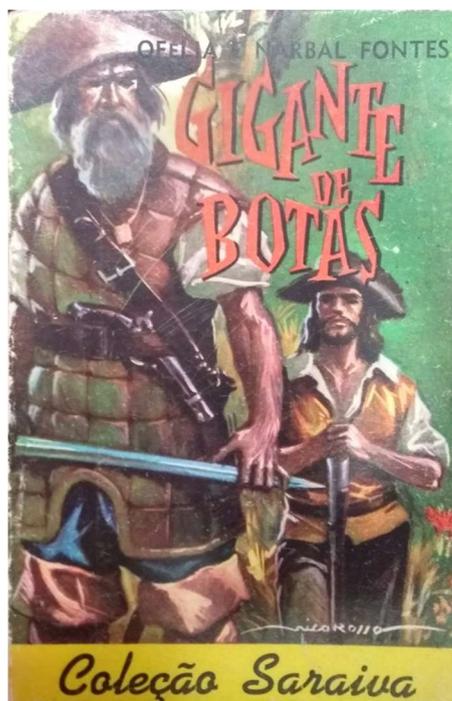
É justamente nesse contexto que a renomada editora Saraiva, tradicionalmente voltada para o campo jurídico, decide criar seu próprio clube do livro, com preços populares. Entre os romances publicados pela editora, destacam-se aqueles destinados a narrar a história dos homens do Planalto de Piratininga, alinhados à concepção construída pelos historiadores do bandeirismo — os responsáveis por elaborar a versão mítica desses personagens. Assim, tais romances prestavam serviço tanto ideológico quanto político à velha oligarquia paulistana. Vejamos algumas dessas obras.

²² Sobre a utilização da História como mestra da vida. Ver, Koselleck 2013, p. 132.

²³ A televisão só se tornaria acessível ao grande público no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

2.1 A novela histórica: Gigante de Botas

Figura 4 - Romance Gigante de Botas. Ofélia e Narbal Fontes, 1961



Fonte: Acervo pessoal

A obra que analisaremos a seguir foi escrita pelo casal Narbal e Ofélia Fontes. Narbal de Marsillac Fontes nasceu em 10 de fevereiro de 1899, na cidade de São Paulo. Foi professor, médico, poeta e escritor. Por questões de saúde, mudou-se ainda jovem para o Rio de Janeiro, onde se formou em Medicina, em 1930, Faculdade de Medicina da cidade. Nunca chegou a exercer a profissão de forma plena; no entanto, costumava atender as pessoas em situação de vulnerabilidade. Em 1932, retornou a São Paulo com o intuito de contribuir com a Revolução Constitucionalista, apresentando-se para servir como médico. Contudo, sua saúde frágil o impediu de oferecer seus préstimos (Medrano, 2021).

Ofélia Avellar de Barros Fontes, assim como seu esposo, nasceu no estado de São Paulo, em 21 de agosto de 1902. Foi professora primária, técnica de educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, escritora e radialista. Atuou nos programas “Rádio Escola”, patrocinado pela Prefeitura do Distrito Federal, e “Hora do Brasileirinho”, da Rádio Jornal do Brasil. Além disso, colaborou com a revista infantil “Mirim” e foi locutora na Rádio Mayrink Veiga (Medrano, 2021, p. 26).

O casal dedicou a vida à escrita de livros infanto-juvenis e de cunho histórico, produzindo um vasto acervo de obras editadas e reeditadas por algumas das principais editoras do segmento. Entre elas, destacam-se as obras *Gigante de Botas*, publicado pela primeira vez

sertanistas e às suas aventuras. Isso pode ser observado já na primeira página que antecede o texto, ou seja, a sinopse.

“O Gigante de Botas” não é uma história inventada, é uma história acontecida. Os episódios principais são verdadeiros, os personagens mais importantes são figuras reais... Os estudiosos de História do Brasil sabem que D. Rodrigo César de Menezes, Sebastião do Rego e outros se encontram em suas páginas. Isso para não falar em Bartolomeu Bueno da Silva, o “Gigante de Botas” e no Capitão João Leite da Silva Ortiz, que fundaram Goiás. Essa maravilhosa região do Brasil está a distância de algumas horas de avião do Rio de Janeiro e de São Paulo. Mas há dois séculos era como se fosse o fim do mundo... A bandeira que eles empreenderam foi uma das mais heroicas aventuras da Humanidade! (Fontes; Fontes, 1961).

Conforme se observa, o livro apresenta, em suas estruturas, personagens históricos e localidades cujas trajetórias de vida são comprovadas por meio de documentos e obras produzidas por historiadores. É o caso do personagem central, Bartolomeu Bueno da Silva ²⁵, que, segundo a historiografia bandeirantista, teria liderado uma importante “bandeira cuja arrancada de São Paulo se deu a 3 de junho de 1722” (Taunay 1953, p. 193), “para as bandas sertanejas, onde, outrora, em companhia do velho Anhanguera, seu pai o chefe da tropa, vira o ouro abundar, entre os índios guayazes” (Ilis Jr, 1934, p. 320).

Esse procedimento, aliado à narrativa romanceada, transmite ao(à) leitor(a) a ideia de que se trata de uma obra cujo teor é marcado pela verdade histórica, uma vez que se baseia naquilo que realmente teria acontecido, ou seja, uma “história acontecida” e, portanto, real. Cabe destacar que o romance foi publicado no ano de 1961 e que, à época, já havia uma importante produção historiográfica sobre o tema, a qual serviu de base para a consulta dos autores.

Do ponto de vista histórico, a própria capa do livro já oferece informações bastante relevantes, a começar pela caracterização dos bandeirantes: chapelão caído sobre a testa, bandeirola, pistola envolta ao cinto de couro, espada e botas cano alto. Trata-se de uma imagem similar a elaborada, em tela, por Benedito Calixto, para compor o acervo do Museu Paulista,

²⁵Anhanguera” (palavra de origem tupi, que em português significa “Diabo Velho” ou “Espírito Maligno”), foi a alcunha recebida por Bartolomeu Bueno da Silva (o primeiro de seu nome) pelos indígenas, após o episódio em que o bandeirante teria derramado um pouco de aguardente em um prato e ateado fogo e ameaçando os indígenas da região do que hoje é o estado de Goiás, de fazer o mesmo com todos os rios e fontes caso os indígenas não lhe entregassem todo o ouro que carregavam consigo. Anos mais tarde, seu filho, que herdara seu nome e a alcunha, e que quando jovem participara da bandeira referida, decide repetir o itinerário que o levará ao descobrindo de grande jazida de ouro na região de Goiás, de acordo com os historiadores do bandeirantismo. Ver, Campos, Elisa Ferreira Rocha. *O Anhanguera, de Theodoro Braga: dissonâncias de uma imagem controversa do bandeirantismo paulista*. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 30, p. e17, 2022.

em 1903. A obra retrata os sertanistas “*Domingos Jorge Velho e o loco - tenente Antônio Fernandes de Abreu*”, produzida a pedido de Afonso Taunay e Washington Luiz, e que se tornaria padrão de referência para as descrições e ilustrações posteriores, como a própria capa da obra aqui em análise.

Sobre o processo de construção da imagem dos bandeirantes, Marins argumenta que:

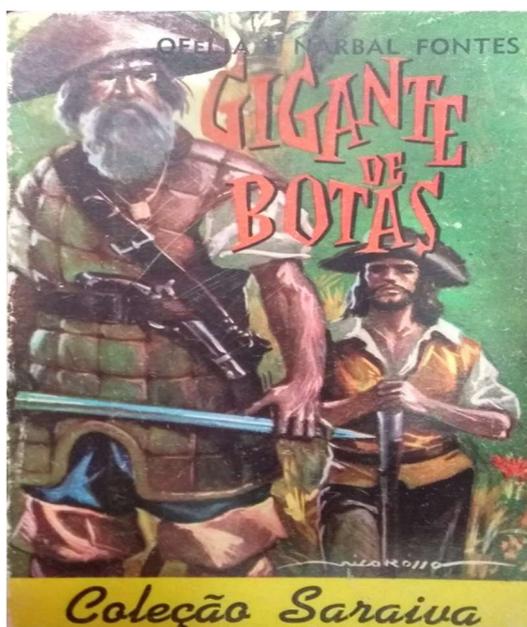
[...] ao longo do século XX foi caracterizado pela disseminação de uma série de convenções visuais, construídas coletivamente a partir de propostas formuladas no Museu Paulista. As obras de arte encomendadas para essa instituição desde 1903 estabeleceram um conjunto de caracteres definidores dessa personagem, que foram sendo socialmente apropriados e, muitas vezes, reforçados pela própria instituição, por meio de novas encomendas que replicavam esses caracteres (Marins, 2010, p. 406).

Figura 5 - Benedito Calixto. Domingos Jorge Velho e o loco-tenente Antônio Fernandes Abreu, 1993, óleos/tela, 140 x 99 cm.



Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de Hélio Nobre.

Figura 6 - Capa da obra Gigante de Botas - Ofélia e Narbal Fontes, 1961.



Fonte: Acervo Pessoal.

Já Luiza Volpato (1985, p. 71) salienta que, para adentrar o sertão, os bandeirantes utilizavam trajes apropriados, embora não tão pomposos como costuma descrevê-los os historiadores tradicionais. Em suma, recorriam a chapéus de abas longas ou carapuça e tinham o gibão como principal acessório. Uma espécie de armadura feita de algodão, utilizada para a proteção contra as flechas inimigas. Por sua vez, o couro, muito utilizado pelos sertanistas em diversas finalidades, era descartado como vestimenta, pelo fato da couraça poderia repelir as flechas, “criando a possibilidade de que elas viessem a atingir os companheiros”.

Embora a historiografia mencione que uma das utilidades do couro seria a fabricação de calçados, “não há evidências para confirmar tais representações dos paulistas do século XVII. Ao que tudo indica caminhavam descalços e não com botas de montarias tão comuns nas estátuas e figuras dos bandeirantes” (Davidoff, 1982, 28).

Outro detalhe que pode ser observado em ambas as imagens é a densa mata ao fundo, que contrasta com a expressão séria dos personagens. Esse pano de fundo contextualiza a cena, moldando e influenciando a percepção de quem a observa. Nesse sentido, a impressão que os autores buscam transmitir é de severidade e adversidade, um cenário no qual somente homens destemidos poderiam transpor, configurando uma verdadeira “raça de gigantes”.

Salvo alguns elementos pontuais como, por exemplo, a camisa e o manto que cobre um dos ombros do bandeirante Jorge Velho, em contraste com o gibão trajado por Anhanguera.

Podemos afirmar que a capa de *Gigante de Botas* é uma autêntica cópia da obra de Benedito Calixto. Feito as ponderações sobre a capa do livro, passemos agora à parte textual da obra.

O primeiro capítulo, intitulado *Na fazenda do Anhanguera*, é marcado pelo encontro entre o capitão Ortiz e sua prometida, a jovem Belinha, filha do aclamado bandeirante Anhanguera²⁶. A moça aproveita a ausência do pai para se aproximar do capitão e trocar confissões. Ortiz revela à jovem que, em breve, partirá em uma *bandeira* juntamente com o seu pai. Preocupada com a sorte do amado, ela lhe pede que permaneça. Entretanto, o rapaz argumenta que, em sua idade, não poderia dar ao luxo de ver uma *bandeira* partir e ficar na vila. Ortiz tenta consolar Belinha, dizendo que, com sorte, em um ou dois anos estaria de volta²⁷. A moça então responde: “Ficarei a rezar pelo seu retorno”.

Ainda neste capítulo, os autores tentam induzir o(a) leitor(a) à percepção de que Anhanguera levava uma vida de opulência, ao mencionar a grande quantidade de “cativos” sob seu domínio, tanto indígenas, quanto negros. Também é transmitida a concepção do bandeirante generoso, honrado e admirado, inclusive por aqueles que os serviam de forma compulsoriamente. Ideias como essas estão presentes em obras como *História Geral das Bandeiras*, tomo 3, de Afonso Taunay, na qual o autor sustenta que os indígenas seguiam os paulistas pela admiração que nutriam por eles, agindo, portanto, com “lealdade e valentia” (Taunay, 1929, p. 267). Essa mesma concepção é reproduzida por Alcântara Machado, em *Vida e Morte do Bandeirante* (1929), quando transmite, de forma similar a Taunay, essa suposta relação harmônica entre bandeirante e indígena.

Na página 11, a narrativa enfatiza o heroísmo do bandeirante, aventureiro e resiliente, capaz de enfrentar a dureza e os perigos do sertão. Apreensiva, Belinha diz ao capitão Ortiz:

— Tenho tanto medo que lhe aconteça alguma coisa! ... Ouço dizer que os sertanistas sofrem tanto! O que pai conta a respeito de tribos selvagens que atacam de tocaia, de caminhos abertos entre espinheiros, pantanais pestilentos, cachoeiras que trancam a passagem dos rios e muitos outros perigos por que passou quando tinha doze anos, acompanhou meu avô ao sertão, faz se arrepiar o cabelo só de ouvir...

— Vosmecê vê, portanto, que os perigos são muitos, mas nem sempre nele perece... Aí está o senhor seu pai que era apenas um menino e a tudo resistiu. E já agora, cheio de ânimo e vigor, arma nova bandeira para voltar ao sertão, apesar dos seus cinquenta e dois anos!...

²⁶ A personagem do capitão Ortiz faz referência ao bandeirante João Leite da Silva Ortiz, o qual casou-se com a filha de Bartolomeu Bueno da Silva, o “moço”. Ver Franco, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Editora Universidade de São Paulo, 1989.

²⁷ De acordo com Volpato: “As expedições permaneciam meses e muitas vezes anos no sertão” Volpato, Luiza Rios Ricci. *Entradas e bandeira* 1985, p. 65.

— Meu pai herdou, realmente do senhor meu avô, uma resiliência que espanta! ...
 — Eu também me orgulho, Belinha, de descender de uma estirpe de heróis!
 (Fontes; Fontes, 1961, p. 11).

É nítido, no trecho acima, a exaltação aos sertanistas, não apenas por confrontarem os perigos ao longo das *bandeiras*, mas, principalmente, pela forma como superam os obstáculos.

Os indígenas são apresentados como selvagens e traiçoeiros, concepção que corrobora o discurso que justifica e naturaliza a ação do colonizador frente às populações originárias, uma vez que sua suposta natureza hostil “impedia o pleno e tranquilo avanço da civilização” (Oliveira, 2000, p.48. grifo nosso). Nesse sentido, como bem aponta Barros (1993), foram rotulados de bárbaros:

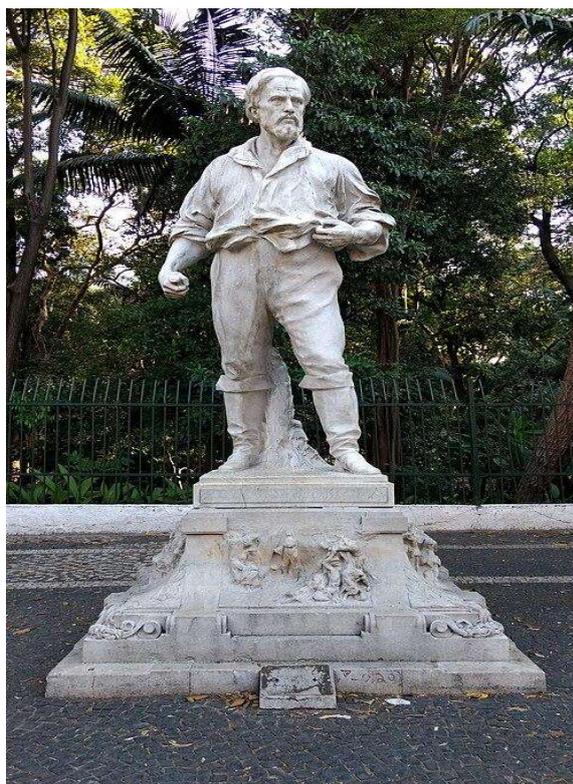
O índio “brabo” é aquele que por sua vez [...] não está reduzido ao mundo planejado da Missão, que não se submeteu ao catequismo do missionário, à escravidão do colonizador, que resiste de maneira mais explícita, visível e violenta, tornando-se no conceito do colonizador, uma figura “bárbara” (Barros, 1993, p. 192).

A violência indígena, na verdade, configurava-se como uma resposta estratégica à invasão e à destruição praticadas pelos europeus. Era a maneira encontrada para resistir àqueles que, além de desejarem apoderar-se de suas terras, objetivavam submetê-los ao trabalho forçado e à aculturação.

O segundo capítulo — *Um sonho de 40 anos ...* — é marcado pelo diálogo entre o velho bandeirante Anhanguera e seu futuro genro, o já mencionado capitão Ortiz. Os personagens passam o capítulo discutindo a formulação da bandeira, o sonho de encontrar fortuna e os perigos que, porventura, teriam de enfrentar. A expedição teria como destino as terras de Goiás, o mesmo itinerário que, o agora experiente bandeirante teria feito na companhia de seu pai, o agora experiente bandeirante teria percorrido na companhia de seu pai, o primeiro Anhanguera²⁸. Ainda neste capítulo, Dona Joana, esposa de Anhanguera, tenta persuadir o sertanista a não partir para o sertão afora, usando o apelo familiar na tentativa de comovê-lo, no entanto sem sucesso.

²⁸ Sobre o papel do referido sertanista na exploração de Goiás, ver Quadros, Eduardo. Anhanguera: o mito fundador de Goiás. In: LEMES, Fernando Lobo. Territórios da História. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015, p.19-45.

Figura 7 - Monumento em homenagem a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera



Fonte: Arte Fora do Museu. Disponível em: <https://arteforadomuseu.com.br/monumento-ao-anhanguera/>

Se, no primeiro capítulo, os autores nos trazem informações a respeito da caracterização dos antigos paulistas, neste são revelados aspectos físicos e traços que enaltecem a sua imagem. “Anhanguera [...] Era uma vigorosa figura de bandeirante: alto, espadaúdo, barba cerrada, boca voluntariosa, expressão de energia indomável” (Fontes; Fontes, 1961, p. 14). Aspectos que podem ser conferidos em pinturas e esculturas, como a do próprio Anhanguera, localizada em uma das áreas mais nobre da capital paulista, a famosa Avenida Paulista²⁹, e em tantas obras históricas, como *História Geral do Brasil* (Varnhagen, 1854); *História da Cidade de São Paulo* (Afonso Taunay, 1929) *Populações Paulistas* (Alfredo Ellis, 1934); *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo* (Carvalho Franco, 1940), todas produzidas pelos construtores da identidade paulistana.

Ainda neste capítulo, os autores procuram transmitir ao leitor a ideia de utilidade das bandeiras para o progresso do Brasil, destacando seus múltiplos benefícios. Essa concepção fica evidente no diálogo entre Anhanguera e o capitão Ortiz:

²⁹ A obra em questão foi entalhada em mármore pelo escultor italiano Luigi Brizzolara, em Gênova, Itália e foi inaugurada no dia 11 de agosto de 1924, nos jardins do Palácio dos Campos Elíseos. Uma década depois, a estátua foi transferida para a frente do parque Trianon, na avenida Paulista, onde até hoje pode ser vista pelos frequentadores do local.

— Também espero voltar, mas devemos estar preparados para o que der e vier, Capitão Ortiz. Demais, o sertanista pode não voltar para S. Paulo. De qualquer forma sua empresa é útil: se volta, traz índios, prata e ouro; se não volta, a cruz que lhe assinalar o corpo devolvido à terra será um marco de valor para novas entradas ao sertão. Isso sem falar nas trilhas rasgadas na mata, nas roças que plantar, nas clareiras abertas em plenos carrascais, nas canoas encalhadas em rebojos perdidos, nas informações orais dos que consigam retornar à vila que hão de ajudar a tarefa dos que lhes sucederem... (Fontes; Fontes, 1961, p. 16).

Além das riquezas materiais, como o ouro e a prata, as expedições trazem para a vila de São Paulo mão de obra indígena. Até mesmo as mortes ocorridas ao longo da bandeira são úteis às futuras expedições, na medida em que servem para sinalizar os caminhos percorridos pelos primeiros desbravadores. E isso sem mencionar as trilhas abertas, roças plantadas, canoas construídas e os relatos orais daqueles que sobreviveram às arriscadas incursões pelo sertão. Como se observa, tudo é aproveitado em nome do progresso e do desenvolvimento material do reino. É justamente essa visão do sertanista como promotor do progresso que será utilizada para justificar o protagonismo da elite paulista no desenvolvimento econômico do país. Conforme destaca a historiadora Kátia Abud:

Foi nesse momento, entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi recuperada como símbolo, pois, ao mesmo tempo em que denunciavam as qualidades de arrojo, progresso e riqueza de São Paulo, aquela imagem representava o processo de integração territorial que dera sentido à unidade nacional. Enquanto símbolo, o bandeirante representava, de um lado, a lealdade ao estado e de outro, à nação. Permitia ainda, com a significação que os estudos históricos do período lhe deram, que uma parcela da população, a dos imigrantes, se integrasse à nova sociedade, na medida em que uma das vertentes dos estudos sobre o bandeirismo deu ênfase à miscigenação (Abud, 2019, p.123).

O capítulo III — *A Benção da Bandeira* — explora a presença da religiosidade nas expedições, a começar pela missa celebrada em prol da bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno, o Anhanguera. A comoção toma conta de todos na cidade com a partida dos sertanistas. O sacerdote responsável pelas bênçãos adverte sobre os perigos que os sertanistas haveriam de enfrentar. Por outro lado, também destaca a importância daquele empreendimento, tanto para com o reino dos homens, quanto para o reino dos céus, haja vista que o sucesso da expedição resultaria no aumento da fazenda real e na conversão de mais homens convertidos ao cristianismo.

Luiza Volpato (1985, p. 74) ressalta que o homem moderno era profundamente ligado à questão da religiosidade, acreditava nos dogmas e na justiça divina. Assim também era o bandeirante, que, como homem do seu tempo, preocupava-se em seguir e acatar as ordens da Igreja e de seus representantes, “desde que seus interesses não fossem postos em risco”.

Em diálogo entre a escravizada Felícia e a jovem Engrácia, filha de Anhanguera, Felícia tenta acalmar o coração da moça, dizendo que já havia presenciado aquela cena antes e que, assim como seu avô, seu pai haveria de retornar triunfante do sertão. O capítulo encerra-se com dois homens tramando contra a bandeira de Anhanguera. São eles: Nuno Ramires, feitor e capataz do velho bandeirante, e Sebastião do Rego, responsável pelo recolhimento dos quintos reais na vila. Como se verá mais adiante, toda a trama do livro gira em torno da ambição desses dois personagens.

O capítulo seguinte – *A partida* – é dedicado ao início da expedição. Com a inevitável despedida dos sertanistas, a angústia toma conta das mães e esposas vendo à partida de seus familiares. Conforme a narrativa,

Soou, de novo, a trompa. Agora era um fato: a bandeira punha-se em marcha, atenta às ordens de Capitão Ortiz. Trinta e nove cavaleiros e cento e cinquenta e dois infantes, inúmeros escravos de pé no chão e bugres sobraçando arcos. Todos os brancos e mamelucos armados de escopetas, facas e adagas; muitos levando machados de falquejar pendentes da sela; nos ombros e a tiracolo cobertores de baeta enrodilhados. (Fontes; Fontes, 1961, p. 35-36).

Os autores destacam, ainda, a formação da bandeira, descrevendo em detalhes o modelo organizacional, isto é, o lugar e a importância de cada membro dentro da expedição.

Descrição análoga pode ser conferida na obra *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo* de Carvalho Franco:

[...] entrou Bartolomeu Bueno da Silva para o sertão a 3 de julho seguinte, com uma bandeira em que iam, segundo o alferes José Peixoto da Silva Braga, que dela fez parte, cento e cinquenta e duas armas, entre as quais vinte índios das aldeias reais, para a condução da carga e três religiosos. Destes, dois eram beneditinos, frei Antônio da Conceição e frei Luiz de Sant' Anna e um franciscano, frei Cosme de Santo André. Levava a diligência trinta e nove cavalos. Silva Braga conta entre os brancos da expedição, um baiano, cinco ou seis paulistas e os demais reinóis. Os paulistas eram, exceção do cabo: João Leite da Silva Ortiz, seu genro, como imediato da tropa; Simão Bueno da Silva, seu irmão; Antônio Ferraz de Araújo, seu sobrinho; Manuel Peres Caiámares, seu cunhado; Manuel de Oliveira e João Pimentel de Tavora. O baiano era certo João da Matta e dos reinóis, além do alferes Silva Braga, colhe-se ainda os nomes de José Alves, Francisco de Carvalho de Lordelo, Estevam Mascate Francez e Urbano do Couto e Menezes (Franco, 1940, p. 229-230).

Percebam-se que a presença negra não é destacada pelos autores, assim como no excerto do historiador bandeirantista Carvalho Franco. A omissão e/ou negligência de uma história negra no período colonial indica, por parte dos autores, a continuidade de preceitos alinhados aos ideais de progresso e civilização, amplamente difundidos por boa parte da intelectualidade brasileira do final do século XIX e início de XX, como aponta Maria Cristina Gouveia:

Essa ausência do negro nas cenas sociais descritas no período remete à sua marginalização após a abolição. O apagamento do negro nos textos da época reflete uma mentalidade dominante voltada para os ideais de progresso e civilização (Gouvêa, 2005, p. 84).

Complementando o raciocínio de Gouveia, Márcia Cristina Pinto e Ricardo Ferreira (2014, p. 258) afirmam que: “Entre a segunda metade do século XIX até meados do século XX, mais precisamente a década de 1930, a sociedade brasileira foi fortemente influenciada por teorias racistas importadas da Europa”. Como a eugenia, que sugeria a superioridade de uma raça em detrimento de outras³⁰. Tal teoria se faz presente, de maneira explícita, na obra aqui em análise, na medida em que os autores procuram desvincular os paulistas de uma formação étnica miscigenada, separando-os inclusive, dos chamados “mamelucos”.

O tópico se encerra com a narrativa da bandeira desaparecendo aos olhos dos planaltinos, enquanto adentra a mata densa. A partir desse ponto, os autores passam a atribuir protagonismo à natureza no desenvolvimento do enredo.

Ao adentrar o sertão, Anhanguera tenta explicar para seu filho mais novo, Baltazar, que, para que uma bandeira obtenha sucesso, não basta que os homens sejam corajosos, espírito aventureiro e que estejam dispostos a fazer sacrifícios. É fundamental conhecer a natureza e saber interpretá-la, pois muitos são os perigos escondidos no sertão. Nesses aspectos, os autores destacam a suposta destreza dos sertanistas em driblar os perigos do sertão, exemplificando, por exemplo, o costume das expedições de se movimentarem nas primeiras horas do dia, de modo a evitar o desgaste físico e o desânimo dos homens com a expedição, uma vez que a jornada poderia se prolongar por anos. Apesar de os perigos naturais serem diversos e

³⁰ Embora a mitificação do bandeirante tenha se consolidado na ideia de junção étnica, na qual serviu como embasamento teórico de autores como Alfredo Ellis Júnior, para legitimar a superioridade dos paulistas frente aos demais membros da federação. A tese de Pedro Taques do bandeirante branco de linhagem nobre (tentativa de representação europeizada destes personagens) não foi de todo abandonada, estando presentes em inúmeros textos, esculturas e telas como já pode ser observado neste trabalho. Tendo Barros Ferreira optado por esta representação dos bandeirantes em sua obra.

assustadores, nada parece se sobrepor à coragem e à determinação dos bandeirantes, conforme se depreende do diálogo entre Anhanguera e Baltazar:

— Repare, pai, que coisa engraçada! As sombras que os archotes fazem na terra são tão grandes! ... Parece que só vieram gigantes na nossa bandeira! ...
 — São sombras fantásticas que, de uma certa forma, dizem a verdade, meu filho. Esses homens que tudo deixaram pelo desconforto e perigo do sertão são verdadeiros gigantes, pois, na sua rudeza e simplicidade, estão fazendo mais, por essa terra, que distintos cidadãos que lá estão, nos gabinetes da governança, a expedir as ordens do Reino ... (Fontes; Fontes, 1961, p. 48).

Impressionado com os homens da expedição, o jovem Balthazar associa a sombra destes à figura de gigantes, analogia que o seu pai confirma, exaltando a coragem dos sertanistas em se sacrificar pelo progresso do reino — feito que, segundo eles, esses homens realizam mais do que muitos “distintos cidadãos” que, na Europa, se conservam em seus gabinetes apenas a expedir ordens. Essa associação, aliás, está presente no próprio título do romance *Gigante de Botas*, em alusão à figura de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera.

Como visto anteriormente, essa narrativa do bandeirante desbravador foi amplamente explorada pela elite cafeeira paulistana em seu projeto de poder. No segundo quartel do século XIX, São Paulo despontava como a maior potência econômica do país. Entretanto, essa posição ainda não se refletia plenamente no cenário político nacional. Com o fim do império, essa elite lançou-se em um grande movimento, vinculando-se aos antigos paulistas na tentativa de justificar seu direito natural de conduzir o país rumo ao progresso, pois, segundo Abud:

Desde o início da colonização, coubera aos habitantes do Planalto de Piratininga levar à frente a expansão colonial. Tinham sido responsáveis pela conquista do território, forjando a unidade territorial do que viria se tornar o Brasil, mas também pelo enriquecimento da metrópole, além de se reconhecerem como portadores da civilização para os mais distantes rincões da América, que eles mesmos tinham tornado portuguesas (Abud, 2019, p. 25).

O capítulo seguinte é marcado pela primeira baixa humana na expedição: a morte do indígena carijó Sinimbu. Responsável por vistoriar o outro lado do rio a fim de garantir passagem segura aos homens da bandeira, Sinimbu foi alvejado por uma flecha disparada por indígenas rivais enquanto fazia o reconhecimento do terreno. Mesmo ferido, conseguiu atravessar o rio e alertar os homens sobre o perigo que os espreitava na outra margem. A bravura do indígena causou grande comoção entre os paulistas e, sobretudo, entre os demais companheiros indígenas que integravam as bandeiras. Esses, apesar de há muito tempo estarem

inseridos na cultura do “homem branco”, não abandonavam suas tradições, principalmente nos momentos de angústia:

Refugiados na orla da mata, os índios prestaram também uma cerimônia fúnebre, em homenagem ao morto. Havia aprendido com os brancos, em Paranaíba e S. Paulo, sob o comando de Anhanguera, muitas coisas. Mas qualquer emoção despertava neles lembranças adormecidas, velhos costumes primitivos. De volta ao seu habitat natural, reviviam, em todas as oportunidades, as práticas abandonadas de outrora. (Fontes; Fontes, 1961, p. 53).

Como pode ser observado no fragmento acima, os hábitos culturais dos indígenas são descritos como “primitivos”, em oposição aos costumes do homem branco, este sim, visto como “civilizado”. A assimilação trabalhada neste capítulo pelos autores, é um ponto bastante difundido pela historiografia tradicional. Parte-se do pressuposto de que o indígena teria se apropriado da cultura do homem branco, o que, nesse sentido, conferiria a este uma posição de etnia superior. Todavia, sabemos que a cultura é dinâmica, uma via de mão dupla: se, por um lado, os indígenas incorporaram elementos da cultura do colonizador, por outro lado, o inverso também ocorreu. Nesse sentido, Volpato explica que:

Com o desenvolvimento do bandeirantismo, a interação dos paulistas foi se aprofundando cada vez mais. [...] Os índios caminhavam com destreza, orientando-se à noite pelas estrelas e durante o dia pela sombra que o polegar deixa na mão. Habilidade que logo transmitiram aos sertanistas. O uso de sinalizar os caminhos também era bastante difundido entre o gentio e incorporado pelo bandeirante. [...] Até mesmo na forma de caminhar os bandeirantes foram pouco a pouco assumindo hábitos indígenas (Volpato, 1985, p. 65-66).

O fato de nos apropriarmos de elementos de uma outra cultura, em hipótese alguma, nos imprime uma nova identidade. Da mesma forma que o uso de calças jeans não nos torna estadunidenses, possuir uma mesa em casa tampouco não nos torna mesopotâmicos.

Apropriamo-nos de elementos culturais que, de alguma forma, fazem sentido e são pertinentes às nossas realidades. Portanto estamos inseridos em uma relação de trocas culturais.

O escritor mexicano Octávio Paz escreveu com muita propriedade que as civilizações não são fortalezas, mas encruzilhadas”. Ninguém vive isolado absolutamente fechado entre muros de uma fortaleza. Historicamente, cada povo mantém contato com outros povos. Às vezes essas formas de contato são conflituosas, violentas. Às vezes, são cooperativas, se estabelece o diálogo, a troca. Em qualquer caso, os povos se influenciam mutuamente (Freire, 2016, p. 13-14).

Em suma, é como afirma Roque de Barros Laraia (2001, p. 96) “é praticamente impossível imaginar a existência de um sistema cultural que seja afetado apenas pela mudança interna”³¹.

No capítulo “*Varando o Sertão*”, os sertanistas já se encontram muito longe de casa e, até então, nada de encontrarem a velha estrada por onde Anhanguera, ainda jovem, teria passado. O desânimo começa a tomar conta dos homens, que passam a desanimar, temendo o insucesso da bandeira. Com os mantimentos escasseando, resta aos sertanistas recorrer à caça de animais para garantir a subsistência. Muitos homens sofrem com a inanição; outros, acometidos pela febre, passaram a delirar. As dificuldades impostas pelo sertão colocavam seriamente à prova o sucesso da bandeira:

Muitos meses se passaram... A orgulhosa bandeira, que demandava a fortuna, estava reduzida a um punhado de criaturas famintas, maltrapilhas, febrentas, opadas e moribundas. O cansaço e a fome se haviam aliado para pôr à prova a pertinácia e o espírito de sacrifício dos sertanistas (Fontes; Fontes, 1961, p. 58).

Ortiz, em conversa com Anhanguera, afirma que é na desgraça que se tem a oportunidade de conhecer melhor as pessoas. Nesse momento, o capitão aponta para o mameluco Indaiá, homem de sua confiança, de Ortiz e Manuel Cabeça, mestre fundidor, que, ao perceberem o número de doentes, passaram a colaborar com os cuidados dos enfermos.

É nesse momento de dificuldade que o plano golpista de Nuno Ramires começa a ser posto em prática. Diante das adversidades enfrentadas pela bandeira, o feitor se aproxima de um grupo de aventureiros e passa a questionar a autoridade do bandeirante Anhanguera, afirmando que deveria ter dado ouvidos às palavras de Sebastião do Rego, que sempre se posicionou contra uma bandeira chefiada, segundo ele, por um velho teimoso e um capitão imbecil. Diante dessas palavras, o Alferes Peixoto ouvindo questiona: O que fazer? já estamos condenados. Ramires responde: a única saída é tomar de assalto a bandeira, ou seja, tirar Anhanguera do comando da expedição³².

³¹ Sobre o dinamismo cultural, ver. Laraia, Roque de Barros. *Cultura: O conceito antropológico de cultura*. Rio de Janeiro: Copyright 14 ed. 2001.

³² Há inúmeros relatos na historiografia bandeirantista sobre conspirações e insurreições ocorridas durante as expedições sertanistas pelo interior do país. Talvez o mais famoso destes episódios tenha sido a tentativa de insurreição de José Dias País a bandeira de seu pai, o famoso Fernão Dias. Mais adiante neste texto traremos mais detalhes sobre este episódio.

Nesse instante, Jerônimo, um dos escravizados, é surpreendido ouvindo a conversa. Irritado, o feitor derruba-o e o ameaça com sua espada, exigindo que o rapaz releve. Nuno ordena que Jerônimo diga-lhe quem mandou espioná-lo. Mesmo acuado, o negro não diz uma palavra. Quando o feitor se preparava para dar fim à vida do pobre infeliz, eis que é surpreendido pelo Capitão Ortiz — que ordena que Jerônimo vá correndo avisar Bueninho, filho mais velho de Anhanguera, sobre o motim. Enquanto isso, Ortiz se impõe diante de Nuno, que fica visivelmente acuado. O capitão então aponta a figura de Anhanguera a Ramires, e começa a tecer elogios ao velho bandeirante. O feitor, em silêncio, ouve o capitão. Depois de exaltar Anhanguera, Ortiz resolve conceder uma segunda chance a Nuno Ramires.

Do outro lado, à porta do rancho, já ciente dos revoltosos, Anhanguera aguardava pacientemente. O bandeirante então explica para Baltazar que, em toda bandeira, há sempre um grupo de traidores e que aquela revolta não o surpreendia. Vendo o Alferes Peixoto se aproximar, e antes que o oficial pudesse se posicionar, Anhanguera censurou-o: “Vosmecê é o comandante da milícia de S. Paulo. Devia ser um exemplo de disciplina e ordem! Pelo menos foi sempre essa a atitude que esperei ver em vosmecê” (Fontes; Fontes, 2016, p. 67). Peixoto, então, responde ao chefe que não estava ali como revoltoso, mas, assim como os outros que o acompanhavam, queria que o bandeirante lhes mostrasse a eles o roteiro da expedição. Anhanguera, por sua vez, afirma que não havia roteiro algum, pois um bandeirante não precisa de um roteiro: guia-se pelo sol e pelas estrelas. Os revoltosos insistiam em ver o roteiro que não existia. Anhanguera permaneceu firme, de braços cruzados, à frente daqueles homens. De repente, soou o toque de alarme e toda bandeira se pôs à frente do velho bandeirante. O grupo que fazia barulho silenciou-se. Ortiz, então, surge diante do chefe e comunica que precisavam levantar acampamento, pois, caso contrário, seriam sitiados pelos indígenas caiapós. Ortiz emite a ordem para que Peixoto recolha todos os enfermos e auxilie no levantar acampamento. O oficial, rapidamente, esquece-se do motivo que o levava até ali e prontamente acata as ordens de seu capitão.

No capítulo seguinte, Anhanguera e Ortiz debatem sobre a possibilidade de haver uma mente por trás da revolta encabeçada por Alferes Peixoto. Ambos duvidam que Peixoto, sozinho, fosse capaz de tal plano. Anhanguera passa a noite refletindo sobre o ocorrido, enquanto a bandeira segue sua marcha. Então, vêm-lhe à memória os tempos de menino e a astúcia de seu pai diante dos indígenas, que se recusavam a revelar o local de onde extraíam o ouro utilizado na confecção dos colares que adornavam os pescoços das mulheres da aldeia. Vinha à lembrança, especialmente, da cena em que rendera a seu pai a famosa alcunha de Anhanguera. Seu pai pegara uma garrafa de aguardente e um prato fundo, ateando fogo, e

ameaçara fazer o mesmo com as águas do Rio Vermelho, caso os indígenas não revelassem a localização do ouro. Apavorados, os indígenas passaram a gritar “Anhanguera! Anhanguera!” — o que significa diabo vermelho “espírito maligno”.

Este é mais um episódio tido como verdadeiro pelos historiadores do bandeirantismo (já exposto em nota neste texto), mencionado pelos autores na tentativa de conferir veracidade e legitimidade à narrativa por eles construída, corroborando assim a continuidade da narrativa oficial.

Em São Paulo, Dona Joana, juntamente com as filhas, põe-se a rezar, pedindo intercessão divina em prol dos sertanistas. Mais uma vez, Ortiz e Nuno Menezes envolvem-se em uma discussão. A noite chega e a bandeira estaciona na encosta de uma serra. Sem forças para transpor o obstáculo, os homens só voltariam a marchar no dia seguinte. A última marcha consumiria a última gota de forças dos membros da expedição. A fome atingia até a cúpula da tropa, mesmo os clérigos e os chefes de grupo nada tinham para comer. Vendo a tropa desfalecer, Anhanguera pediu para que Frei Cosme pregasse algumas palavras de confiança para reanimar os homens. Em um outro canto, o feitor Nuno Ramires tentava mais uma vez persuadir o grupo de aventureiros a se rebelar contra o velho bandeirante. Frei Cosme procurava reanimar a tropa dizendo que logo Deus providenciaria a vitória, e que muitos seriam afortunados. Nesse momento, um homem moribundo levantou-se e disse ao Frei que o que eles precisavam era comida, e não de ouro. Na tentativa de consolar os homens, o religioso afirmou que a comida chegaria no dia seguinte, ajoelhou-se e começou a rezar. Vendo o clérigo de joelhos, os homens fizeram o mesmo.

Novamente, os autores exploram a questão da religiosidade, agora por meio do preceito religioso do bem versus mal, “valores aceitos culturalmente, como positivos e enobrecedores indicativos do bem proceder na perspectiva religiosa” (Bastos; Silva, 2007, p. 22). Nesse sentido, Nuno Ramires é pintado como uma espécie de “Judas” (apóstolo que teria traído Jesus), pois tramava contra o honrado homem que nele confiava.

Os autores também enfatizam as mazelas sofridas pelos sertanistas, estratégia utilizada com o intuito de causar comoção no leitor e, ao mesmo tempo, provocar admiração e respeito pelos exploradores.

No capítulo seguinte, intitulado *Os Quirixás*³³, o destaque fica por conta das alianças firmadas entre indígenas e colonizadores. A narrativa começa com os Quirixás cercando e

³³“QUIRIXÁS” ”“Kirirás” ou Curuchás, cuja tradução do tupi: CRIXÁS são como conhecidos o grupo de indígenas que habitam a região compreendida entre os Rios Crixás-Açu e Crixás-Mirim no estado de Goiás. Ver, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/crixas/historico>.

promovendo um ataque à bandeira de Anhanguera. É então que o bandeirante ordena Nuno Ramires a sair da maloca onde estavam abrigados para averiguar a possibilidade de escapar do cerco promovido pelos indígenas. Ramires tenta convencer Anhanguera de que a sua presença no local era imprescindível, pois um enfermo estava sob os seus cuidados. Ortiz, zombando da covardia de seu desafeto, coloca-se à disposição de Anhanguera para realizar a missão. O capitão reúne alguns homens e, rastejando pelo terreno, vão se afastando rapidamente da maloca. Os sertanistas deparam-se com um grupo de indígenas displicentes, fumando cachimbo, e os fazem reféns. Ortiz os leva até o velho bandeirante. Ao ouvir o nome Anhanguera, um dos indígenas, chamado Caxingó, vira-se em direção do bandeirante e diz, na língua dos brancos, que era amigo do velho Lourenço — um sertanista que a muito vivia com os indígenas e que Anhanguera tivera o prazer de conhecer ainda criança, na expedição feita com o pai. Eufórico, Anhanguera saúda o indígena, que garante ao bandeirante guiá-lo até a região do ouro. No dia seguinte, Caxingó voltou ao encontro de Anhanguera acompanhado do cacique da tribo Abaeté³⁴. Como prova de amizade, o cacique oferece ao bandeirante algumas moças indígenas. O bandeirante sabia que era tradição da maioria das etnias indígenas oferecer mulheres como presente aos forasteiros; no entanto, o sertanista recusa a oferta e, em retribuição, presenteia o cacique com um punhado de bugigangas, ganhando assim a confiança do chefe indígena.

Percebe-se que os autores tentam transmitir a ideia de que os bandeirantes eram homens honrados, incapazes de tomarem para si uma mulher indígena, mesmo que esta lhe sido ofertada, ou seja, dada como presente, algo que não diminuiria seu caráter, uma vez que tratava de um elemento da cultura indígena, simbolizando amizade, portanto, legítimo. Ao partirem dessa premissa, os autores optam pela narrativa negacionista e/ou omissa em relação aos conflitos, aos jogos de interesses, à violência física, psicológica e do extermínio dos indígenas, seja ela pela via bélica ou epidemiológica³⁵. Dessa maneira, agem de forma similar a Afonso Taunay, que, segundo Raimundo (2004, p. 8), desenvolveu toda sua obra pautada no “heroísmo do bandeirante que avançou fronteiras”, sem dar devida relevância à violência praticada contra os indígenas.

³⁴ Diferentemente de *Quirixás*, *Abaeté* corresponde a uma etnia indígena, que segundo o IBGE, foram os primeiros habitantes do município mineiro de mesmo nome (Abaeté) <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/abaete/historico>.

³⁵ Em *Negros da terra* (1994), a violência praticada pelos bandeirantes é desnudada por John Monteiro. Na página 73 da obra, o autor nos traz alguns relatos de padres jesuítas denunciando a agressividade empregada por esses homens. Nem mesmo crianças e idosos escapavam da ação violenta dos sertanistas (Monteiro, 1994, p. 73).

Engajados na bandeira, os indígenas cedidos por Abaeté tentam persuadir os “domesticados” a abandonar a expedição e seguirem livres como antes. Anhanguera sabia que o contato entre indígenas “selvagens” e “domesticados” poderia lhe trazer grandes transtornos, por isso redobra a atenção. O episódio é mais reforça as qualidades do líder do sertanista. Enquanto isso, a fome e o cansaço tomam conta da bandeira. Ramires, mais uma vez, aproveita da situação para tentar colocar os homens contra Anhanguera. O alferes Peixoto deixa claro para Ramires, que não participará novamente de uma revolta contra o chefe bandeirante, avisando-o que assim que avistar um rio que corre para o norte juntará seus homens e partirá. Ortiz fica sabendo dos rumores de uma nova tentativa de golpe por parte do feitor e o chama para uma conversa. O capítulo termina com os dois se desentendendo e Ramires desafiando o capitão para um duelo. Ortiz desarma Ramires, mas, antes que pudesse fazer qualquer coisa, é surpreendido pela presença de Bueninho, que questiona o motivo do desentendimento. Ortiz então se retira do local, dizendo que apenas teria mostrado ao feitor como se desarma um valentão.

Na sequência, Ortiz tenta resgatar Frei Cosme, que havia ficado para trás. “Era preciso encontrar Frei Cosme, custasse o que custasse. Não só porque ele merecia ser procurado, como também porque a bandeira sem capelão estaria mal parada!” (Fontes; Fontes, 1961, p. 110). Os outros dois clérigos, Frei Antônio e Frei Luiz, que também acompanhavam a expedição, haviam sido liberados por Anhanguera anteriormente devido ao estado debilitado em que se encontravam. Ambos se estabeleceram com escravos negros no cerrado que haviam descoberto.

Em seguida, Anhanguera diz a Ortiz para atravessar o rio exatamente no ponto em que se encontravam e que, para guiar-se no retorno, deixaria uma flecha sinalizando a direção que a bandeira tomaria do outro lado. Nuno Ramires, que havia escutado a conversa, deixa seu chapéu cair propositalmente e, ao voltar à margem do rio, retira a flecha que indicava o caminho da bandeira.

Após algumas horas de caminhada, a bandeira finalmente chega ao destino pretendido. Contudo, antes mesmo que pudesse se apresentar, Anhanguera e seus homens são surpreendidos e cercados pelos indígenas de Goiás. Os sertanistas são levados à presença do Cacique Neenguiru. O bandeirante, falando na língua indígena, se apresenta como amigo e filho do velho Anhanguera. Neenguiru imediatamente reconhece o nome, pois o velho Lourenço, seu amigo, frequentemente falava sobre ele. O sertanista então explica ao cacique que ele e seus homens estavam ali em busca de ouro. Neenguiru responde que o ouro tão desejado se encontrava nas terras de Tambu, chefe da tribo Araês, o mesmo que havia matado o velho Lourenço. Ao ouvir

essa informação, o bandeirante imediatamente ordena que seus homens se preparem para enfrentar a batalha com os Araês³⁶.

No excerto acima, os autores trabalham a ideia de uma aliança firmada entre aqueles os “indígenas bons” e os bandeirantes. No entanto, quando analisado sob uma perspectiva menos romantizada, percebe-se claramente que essa relação se estabelece dentro de um o jogo de interesses mútuos, já discutido neste texto, por trás dessa relação. Ao firmar aliança com o homem branco o indígena enxergava uma possibilidade de eliminar o inimigo secular. “Na década de 1530, Tibiriçá consentira na formação de uma aliança com os estranhos, certamente tendo em vista a vantagem que essa lhe proporcionaria sobre seus inimigos tradicionais” (Monteiro, 1994, p. 17).

Neste mesmo capítulo, Ortiz encontra Frei Cosme caído, quase sem forças. O clérigo agradece profundamente ao capitão por ter voltado para salvá-lo. Após se hidratar, Frei Cosme e o capitão seguem em busca de seus companheiros. Contudo, tomam a direção errada, pois Ramires, o feitor, mudara a direção da flecha que sinalizava o rumo que a bandeira havia tomado. Depois de horas de caminhada, os paulistas avistam uma taba. Ortiz acreditava ser a taba do goiá, mas logo percebe que algo está errado, pois não encontra nenhum sertanista no local. Na verdade, tratava-se da aldeia dos Araês, inimigos dos Quirixás, tribo amiga dos sertanistas. Frei Gaspar e Ortiz são rapidamente cercados, feitos prisioneiros e deduzem que seriam sacrificados e, possivelmente, servir de alimento aos indígenas.

Diante da situação, resta-lhes apenas a fé. Começaram a rezar, rezar até adormecer, e acordaram com o canto de uma indígena de chamada Nanã. Ela se apresenta como Araê, filha do velho Lourenço, o que surpreende e confunde ambos. Ortiz, então, questiona: como ela poderia ser Araê, se Lourenço era inimigo dessa tribo? Nanã explica que é considerada era Araê porque foi feita prisioneira desse povo.

Em seguida, a jovem liberta o Frei, oferecendo-lhe um recipiente com angu, e diz que ele pode partir, mas que Ortiz deveria permanecer. A indígena passa a alimentar o rapaz, que, de repente, para de comer. Nanã lhe pergunta: o que há de errado? Frei Cosme lhe responde, há uma moça à espera de Ortiz, além de lembrar que ele está ali em busca de ouro. Surpreendentemente, Nanã afirma saber onde está o ouro e, saindo da oca, diz que irá mostrá-lo a Ortiz, deixando ambos perplexos.

³⁶Mais conhecidos como *Boe (Bororo)* os “Araês” é uma etnia que tradicionalmente ocuparam toda uma região que se estendia da Bolívia, a oeste; o centro sul de Goiás, ao leste; às margens da região dos formadores do Rio Xingu, ao norte; e, ao sul, chegava até as proximidades do Rio Miranda. Ver, <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>.

Como vimos, a ideia da antropofagia é tratada pelos autores de forma pejorativa, reforçando o discurso da historiografia bandeirantistas, que constrói a imagem do indígena bárbaro e selvagem, ignorando o sentido cultural desse costume. Em contraponto a essa narrativa, Monteiro (1994) explica que a prática da antropofagia impediu o colonizador de obter um maior número de escravos indígenas através do escambo, por esta fazer parte do aspecto da cultura de muitos povos indígenas.

Os portugueses acreditavam que o aumento de prisioneiros de guerra acarretaria a formação de um considerável mercado de escravos, uma vez que mesmo a legislação colonial sancionava esta forma de adquirir trabalhadores. Mas os cativos não se transformavam em escravos tão facilmente. Os europeus logo enfrentaram resistência à venda de prisioneiros não apenas entre os captores como também entre os próprios cativos. Assim, por exemplo, quando o jesuíta Azpilcueta ofereceu-se para comprar um prisioneiro tupinambá na hora do sacrifício deste, foi a vítima que impediu a transação: "ele disse que não o vendessem, porque lhe cumpria a sua honra passar por tal morte como valente capitão" (Monteiro, 1994, p. 33).

No capítulo *Rumo à Taba Goiá*, a narrativa tem início com Nanã auxiliando Frei Cosme e capitão Ortiz na fuga do cativeiro. Contudo, os três são perseguidos pelos Araês mata adentro. Ao se aproximarem do Rio Vermelho, Nanã aponta em sua direção e afirma a Ortiz que ali estava o ouro. No mesmo instante, é alvejada nas costas por uma flecha, mas, mesmo ferida, insiste em apontar para o rio, reforçando que naquele local e novamente aponta na direção do rio, dizendo que ali estava o tão almejado ouro. Enquanto isso, no acampamento sertanista, Manuel Cabeça, ao lustrar uma arma, acidentalmente efetua um disparo. Imediatamente, Anhanguera o adverte, dizendo-lhe que por causa de sua atitude inconsequente os Araês agora sabiam que eles estavam ali. Contudo, o disparo traria alento aos fugitivos, pois sabiam que seus camaradas estavam por perto. Diante do agravamento da situação, Ortiz solicita que o Frei Cosme vá em busca de ajuda. O frade, então, corre apressadamente, mesmo sob uma intensa chuva de flechas, clamando por socorro. Seus gritos são ouvidos pelos sertanistas, que prontamente se mobilizam para prestar auxílio. Inicia-se, então, um embate violento: com suas escopetas, os bandeirantes conseguem repelir o ataque indígena. Nanã, porém, não resiste ao ferimento e vem a falecer nos braços do capitão. Em meio ao cenário de batalha, Ortiz informa a Anhanguera que o rio próximo se tratava, de fato, do Rio Vermelho, o lendário rio de ouro que tanto buscavam. Ciente da importância da descoberta, Anhanguera ordena que ninguém bateie até que uma guarnição seja montada, a fim de evitar possíveis surpresas ou novos ataques durante o processo.

No capítulo seguinte, *O castigo*, os autores nos trazem informações do ponto de vista histórico até então não trabalhados na obra. Valem-se, sobretudo, de dados geográficos, com o intuito de distinguir as localizações das bandeiras conduzidas por Anhanguera pai e por Anhanguera filho:

Segundo dados geográficos modernos, a lendária cachoeira dos Martírios, onde as águas do rio Araguaia se precipitam entre altos paredões de rocha formando estreita garganta, está localizada a mais de uns mil quilômetros da prodigiosa região do Estado de Goiás, em que a bandeira do Anhanguera andou às tontas [...] É de supor que as minas, chamadas dos Martírios, certamente estejam próximas daquela cachoeira. Não serão, pois, as mesmas que Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, com a sua tremenda obstinação, acabou descobrindo, nas nascentes do rio Vermelho, afluente da margem direita do Araguaia (Fontes; Fontes, 1961 p.134 - 135).

Outra informação bastante interessante que os autores trazem diz respeito à questão dos inventários. Neste ponto, a narrativa passa a descrever detalhadamente o procedimento e a destinação dos valores arrecadados com os bens leiloados:

Nuno Ramires [...] deixara alguns pertences que era preciso levar a leilão. Escolheu *Anhanguera*, para inventariante seu cunhado Manuel Peres Calhamares, que lhe pareceu o mais autorizado por ser justamente o mais velho de todos; e pouco depois, Calhamares estava apregoando os pertences um a um. Cada arrematante se obrigava a pagar em dinheiro ou em varas de algodão o valor do objeto arrematado aos órfãos, assim que chegasse ao povoado ...

Um par de peúgas deu oitenta réis; uns naipes, avaliados pelo inventariante, em dois mil-réis, não tendo licitante, foram arrematados pelo próprio leiloeiro, que muito apreciava as suas paciências (Fontes; Fontes, 1961 p.136. grifo nosso).

Todas essas informações, como já mencionado ao longo deste trabalho, têm como principal objetivo conferir legitimidade e credibilidade à obra. Ainda que escrita de tom romancado, ela induz ao leitor a tomá-la como uma narrativa com fundo verdadeiro, uma vez que se ancora em dados oriundos de obras historiográficas que sustentam essa perspectiva, como *Vida e Morte do Bandeirante* (1929), de Alcântara Machado. Neste, o autor se dedica a detalhar aspectos da vida cotidiana dos antigos paulistas, incluindo informações sobre partilha de bens, inventários dos sertanistas falecidos durante as expedições e referências geográficas que, ainda hoje, podem ser facilmente confirmadas, conforme sugerem os próprios autores do romance.

Já nos aproximando do fim da obra, o capítulo intitulado *O castigo* é marcado pela morte do feitor Nuno Ramires e dos aventureiros que com ele conspiraram. Do alto de um morro,

Anhanguera, Ortiz, Frei Gaspar e Baltazar veem Ramires e seus homens serem capturados enquanto bateavam ouro sem a autorização do velho bandeirante na beira do rio. Diante da cena, Ortiz ensaia tomar alguma atitude em auxílio dos capturados, mas é imediatamente repreendido por Anhanguera, que afirma com firmeza que cada homem escolhe seu destino. Ainda neste capítulo, realiza-se o sepultamento de Nanã, cuja alma encomendada por Frei Cosme. Em seguida, Anhanguera reúne seus homens, dividindo-os em grupos, cada grupo fica encarregado de uma atividade relacionada à coleta de alimentos. Nuno Ramires tem seus bens leiloados, e o resultado do leilão seria entregue aos seus filhos órfãos em São Paulo.

Em seguida, as primeiras pepitas são retiradas do rio e atestada sua qualidade pelo mestre fundidor Manuel Cabeça. Os homens de Anhanguera são tomados por um novo tipo de preocupação: o que teria ocorrido com seus entes queridos durante esses dois anos de ausência?

Anhanguera não participava desses temores. Homem de fibra rija, não se detinha em cogitações desse tipo... E sua fisionomia, rudemente tratada pelos rigores sofridos, só revelava a íntima e confortadora sensação da vitória! ... “Ou descobrirei as minas, ou ficarei pelo sertão...”, fora a sua palavra de desafio... E estava de volta! Conseguira palmilhar o caminho percorrido quarenta anos antes, na companhia do velho Anhanguera! ... Vencera a aposta feita com Deus! (Fontes; Fontes, 1961, p. 138).

Não muito diferente das páginas anteriores, mais uma vez o casal Fontes recorre à narrativa exaltadora do bandeirante, descrevendo-o como corajoso, destemido, homem de fibra, fiel e justo. Em suma, um “verdadeiro herói”.

No penúltimo capítulo do livro, temos o retorno da bandeira. No entanto, antes de sua concretização, os autores deixam transparecer a dúvida entre os moradores da vila de São Paulo, quanto ao retorno da expedição. As incertezas eram atribuídas aos relatos daqueles tidos como desertores (Alferes Peixoto e alguns indígenas), cujos testemunhos teriam motivado o governador da província a enviar uma carta ao rei, em tom nada animador, acerca da bandeira de Bartolomeu Bueno.

A cada palavra proferida por Peixoto, diminuía a esperança de todos em relação ao retorno dos sertanistas.

Em frente a uma bodega, no centro da Vila, dois homens conversavam sobre as possibilidades de retorno da expedição, quando passa um jovem que, após se benzer no cruzeiro, entra na bodega e comunica ao pai que uma bandeira vinha vindo em direção à cidade. Os dois homens, ao escutarem a conversa, passaram a gritar para quem estivesse por perto que a

bandeira de Anhanguera estava de volta. A notícia rapidamente se espalhou, atraindo toda a população da vila, ansiosa por ver com seus próprios olhos a chegada dos bandeirantes.

No último capítulo do livro, concretiza-se o retorno da bandeira de Anhanguera a São Paulo. A volta dos sertanistas carrega consigo um misto de alegria e tristeza, principalmente pela ausência dos que não puderam retornar. Anhanguera é recebido como herói e nomeado Capitão-mor Regente das Minas de Goiás, honrarias semelhantes à concedida ao capitão Ortiz, que assume o cargo de Guarda-mor das Minas de Vila Bueno de Goiás. Sebastião do Rego, por sua vez, aguardava ansioso por seu cúmplice, Nuno Ramires, e, ao descobrir que este não havia retornado, dirige-se a Manuel Cabeça e Antônio Indaiá, em tom ameaçador, que o caso seria averiguado. À noite, toda a população de São Paulo se reúne na casa do velho bandeirante para celebrar seu retorno. Belinha aproveita o momento para se afastar dos olhos de seus pais junto a Ortiz. Ela lhe jura que nunca mais o deixará partir e o presenteia com uma versão da *Canção do Bandeirante*, feita por ela e sua irmã:

Quem casa com Bandeirante
deve saber o que faz...
a mulher não fique atrás
Ai! ...
Se o homem caminha adiante
a mulher não fique atrás
A mulher do bandeirante não deixe seguir em paz:
siga com ele radiante para terra de goiás...
Ai! ...
Siga com ele radiante
para a terra dos goiás! ...

No dia seguinte, os Anhangueras deram início aos preparativos para a mudança. O velho bandeirante se mudaria para a nascente Vila Buena, terra dos indígenas Goiás, que mais tarde daria nome ao Estado de Goiás.

Posteriormente, na estrada do Araguaia, a duas léguas da cidade de Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva construía um solar cujas ruínas foram recentemente descobertas e onde, o velho e pobre, pobre como aliás a maioria dos bandeirantes paulistas, passou o fim de sua vida, que extinguiu, aos setenta anos de idade (19-9-1740) no Arraial da Barra, por ele mesmo fundado. (Fontes; Fontes, 1961, p. 151).

A tese defendida pelos autores fundamenta-se em Geraldo José Pauwels, geógrafo que “confirma que essa terra foi incorporada ao patrimônio pátrio pelos Anhangueras e seus seguidores” (Fontes; Fontes, 1961, p.151)³⁷.

Por fim, os autores encerram a obra da mesma forma como a iniciaram: exaltando a figura do bandeirante paulista e alçando-os à condição de herói nacional.

A capital do Brasil transplantada para os altiplanos goianos! ... E em torno dela, constelações de milhares de cidades, ligadas por vias terrestres, fluviais e aéreas, e todo um povo feliz, mourejando na terra generosa que os bandeirantes paulistas conquistaram! ...

Foram conquistas feitas em troca de conforto, da segurança da saúde, de sacrifícios inumeráveis e contínuos, quando não da própria existência.

Bartolomeu Bueno da Silva, herói das façanhas aqui narradas, ele mesmo em diversas ocasiões, esteve a pique de soçobrar com seu empreendimento ...

Mas seu sonho, que, a muitos, pareceu uma loucura, realizou-se afinal graças à sua tenacidade e à do pugilo de bravos que conseguiu reunir à sua volta...

E um dia, quando o Brasil for grande Nação como é grande território, Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, que venceu - uma aposta com Deus - figurará entre os maiores criadores de nossa civilização (Fontes; Fontes, 1961, p.152).

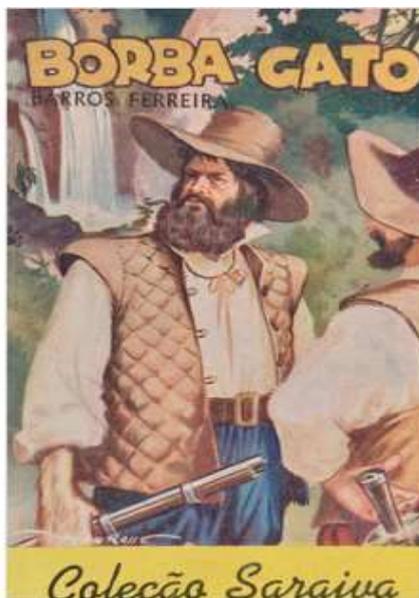
Histórias como estas tiveram papel preponderante na disseminação do conhecimento histórico para uma audiência ampliada e contribuíram significativamente para a consolidação desses homens como heróis nacionais. Isso porque, como aponta Antonio Celso Ferreira (2003, p.173), foi por intermédio da fantasia romântica que se insinuaram os signos heroicos regionais, atualizados de acordo com os preceitos científicos do final da centúria, sem, perder sua vocação primordial: servir aos ideais da elite paulista.

Vejamos agora *Borba Gato*, outra obra publicada pela editora Saraiva que aborda a mesma temática, para então compará-la à obra anteriormente analisada.

³⁷ Alemão naturalizado brasileiro, Geraldo José Pauwels, foi um sacerdote jesuíta que ganhou notoriedade como geógrafo e historiador. É autor do famoso *Atlas Geográfico*, publicado pela Editora Melhoramentos e com diversas edições.

2.2.1 A Novela histórica: *Borba Gato*

Figura 8 - Romance *Borba Gato*. Barros Ferreira, 1955



Fonte: Acervo pessoal

Publicado no mesmo ano da comemoração dos 401 anos da cidade de São Paulo, o romance *Borba Gato*, de Barros Ferreira (1955), é uma das obras que mais traduzem, em detalhes, a figura do bandeirante, tal como se consolidou no imaginário do povo brasileiro. O livro é dividido em duas partes: a primeira destina-se a contar as aventuras de Borba Gato e seu sogro, Fernão Dias Pais, pelo interior do Brasil, bem como as desavenças do personagem principal com o espanhol D. Rodrigo de Castel Branco, delegado real; e a segunda parte é voltada à narrativa da descoberta do ouro e dos conflitos entre paulistas e os emboabas.

Barros Ferreira nasceu em Portugal, no vilarejo de nome Melgaço, em 1906. Estudou Filosofia e Letras na cidade do Porto e, aos 18 anos, veio para o Brasil, onde construiu uma profícua carreira como jornalista e escritor em São Paulo. Em 1927, publicou seus primeiros contos no jornal *Correio Paulistano* e, no ano seguinte, passou a colaborar com o *Diário Nacional de São Paulo*, outro importante periódico paulista. Atuou também na *Gazeta* e no *Estado de São Paulo*, ou seja, circulou pelos principais jornais do estado. Como escritor, publicou livros aclamados pela crítica nacional e estrangeira, como *Maria dos Tojos* (1938), lançado em Portugal e reeditado no Brasil, em 1951, com o título com o título *Serra Brava*. Barros Ferreira faleceu em 1996, deixando uma importante contribuição literária, sendo grande parte de sua obra publicada pela editora Saraiva.

Feito a apresentação do autor e uma breve introdução, passemos agora à análise do texto.

2.2.2 Borba Gato

Como já mencionado, a obra *Borba Gato* se divide em duas partes. Na primeira, encontra-se o capítulo introdutório, intitulado "À procura do ouro", no qual é apresentada a história de um grupo de sertanistas que, por volta da primeira metade dos anos de 1500, tenta, sem êxito, encontrar ouro a algumas léguas da Vila de Piratininga. O fracasso levaria o grupo a abandonar a empreitada e a retornar à costa de São Vicente³⁸. A decisão, tomada pelo chefe da expedição, João Meira, não agrada a todos, principalmente ao jovem João Bicudo, que desejava permanecer no planalto e tentar a sorte mais ao interior do continente. O chefe justifica sua escolha alegando a falta de homens para dar continuidade à expedição. Em resposta, o jovem retruca: "a gente se arranja. Sendo necessário, faz-se trabalhar essa bugrada indolente". Todavia, Meira, recorre ao exemplo de João Ramalho³⁹, para sustentar sua tese, afirmando que a melhor forma de lidar com os indígenas era por meio de alianças, como fizera o sertanista, pois, segundo ele, estes "são crianças grandes, cheias de caprichos, mas fáceis de conduzir com habilidade" (Barros Ferreira, 1955, p.15).

Percebe-se que a narrativa construída pelo autor busca transmitir uma ideia de superioridade, que se manifesta não apenas pela imposição da força, mas também pelo saber e pela expertise dos bandeirantes frente aos indígenas, concebidos como frágeis e imaturos. Assim, sugere-se que estes necessitariam de líderes capazes de conduzi-los rumo ao mundo civilizado. Tais ideias podem ser observadas em Varnhagen, que, ainda no século XIX, afirmava:

Fácil era de ver que os índios, crianças pelo entendimento, só podiam ser conduzidos à civilização, tendo sobre eles os chefes a mesma autoridade e supremacia carinhosa que sobre os filhos e pupilos concede a nossa legislação aos pais e tutores (Varnhagen, 1877, p. 283).

³⁸ Fundada por Martim Afonso em 22 de janeiro de 1532, São Vicente foi o primeiro estabelecimento perdurável da costa brasileira. Já a Vila de Piratininga (São Paulo) só viria a ser fundada 22 anos após São Vicente, em 25 de janeiro de 1554, pelos jesuítas e os portugueses. Ver, Taunay. *História Geral das Bandeiras Paulistas - tomo I*, 1924, p.109 - 112.

³⁹ Natural de Vouzela, comarca de Vizeu, norte de Portugal, não se sabe exatamente quando nasceu e morreu. Houve quem afirmasse que João Ramalho era judeu fugido ou criminoso de lesamajestade, mas nada disso tem procedência. Era provavelmente um náufrago das primeiras viagens portuguesas, talvez degredado. Martim Afonso de Souza encontrou Ramalho vivendo entre os tupiniquins, quando fundou São Vicente, em 1532. Estima-se que viveu no Brasil desde 1512 e faleceu em São Paulo com idade muito propecta. Estava ali havia cerca de 20 anos e tinha fama de grande guerreiro. Ver, Vainfas. Capítulo 8. *A tessitura dos sincretismos: mediadores e mesclas culturais*. O Brasil colonial, v. 1, 2017, p.17.

Assim como na obra analisada anteriormente (*Gigante de Botas*), que nega o protagonismo indígena e a resistência perante as ações do colonizador especialmente no que diz respeito às aproximações realizadas conforme seus próprios interesses navegando por outras águas, Andreza da Silva Vieira aponta para uma relação complexa e volúvel,

[...] moldadas pelos interesses específicos de cada parte. Os grupos, fragmentados e frequentemente em conflito, exploraram habilmente as hostilidades europeias em benefício próprio. É provável que os europeus que contaram com o auxílio indígena desconhecem os planos ocultos de seus aliados (Vieira, 2024, p. 23).

Em conformidade com Vieira, Monteiro afirma que:

[...] aos olhos dos invasores, a presença de um número considerável de prisioneiros de guerra prometia um possível mecanismo de suprimento de mão-de-obra cativa para os eventuais empreendimentos coloniais. Os índios, por sua vez, certamente percebiam outras vantagens imediatas na formação de alianças com os europeus, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra os inimigos mortais (Monteiro, 1994, p. 29).

Ainda nesse capítulo, nos é apresentado um cenário de precariedade, fruto da má escolha da Coroa, que, a priori, preferiu investir nas Índias, em detrimento das terras de além-mar, segundo aponta o líder da expedição. Contudo, ele próprio anuncia que essa realidade logo mudaria, a partir da chegada de um novo contingente de pessoas mais instruídas, capazes de reerguer a vila abandonada e a transformá-la em um lugar opulento. Tudo isso porque Piratininga era considerada um local estratégico: a porta aberta para o sertão.

Observa-se que os autores trabalham com tese da predestinação, de uma região que não poderia fugir ao seu destino, pois estava fadada a irradiar o progresso pelos mais distantes rincões dessas terras. Suas características, sua localização e um povo diferenciado sustentam o discurso recorrente em obras como *Raça de Gigantes*, do historiador bandeirantista Alfredo Ellis Jr., cujo objetivo maior sempre foi o de comprovar a superioridade do povo de São Paulo, legitimando, assim, a tese de que caberia aos novos paulistas darem continuidade a obra de seus antecessores.

O planalto paulista é uma região predeterminada ao sucesso e à prosperidade [...] A raça, o meio físico e o meio social, são os credores da nossa grandeza. Esses fatores do passado secular, agindo sobre a raça, no seu físico, no seu moral e na sua psicologia; - esses fatores, moldando os moradores e orientando-lhes na sua evolução histórica e social, predeterminaram que,

seríamos um agrupamento humano, superiormente dotado, capaz de atingir o grau de prosperidade, em que, nos encontramos (Ellis Jr, 1926, p. 362).

No capítulo “*As esmeraldas fatídicas*”, o autor apresenta informações sobre o ressurgimento da Vila de Piratininga e as aventuras de Fernão Dias e seu genro, Borba Gato, pelo sertão, em busca das cobiçadas minas de esmeraldas. A narrativa se inicia com a confirmação da profecia apresentada no capítulo anterior: a Vila de Piratininga ressurgiu opulenta, não pelo almejado ouro, mas graças à fertilidade de suas terras:

O ouro continua a ser a obsessão de muita gente. Aparecera, porém, em pequenas quantidades, dando maior valor à agricultura que rendia mais ordinárias, fadigas e incertas, junto dos ribeiros. A fertilidade da terra era considerada prodigiosa (Barros Ferreira 1955, p. 19).

Em contraponto à imagem de uma economia agrícola próspera apresentada pelos autores, o historiador Carlos Davidoff (1982, p.20) afirma que o Planalto foi construído a partir de uma agricultura de subsistência “muito precária e escassas as mercadorias europeias”, situação que não mudaria antes da primeira metade do século XVIII.

O texto prossegue informando que os espanhóis haviam encontrado minas de prata e esmeraldas, aguçando novamente o desejo dos colonos pelas preciosidades. No entanto, os resultados nas terras portuguesas continuavam irrisórios. Quando finalmente chega a notícia de que as esmeraldas haviam sido encontradas em abundância, o descobridor recusou-se a revelar o local. A Coroa apelou então ao homem mais bem-sucedido de São Paulo, Fernão Dias.

O homem que as descobrira recusara-se a revelar o local. E o rei resolvera apelar para o homem que em São Paulo mais recursos possuía e maior zelo demonstrara. Partiu com dois filhos e seu genro Borba Gato à procura das minas maravilhosas dominado pela inabalável decisão de as encontrar, apesar da avançada idade, quando os seus muitos anos “pediam a continuação do sossego que lograva em sua pátria e não a resolução descortinar a terrível aspereza daqueles desertos, atropelando a dificuldades em que visivelmente arriscava seu crédito e a mesma vida.” Descobriu as pedras verdes [...] Sete anos passara Fernão Dias no sertão e em março de 1681 escrevia triunfalmente: “deixo aberto cavas de esmeraldas, no mesmo morro de onde as levou Marcos de Azevedo, já defunto, cousa que há de estimar-se Portugal.” [...] Sua majestade te agraceará, porque muito fiz para sua grandeza. O que um mau súdito recusou a revelar um paulista leal encontrou para seu soberano – afirmou Fernão Dias Pais, solenemente pouco antes de morrer Barros Ferreira, 1955, p. 21).

Inúmeras são as obras historiográficas, poemas e romances históricos que fazem alusão à bandeira chefiada pelo bandeirante Fernão Dias e à sua incansável busca pelas esmeraldas no

coração do atual estado de Minas Gerais. A título de exemplo, podemos citar *O caçador de Esmeraldas* (1902), de Olavo Bilac; *A Bandeira de Fernão Dias* (1929), de Paulo Setúbal; *História Geral das Bandeiras Paulistas - tomo VI* (1930), de Afonso Taunay; e *O Bandeirismo paulista e o Recúo do meridiano* (1934), de Alfredo Ellis Júnior. Todas essas obras foram publicadas antes do livro *Borba Gato* e partem do mesmo pressuposto heroico, sendo, portanto, fontes de inspiração para o autor da obra aqui analisada.

As páginas seguintes seguem exaltando o velho sertanista, colocando-o acima de qualquer suspeita, ao mesmo tempo em que se preparam o caminho para Borba Gato, seu sucessor. Com a morte do velho sertanista, caberia a Borba Gato permanecer no sertão, a fim de garantir que nenhum “velhaco” se apoderasse da conquista de seu falecido sogro. O capítulo encerra-se com a chegada do delegado real D. Rodrigo Castel Branco, um espanhol entendido em mineração, que se apresentou como administrador-geral das minas. Essa chegada inusitada causaria grande desconforto entre os paulistas.

Na sequência, no capítulo “*Ouro! Ouro!*”, surge a notícia da descoberta do ouro feita pelo sertanista Borba Gato, desencadeando o conflito entre o delegado real e o bandeirante. O autor segue exaltando os paulistas, em especial as figuras de Fernão Dias e Borba Gato, atribuindo ao espírito aventureiro e resiliente desses personagens as transformações ocorridas na sociedade colonial a partir da descoberta do ouro na região das Minas Gerais:

Borba Gato ia abrir as portas da opulência. A chave fora a expedição de Fernão Dias. [...] Só depois de Borba Gato é que se tornou possível a um José de Góes e Moraes viver com a opulência de um arquiduque, cercado de servos e escravos mulatos claros [...]

 (Barros Ferreira, 1955, p. 30).

Como já mencionado no texto anterior, é justamente essa ideia do bandeirante como propulsor do progresso que a elite cafeeira paulista utilizará seu ambicioso projeto de poder. Nesse sentido, afirma Abud (2019, p. 26) “A riqueza e o progresso de São Paulo passaram a ser considerados consequência de sua própria história”. A historiografia bandeirantista, ao vincular tal elite aos antigos paulistas, como disse Joseph Love (1982, p. 107), alimentou a ideia de que “cabia a seus descendentes modernos aceitar o destino de liderarem o país”. Dessa forma, estimulava-se a crença da superioridade dos paulistas e de São Paulo frente aos demais entes federativos, projetando-o como uma “locomotiva a puxar vagões vazios, como o centro dinâmico do progresso, num quadro de atraso generalizado” que caracterizaria as demais regiões do Brasil (Love, 1982, p. 300-301).

A notícia da descoberta de ouro na região não demorou a se espalhar pelo Brasil, atraindo pessoas de todos os cantos, “aventureiros sem crença nem honra”. Aqui, o autor deixa subentendido que o delegado real era mais um desses oportunistas, pois não movera uma palha para encontrar as minas no sertão, mas agora pretendia se apropriar daquilo que, por direito, permaneceria aos paulistas como descobridores. Assim como observado em *Gigantes de Botas*, o autor Borba Gato, também recorre à lógica dicotômica do bem versus mal. A luta de homens honrados, que buscavam preservar aquilo que lhes pertencia por mérito próprio, se opunha à ação de velhacos que queriam se apropriar do suor alheio, uma faceta bem expressa no excerto acima.

O capítulo “*A morte de Dom Rodrigo*” é marcado pelo acirramento do conflito entre Borba Gato e Dom Rodrigo, tendo como desfecho a morte do delegado real. Embora seja Dom Rodrigo o personagem que morre, a ideia que o autor transmite ao leitor é a de que Borba Gato seria, na verdade, a vítima dessa história. Primeiro, porque o espanhol estaria arquitetando um plano para subjugar os paulistas que ali presentes, tomando-lhes as armas e os mantimentos; e, segundo, porque a morte de Dom Rodrigo teria ocorrido pelo equívoco de um dos homens do bandeirante, que, tomado pela tensão gerada no encontro entre o sertanista e o espanhol, teria disparado sem que Borba Gato houvesse ordenado.

Ainda na primeira parte da obra, o autor volta a ressaltar a fidelidade dos paulistas para com o reino, retomando a história de Fernão Dias, que, mesmo com idade avançada, adentrou o sertão para glória de Sua Majestade. Mais uma vez, o texto sugere que os paulistas não escravizavam os indígenas, os quais os seguiam em virtude da liderança que exerciam e das condições que a vila lhes oferecia.

Borba Gato recordou o critério honesto como Fernão Dias Pais que pagará a cada índio oito mil reis, antes de partir. E podia tê-los obtido das aldeias, salientou Álvaro Pires. Sim, concordou Borba Gato, mas ele não escravizava ninguém. Você recorda-se quando ele foi ao sul e trouxe com ele três reinos de índios, com seus caciques, voluntariamente? Levou a todos para as suas terras de Parnaíba e lá passaram a viver em abundância e liberdade, cuidando das roças e da criação (Barros Ferreira, 1955, p. 53).

Tal ideia, já observada em *Gigante de Botas*, constitui uma estratégia de negar a violência empregada pelos sertanistas, buscando estabelecer a tese de uma relação pacífica e harmoniosa entre as etnias. Neblinar a violência atribuída aos sertanistas contra os povos indígenas durante suas expedições pelos sertões, frequentemente denunciada pelos clérigos, talvez tenha sido o principal desafio da historiografia bandeirantista no desenvolvimento da

narrativa que vinculasse os antigos sertanistas aos paulistas modernos. De acordo com Davidoff, para que isso fosse possível, a versão jesuítica de contradiscurso foi, pouco a pouco, perdendo seu caráter de denúncia, sendo relegada a um papel secundário pela historiografia.

E não podia ser de outro modo, pois boa parte dos estudiosos das bandeiras, nas três primeiras décadas deste século, para construir a imagem heroica das epopeias paulistas, precisou descaracterizar e ocultar o discurso dos inacianos, e evitar a chamada “lenda negra” de que fala Cortesão⁴⁰ (Davidoff, 1982, p. 53).

Em “*Sêrro fabuloso*”, Garcia Pais, filho de Fernão Dias, viaja até Lisboa, e descobre que as pedras encontradas por seu pai não eram esmeraldas, mas turmalinas, pedras abundantes em diversas regiões. Borba Gato, então, revela ao seu cunhado, que enquanto ele seguia para Lisboa, havia passado o tempo procurando novas catas de ouro, e que o resultado era tão surpreendente que “coisa igual o mundo nunca viu”. Em troca da informação sobre o paradeiro das minas, Borba pede para que Garcia Pais interceda a seu favor junto ao rei.

Por fim, no último capítulo da primeira parte da obra, que inicia com a seguinte citação: “Borba Gato ia abrir os portais da opulência do século XVIII. Do rio das Velhas correu a fama dos tesouros que deslocariam multidões” (Barros Ferreira, 1955, p.65) O autor apresenta Borba Gato como o novo Francisco Pizarro (conquistador espanhol que subjugou o Império Inca), destacando que toda sociedade colonial mudaria a partir dessa descoberta. O texto segue apresentando outros personagens ilustres, traçando uma linha do tempo, na qual o laço sanguíneo os une em uma só grande família. O capítulo encerra-se com Borba Gato retornando a São Paulo, sendo festejado por seus conterrâneos.

Assim como nos capítulos anteriores, este último capítulo é marcado pela exaltação aos paulistas como propulsores do progresso, reforçando o vínculo entre eles por meio de uma herança sanguínea, um discurso que será amplamente apropriado pela elite paulista no apagar das luzes do século XIX, sob o pretexto de dar continuidade ao legado deixado por seus ancestrais.

Sob o título “*A guerra dos emboabas*”, Barros Ferreira nos apresenta à segunda parte do livro. O conflito retratado ocorreu entre 1707 e 1709, na então região denominada por Minas dos Cataguases, que atualmente compreende as cidades de Mariana e Ouro Preto, a Serra da Piedade, Serra do Curral e também a cidade de Sabará. Segundo a historiografia, Charles Boxer

⁴⁰ Sobre Cortesão e “*Lenda Negra*” Ver: RIBEIRO, David William Aparecido. Uma exposição para o IV Centenário de São Paulo: um historiador português narra a “história bandeirante”. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 26, p. e23, 2018.

(1969), Adriana Romeiro (2007) e Felipe Gomes (2020), o principal motivo da contenda teria sido a disputa pela exploração de ouro entre reinóis e os paulistas, que se consideravam os legítimos proprietários das minas sob a alegação de terem sido seus descobridores.

O autor inicia essa parte narrando a viagem de Borba Gato à região das Minas Gerais, acompanhado do governador da capitania do Rio de Janeiro, Sá e Menezes. Barros Ferreira refere-se ao evento como a mais rica exploração aurífera da história até então. Aos paulistas é atribuída uma resiliência descomunal, quase super-humanos, homens que, aos setenta anos, ainda possuíam energia de sobra para se enveredar sertão adentro em busca de aventura. A carta apresentada pelo autor na página 77 e 78 ⁴¹, na qual se menciona a riqueza e a longevidade de Borba Gato, reforça essa imagem heroica, que é complementada pela opinião do autor:

Pela carta de sesmaria à Irmandade de Santo Antônio do Bom Retiro, da matriz da Roça Grande, passada por Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1711, Borba Gato é apresentado como primeiro povoador e minerador do Rio das Velhas. Tinha já idade provecta, pois dezoito anos depois de regressar de S. Paulo falecia com cerca de noventa anos. O fato demonstra a espantosa resistência da gente do planalto que não se considerava velho aos setenta anos e ainda se embrenhavam por sertões inóspitos em que a malária dizimava implacavelmente os mais ousados como sucedera com Fernão Dias e gentio guainã, que o acompanhara (Barros Ferreira, 1955, p. 77-78).

Dando continuidade ao texto, o autor destaca a abertura e o melhoramento das estradas, como consequência direta da descoberta das minas, uma obra atribuída também aos paulistas. Borba Gato é apresentado como um governante justo e, ao mesmo tempo, implacável. “Sua mão era de aço, como a lâmina da sua espada. Implacável na repressão, pródiga na distribuição de riquezas” (Ferreira, 1955, p.79). As ações do bandeirante são justificadas pelo meio em que está inserido.

Um gesto seu equivaleria à fortuna ou à condenação. Era indispensável. Os covardes que fugiam do perigo da selva esperavam os que voltavam para os assaltar. E havia também os mercadores que ofereciam alimentos exigindo preços absurdos, obtendo assim sem risco o ouro que os outros tinham ido buscar com perigo. Os mercadores ficavam na periferia à espera dos audazes. Não os assaltavam com armas duras e sim com palavras (Ferreira, 1955, p. 79-80).

⁴¹Ao longo do texto o autor se vale de documentação histórica para legitimar a sua narrativa. Tomamos o cuidado de levantar os nomes e as datas apresentadas no intuito de checar a sua veracidade. Tanto as datas quanto os nomes podem ser conferidos nas páginas da historiografia bandeirantista. Ver, Afonso Taunay, *História geral das bandeiras paulistas Tomo I, II, III*.

De acordo com o historiador Charles Boxer, a ânsia dos primeiros pioneiros em encontrar ouro fez com que negligenciassem a produção de gêneros alimentícios, o que acarretou um aumento expressivo nos preços no final do século XVII.

Preços fantásticos eram pagos pelos alimentos, durante essa luta em prol da sobrevivência. Um gato ou um cachorrinho eram vendidos por 32 oitavas de ouro, um alqueire de milho por 30 ou 40, e um frango esquelético por 12. Entretanto, sabia-se que por aquela altura o trabalho diário de um negro escravo muitas vezes chegava a produzir 16 oitavas de ouro (Boxer, 1969, p. 70 -71).

Ainda conforme o autor, mesmo após a crise alimentícia, a região, pelo menos até a metade do século XVIII, nunca chegou a ter uma produção superabundante. Isso teria levado muitas pessoas a optarem a plantar, em vez de trabalhar na mineração, uma vez que, a agricultura se tornou um negócio mais rentável, “já que os preços permaneciam muito altos, em consequência da procura ser maior do que a quantidade disponível” (Boxer, 1969, p. 71).

Na sequência do capítulo, é apresentada a figura de Manuel Nunes Viana, português se tornaria o grande antagonista do velho bandeirante. O autor o descreve como um vilão oportunista e desqualificado, associando-o à plebe portuguesa:

Manuel Nunes Viana. Era organizador do mal de inteligência prodigiosa. Manejava a palavra tão bem como a espada. Sabia-se que veio de Viana do Castelo, no alto Minho, em Portugal, e era plebeu. [...] De uma habilidade diabólica tudo orientava de maneira discreta, sempre insinuando, mas não assumindo a responsabilidade [...] Borba Gato, impetuoso e sincero era a antítese daquela figura artilosa que iria ensanguentar o sertão (Barros Ferreira, 1955, p. 83-84).

O capítulo termina com uma crítica aos que se dirigiam à região das minas, em especial, aqueles provenientes da Bahia. O ressentimento originado por este conflito atravessaria os séculos e culminaria em uma campanha ferrenha de difamação dos paulistas frente aos nordestinos, especialmente, os baianos, que passariam a ser estereotipados como fama de preguiçoso, “[...] das características atribuídas aos habitantes da Bahia, a mais disseminada no Brasil”, como aponta Emília Tavares (2018, p. 28). O capítulo ainda explica a origem da palavra que passou a designar os que não eram paulistas na região, “Emboabas”⁴².

⁴² A guerra dos emboabas foi um conflito travado entre paulistas e os muito indivíduos vindos de toda parte da colônia que se dirigiram rumo às recentes minas de ouro descobertas na região de Minas Gerais. Sobre a guerra dos Emboabas. Ver, Filipe Gomes. et al. *A Guerra dos Emboabas: as figurações sociais no alvorecer do Leviatã mineiro*. 2020.

Não tardaram a aparecer nas regiões que vinham sendo pacificamente exploradas pela gente de S. Paulo grupos de homens procedentes da Bahia, em sua maioria reinóis que muitos suspeitavam ser cristãos novos foragidos ao rigor da inquisição. Usavam estranhas polainas que desciam do joelho e terminavam numa pala sobre os sapatões permitindo maior aproveitamento do calçado. Enquanto a bota alta, quando se rompia no pé ficava inutilizada, novo tipo de polainas ficava intacto para proteger a perna e durava além de quatro pares de sapatos. Mas pela estranha aparência os índios passaram a denominá-los emboabas, por se assemelharem a aves que tinham os pés revestidos de penas (Barros Ferreira, 1955, p. 84-85).

Dando sequência ao texto, temos o capítulo “*O primeiro atrito*”, marcado pela chegada de uma multidão de pessoas à região das minas e a contestação ao direito dos paulistas à posse dessas terras. Os reinóis invocam a lei das sesmarias para questionar o direito que os paulistas, como descobridores, alegavam possuir:

— Pela lei das sesmarias, a terra é dada a quem explora. Impõem essa obrigação. E desde que um indivíduo não cuide como deve, não pode pretender manter a posse. Muitos querem ter mais do que podem. Isto é terra da Coroa e não dos indivíduos que dela se apossaram e sem títulos válidos, dela se dizem donos (Barros Ferreira, 1955, p. 86).

A disputa pela exploração se acirra, e as primeiras desavenças começam a surgir. Os reinóis, em maior número, representavam uma ameaça iminente. Borba Gato e outros bandeirantes passaram a reunir mais homens de São Paulo para uma possível batalha que se anunciava.

Logo em seguida, temos capítulo intitulado “*O ditador*”, que traz a narrativa de que a ausência de Borba Gato teria sido fundamental para que os reinóis assumissem o poder sobre as minas. Em sua ausência, um conflito violento entre os filhos bastardos de João Pardo e um reinol culminaria na morte do português. Ao dar fuga aos filhos, João Pardo teria assinado sua sentença de morte. Esse fato levou os reinóis a proclamarem Manoel Nunes Viana como o novo governador das Minas Gerais. Com medo de represálias, os paulistas decidem abandonar a região. A imagem que permanece é a do paulista honrado, homens pacíficos que foram roubados pela escória do reino. Os clérigos são tidos como comparsas, portanto, usurpadores também.

Como já vimos neste trabalho, muitas foram as trocas de acusações entre paulistas e jesuítas durante o período colonial. Se, por um lado, os clérigos acusavam os paulistas de serem homens violentos e bárbaros, por outro, os paulistas acusavam os padres de quererem

monopolizar a força de trabalho indígena. Vale ressaltar que, nessa contenda, o que menos importa é destacar o lado vencedor, pois, indiferente de quem ganhasse, o único que realmente sairia derrotado seriam os indígenas, como afirma John Monteiro:

O fato é que, mais especificamente, o que de fato se disputava eram as formas de controle e integração na emergente sociedade luso-brasileira de grupos recém contatados. Tanto jesuítas quanto colonos questionavam a legitimidade e os métodos utilizados pelo rival para arrancar os índios de suas aldeias natais, que abrangiam desde a persuasão ou atração pacífica até os meios mais violentos de coerção. Uma vez consumada a separação, disputava-se o direito de administrar o trabalho dos índios já deslocados para a esfera colonial (Monteiro, 1994, p. 40).

“Capão da traição” é, sem dúvida, o capítulo que melhor traduz toda a narrativa empregada na obra de Barros Ferreira. A exaltação aos bandeirantes assume proporções épicas, semelhantes às empregadas pelos cronistas e historiadores que construíram e mitificaram a figura do sertanista paulista, concepção que, de certa forma, perdura até os dias atuais:

Partiram sem tardança como determinara Borba Gato. Formavam hoste pequena, mas aguerrida e bem armada, trezentos homens. [...] Borba Gato acompanhava-os com aquele passo firme de quem alargara sertões a vida inteira. Já estava, no entanto, em idade em que se contam os anos como degraus de acesso ao túmulo. Empertigava-o aquela energia antiga e indômita que caracterizara a sua vida digna, sem temores de tropeçar no passado. A honra para ele não fora um esforço contínuo e sim uma atitude espontânea em face dos acontecimentos. Era da estirpe daqueles príncipes sem pergaminhos de que a natureza distribuía pelo planalto e teria inspirado poemas épicos do Velho Mundo. Não sabia que seus passos ecoariam depois, perpetuamente, na história da pátria. (Ferreira, 1955, p. 103).

Os capítulos seguintes seguem a mesma lógica, exaltando os bandeirantes e difamando os seus antagonistas. No capítulo “O chefe dos contrabandistas”, o próprio título já indica a direção da narrativa. Mais uma vez, a figura do português Nunes Viana é depreciada. O reinol é apresentado como um sujeito sem linhagem, um plebeu oportunista sem escrúpulo, um vilão descrente que pensa apenas em si mesmo. Em contrapartida, os paulistas são retratados como filhos da nobreza, homens honrados e descendentes dos mais nobres homens da corte portuguesa.

O autor encerra a obra decretando os bandeirantes como vencedores da Guerra dos Emboabas, afirmando que estes, nas suas palavras, expulsaram os forasteiros das Minas Gerais. Contudo, ressalta que os paulistas também tiveram que se retirar da região para evitar conflitos com os dragões reais e, assim, não se tornarem inimigos do rei.

Tese essa contestada por Felipe Gomes Melo, no qual afirma:

Podemos considerar que os maiores derrotados da Guerra dos Emboabas foram os descobridores, que perderam muitas de suas posições e privilégios nas minas. Os forasteiros venceram no campo de batalha, mas, divididos, não sustentaram a hegemonia na região. O maior beneficiado do conflito nem lutou, mas se aproveitou das contendas das elites locais, saindo fortalecido dos episódios. Portugal terá seus domínios extraordinariamente estendidos e encaminha a implementação do Leviatã mineiro, um governo com aparatos administrativo, policial, fiscal e penal mais robustos (Gomes, 2020, p. 171).

Contudo, como bem sabemos, é a imagem do bandeirante vencedor, elaborada por homens como Barros Ferreira, que ainda hoje prevalece. Histórias como essas continuam sendo disseminadas por meio das inúmeras homenagens espalhadas nos mais diversos espaços públicos deste país.

Figura 9 - Estátua de Borba Gato – em Sabará/MG – localizado ao centro histórico da cidade - próximo ao Rio das Velhas



Fonte: <https://tribunadaimpressalivre.com/em-defesa-de-borba-gato/>

Em consonância com Chartier (1990), para quem a leitura nunca é uma operação abstrata, visto que ela cria um espaço de relacionamento entre leitor e personagens, o que se percebe a partir da análise dos textos é que os autores procuram transmitir ao leitor a ideia de reconstrução fidedigna da história do Brasil, sob o ponto de vista de que o paulista é o embrião de nossa nacionalidade. “Não seria um erro afirmar que seus escritos significaram esforços inauditos de popularização dessa forma de conhecimento histórico” (Ferreira, 2002, p. 242), pois buscaram criar uma ponte, um elo entre passado e presente, objetivando a assimilação e a

identificação do leitor com tal conteúdo. Esses livros, de uma maneira geral, são uma espécie de versão mais acessível ao leitor das ideias elaboradas e propagadas pelos intelectuais do bandeirismo, legitimando, assim, a tese de que contribuíram tanto política quanto ideologicamente para os interesses das elites da época.

Em momento algum, os autores se desvinculam da narrativa que exalta os sertanistas paulistas, excluindo outros agentes da história. Romantizam a relação entre homem branco e indígena, negando a violência e o extermínio de diversas etnias; quando muito, legitimam a ação do colonizador em nome do progresso.

Apesar de serem fundamentais as estratégias de escrita e a intenção de quem escreve, a edição também tem sua significativa importância no processo de assimilação e apropriação de um determinado conteúdo por parte do leitor, como bem salientou Chartier. Para ele, não é a fonte nem a capa de um livro que determina a apropriação do leitor sobre o conteúdo; contudo, esses elementos contribuem para direcionar e recrutar novos leitores (Chartier, 1990).

Não por acaso, as capas dos livros aqui apresentados, induzem o leitor à ideia de coragem e imponência diante das adversidades, representadas nas feições dos bandeirantes, nas armas e na densa floresta, elementos que valorizam a narrativa.

Chartier nos diz que os indivíduos fazem usos das representações para dar ou criar significados ao mundo em que vivem, a partir do contexto histórico e de suas concepções de mundo. Os indivíduos se apropriam daquilo que lhes é relevante. Ser descendentes de antigos heróis soa bem ou não aos nossos ouvidos? Alguém discorda? A imagem, por si só, é sedutora; aliada a uma campanha de contínua repetição, a ideia transforma-se em crenças profundas. A história já nos ensinou, quão poderoso é o poder da repetição. Afinal, uma história contada mil vezes, mesmo que seja uma farsa, torna-se verdade.

Nesse sentido, vale ressaltar que no período em que essas obras foram escritas, o conhecimento encontrava-se sob monopólio de grupos que pretendiam criar uma narrativa universalizante que atendesse seus interesses. Os sertanistas paulistas, seja em governos civis ou militares, até o final do século XX, continuaram sendo apresentados ao público, como heróis dos quais descendiam.

Manuel Pacheco em *Heróis nos livros didáticos*⁴³, afirma que, de 1894 até o fim do regime ditatorial, os livros didáticos desempenharam papel fundamental na solidificação da imagem do bandeirante aventureiro/herói. A partir desse período, uma nova abordagem sobre

⁴³ O livro consiste em uma análise do autor sobre a maneira em que os livros didáticos retratam a temática bandeirante entre 1894 a 2006.

estes personagens começou a ser difundida embora os livros continuassem disseminando a falsa imagem iconográfica que não condizia com as condições materiais dos paulistas do período. “A abordagem de Carmo e Couto (1998) foi a última que, de maneira acrítica, apresentou os bandeirantes trajados com tais aparatos” (Pacheco, 2011, p. 301).

Assim como os livros didáticos, a literatura cruzou todo século XX, a disseminar tais ideias sobre os bandeirantes. O livro *Gigante de Botas*, por exemplo, lançado pela primeira vez em 1941 pela editora Leuzinger e que ganhou maior projeção em 1961 com a segunda edição da Saraiva, por meio do projeto de vendas de livros literários a preços populares, chegou ao longo desse século, à impressionante marca de 13 edições⁴⁴.

Essas obras contribuíram para a construção da imagem de um povo audacioso, empreendedor, trabalhador por excelência, o que, em tese, explica o enraizamento e a dificuldade de se contrapor a versão oficial. Não será do dia para noite que a verdadeira face dos heróis dos sertões se revelará a todos. Todavia, nunca esteve tão próximo o momento de começarmos a ver as carapuças caírem, haja visto a onda que se espalha por todos os cantos contra estátuas e monumentos em referência a esses personagens, como veremos no capítulo a seguir.

⁴⁴ Entre os anos de 1974 e 1997 foram publicadas mais 10 edições do livro *Gigante de Botas*, todos pela famosa coleção Vaga-Lume da editora Ática. Disponível em: <https://capasdelivrosbrasil.blogspot.com/2014/03/o-gigante-de-botas-ofelia-e-narbal.html> . Acesso em: 10 de outubro, 2023.

CAPÍTULO 3

REVISITANDO A MEMÓRIA PÚBLICA DOS BANDEIRANTES

Os nomes e as imagens dos bandeirantes povoam ruas e avenidas de centenas de cidades brasileiras, em forma de monumentos arquitetônicos, esculturas, pinturas, murais, placas, entre outros. Somente na capital paulista, existem duas estátuas e dois megamonumentos em alusão aos sertanistas. Além disso, há outras quatro obras que remetem ao período colonial de um total de 14, espalhadas pela cidade, referenciando pessoas cujas trajetórias de vida são questionáveis devido aos crimes que cometeram ⁴⁵.

Localizado no famoso Parque do Ibirapuera, o Monumento às Bandeiras², do escultor italiano Victor Brecheret, encontra-se posicionada no eixo sudeste-noroeste, no sentido de entrada das bandeiras sertanistas mais ao interior do continente. A obra foi concebida para celebrar o IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954, e possui cerca de 11 metros de altura, 8,40 metros de largura e 43,80 metros de comprimento.

Figura 10 - Monumento às bandeiras, de Victor Brecheret, 1953



Fonte: <https://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-monumento-as-bandeiras/>. Acesso em 01 de fev. 2024

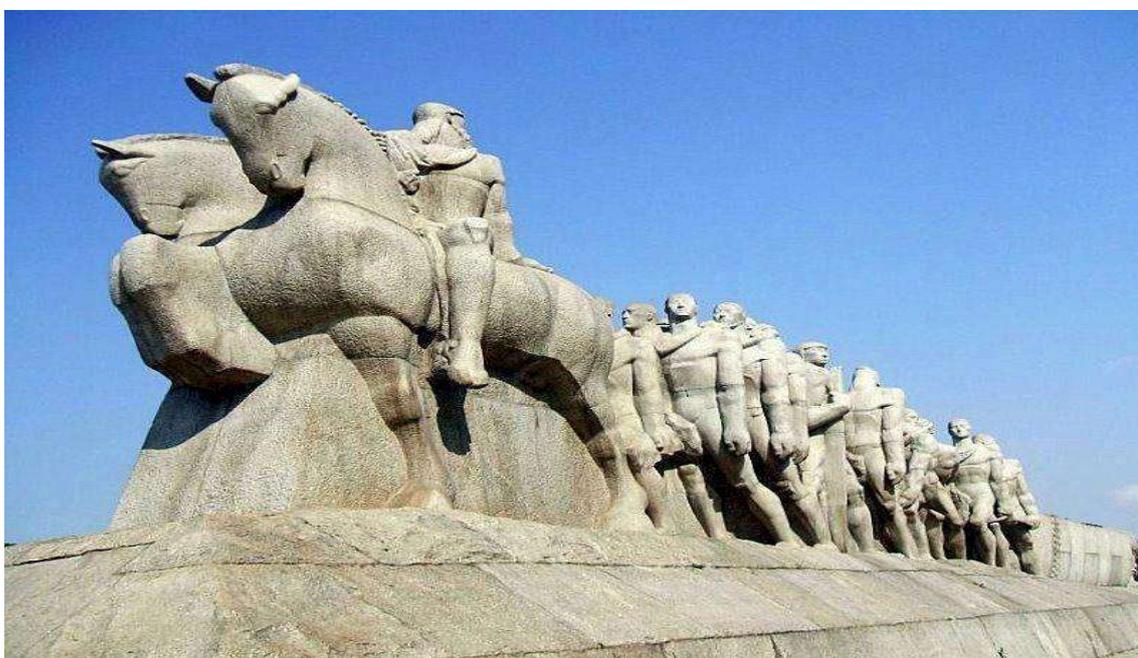
Segundo a historiadora Jordana Silva (2020, p.55) a obra atrai um público diversificado que, ao observá-la, “ativam a percepção, a memória e, pela interpretação da imagem, produz significados”. Assim, a partir desse monumento, é possível compreender e visualizar a história

⁴⁵ Disponível em: <<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Apresentacao-revisada.pdf>> Acesso em: 01 de fev. 2024.

criada e difundida sobre esses personagens. Tudo na obra converge ao épico, sendo minuciosamente pensado para despertar sentimentos de admiração e grandeza por quem o observa, a começar pelo monumento em si, que se destaca em meio a paisagem e pela localização privilegiada, visto que se encontra situado em uma das áreas mais nobres de São Paulo: a famosa Vila Mariana, bairro tradicional e supervalorizado da zona sul da capital ⁴⁶.

Não é à toa que o monumento se encontra virado para o oeste, aludindo ao caminho tomado por esses personagens em suas expedições, conforme podemos verificar em toda a literatura aqui trabalhada.

Figura 11 - Monumento às bandeiras, de Victor Brecheret, 1953.



Fonte: Viramundo e mundovirado/Estadão. Disponível em <https://www.estadao.com.br/viagem/viagens-plasticas/monumento-as-bandeiras-uma-viagem-talhada-em-granito/>. Acesso em: 02 de fev. 2024.

A obra também chama a atenção, à primeira vista, por sua estrutura organizacional, que se assemelha à formação dos exércitos medievais: os líderes, montados a cavalo, posicionam-se à frente de seus guerreiros, conduzindo-os para a frente de batalha. Isso pressupõe força, liderança, superioridade, em suma, poder. O monumento remete ainda uma certa sensação de harmonia, uma sincronia entre os membros ali presentes, cada qual desempenhando sua atribuição em prol do bem maior: o sucesso da bandeira.

⁴⁶ Ver, MASAROLO, P. Domingos. História dos bairros de São Paulo: o bairro de Vila Mariana. **São Paulo: SECPM**, p. 16-36, 1971.

Contudo, como bem sabemos, as expedições para os sertões também foram marcadas por traições, violência e deserções. Um caso famoso, difundido pela historiografia e por toda literatura (maioritariamente pelo viés positivo da ação do bandeirante, por manter-se firme e forte sobre qualquer circunstância, agindo com vigor mesmo contra aquele que carregava seu sangue) é o fim trágico de José Dias, filho de uma relação extraconjugal do sertanista Fernão Dias, condenado à forca por traição pelo próprio pai:

[...] um dos remanescentes da bandeira, alma diabólica, não saciada com tantos e tão cruciantes abandonos, insuflou entre aqueles homens vencidos, naquele desesperante fim de jornada, esta odiosa trama carniceira: assassinar a Fernão Dias! [...] E quem foi, naquele momento tremendo, o miserável atizador do lance ignominioso? Aqui a angústia do paulista tocou o mais alto da dor: foi José Dias. Foi o próprio filho de Fernão Dias! [...] E assim, com aquela pasmante inflexibilidade, sem um tremor na voz, sem um gesto de comoção, Fernão Dias Paes Leme, rosto, escaveirado, desbaratado, ali, na suprema abertura da jornada, ainda achou dentro de si forças bastantes para, em pessoa, diante da bandeira aterrorizada, enforcar o filho que se rebelara. Alma de bronze, não há dúvida! Bandeirante formidável aquele velho bandeirante paulista! (Setúbal, 2024, p. 24-26).

Outra obra bastante conhecida do público paulista é a estátua de Borba Gato. Localizada na Praça Augusto Tortorelo de Araújo, foi concebida pelo artista Júlio Guerra em 1957. Com 13 metros de altura, assim como o Monumento às Bandeiras, também foi idealizada com o intuito de homenagear os bandeirantes.

Figura 12 - Borba Gato



Fonte: Carol Guedes/Estadão. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/comportamento/veja-alguns-dos-monumentos-mais-curiosos-que-existem-pelo-brasil/>. Acesso em: 02 de fev. 2024.

Similarmente ao Monumento às Bandeiras, a estátua de Borba Gato denota poder, destacando-se em meio ao espaço público tal como a obra de Victor Brecheret. Sua imponência também se manifesta pela postura: corpo ereto e altivo, análogo às figuras bíblicas e monárquicas retratadas em diversas obras artísticas. Em suas mãos, tem-se a carabina que se assemelha aos cetros reais, assim como ao cajado de Moisés. Essas imagens vão se sobrepondo e se fixando no inconsciente das pessoas, a ponto de não mais se distinguirem umas das outras, construindo laços de memória, sentimentos de pertencimento e uma herança afetiva que é passada de geração a geração, configurando, assim, um sentido de continuidade.

Não por acaso, muitas pesquisas apontam o patrimônio como sendo, antes de tudo, um instrumento pedagógico da nação, um modelo para a compreensão e assimilação de fatos históricos e sociais, visto que emerge a partir de um “cenário da reformulação de referenciais civis pela expansão dos princípios de pertencimento” (Júnior, 2015, p. 258). Diante disso, podemos afirmar que esses objetos se constituem como “lugares de memórias” (Nora, 1993), na medida em que criam aportes para recordar o passado, com o intuito de preservá-los e evitar que caia no esquecimento.

Entretanto, segundo Pierre Nora (1993), por não evocarem uma memória espontânea — uma vez que são objetos inanimados —, carecem da subjetividade humana, que se expressa por meio da memória. Por isso, necessitam ser constantemente rememorados, a fim de manterem seus significados vivos no presente:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (Nora, 1993, p. 13).

Nos espaços públicos, estátuas e monumentos como os alusivos ao período colonial aqui destacados, são pontos de referência que celebram, no presente, a positividade do passado em nome de um senso comum e harmônico. Todavia, como afirma Francisco Júnior (2015, p. 260), o patrimônio “não é dotado de um valor intrínseco homogêneo, mas indexado de aspectos mnemônicos e não mnemônicos em múltiplas relações que disputam o mesmo bem cultural”.

Em conformidade com esse pensamento, Izabela Tamasso (2017) afirma que os bens culturais organizados como patrimônio não são representados e apropriados de maneira similar entre os diferentes grupos sociais — fato que gera conflitos políticos, sociais, econômicos e culturais, culminando em luta simbólica ou material pelo espaço urbano. Por conseguinte, esses

lugares de memória, nas últimas décadas, têm se tornado alvos constantes de disputas entre memória oficial e as memórias submersas, que, de tempos em tempos, emergem (Pollak, 1989).

Para Halbwachs (2006), a memória nacional constitui a expressão mais elaborada de uma memória coletiva, pois busca reunir, por meio de uma coesão social, o maior número de membros pela afetividade, na tentativa de delinear uma identidade comum a todos. Trata-se de um fenômeno construído, que se constitui a partir de acontecimentos vividos pessoalmente ou “por tabela”. Nesse caso, são eventos experienciados pelo grupo ou pela coletividade com a qual o indivíduo se identifica enquanto membro. Portanto, o indivíduo pode, por meio da imaginação, incorporar à sua memória fatos que não vivenciou diretamente. E, em um campo mais amplo, é possível, através da socialização política ou histórica, projetar-se ou identificar-se com um passado de forma tão intensa que se pode falar em uma “memória herdada” (Pollak, 1992, p. 206).

Ainda conforme o autor, a memória herdada, especialmente a memória política, desenvolve-se a partir do trabalho de enquadramento da memória, atividade na qual o historiador desempenha um papel fundamental.

Em relação à herança do século XIX, que considera a história como sendo em essência uma história nacional, podemos perguntar se a função do historiador não terá consistido, até certo ponto, nesse trabalho de enquadramento visando à formação de uma história nacional (Pollak, 2012, p. 206).

Se o historiador enquadra a memória, logo ele a seleciona e, ao selecionar o que deve ser lembrado, diversas memórias acabam ficando de fora, pois nem toda memória aceita os termos dessa negociação. Para se manterem vivas, muitas acabam operando na clandestinidade.

Tomemos como exemplo o projeto brasileiro de nação, que conjurou um passado branco, em detrimento às minorias (negros, mulheres, indígenas, entre outros). A identidade nacional forjou-se sobre uma política de branqueamento e de higienização dos hábitos populares. Diante disso, os grupos que não se enquadraram nessa lógica, para não sucumbirem, abrigaram-se no submundo, onde continuaram a celebrar seus costumes e rituais.

De acordo com Michael Pollak, esses grupos marginalizados valem-se dessa estratégia, aguardando o momento propício para reivindicar o direito de ocupar os espaços públicos. Uma vez chegada essa hora, diferentes memórias entram em disputa. Um exemplo desse fenômeno é o que temos presenciado nestas primeiras décadas do século XXI, em que grupos historicamente minoritários se mostram dispostos a sepultar a memória dos moribundos heróis

do passado, por meio da derrubada de estátuas e de outros monumentos que simbolizam a memória dos vencedores.

Nesse mesmo contexto, destaca-se a promulgação das Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas de todo país. Fruto das constantes lutas travadas por esses grupos marginalizados, essas leis buscam valorizar a história daqueles que tiveram seu passado negado ou contado apenas sob a ótica do colonizador. A partir daí, presencia-se o escancaramento de muitas histórias silenciadas, que se contrapõem à versão oficial amplamente difundida. No caso da história dos bandeirantes, o mito construído em torno dos “grandes desbravadores”, tem, de fato, sido colocado em xeque.

Dessa forma, essas antigas memórias, que ainda permanecem, passam a ser reavaliadas também no ambiente escolar, por meio do contato dos estudantes com conteúdos mais críticos e reflexivos. Segundo Manuel Pacheco (2011, p. 301), “os livros didáticos passaram a ofertar abordagens que questionavam não apenas as ações heróicas dos paulistas, mas também a iconografia”. Contudo, ressignificar a história, no entanto, não é uma tarefa simples de se fazer; implica disputas de narrativas, lutas de representações e, em termos gerais, a contestação da ordem vigente.

3.1 Os protestos contra os monumentos em homenagem aos bandeirantes

Diante desse cenário, manifestações públicas que visam confrontar símbolos e figuras controversas de nossa história vêm se tornando cada vez mais frequentes. Vale destacar que as obras referentes aos bandeirantes, em especial a estátua de Borba Gato e o Monumento às Bandeiras, têm sido um dos alvos privilegiados desses protestos e ataques físicos. É o que temos visto desde 2013, quando o monumento de Brecheret foi alvo de manifestantes contrários à Propostas de Emenda Constitucional (PEC) 215. Tal proposta, relativa à demarcação das terras indígenas, visava à transferência da pauta do Poder Executivo para o Congresso Nacional. Como forma de protesto, os manifestantes cobriram a obra com tinta vermelha, fazendo alusão ao sangue indígena que, no passado, foi derramado pelos bandeirantes e que, segundo os manifestantes, continua sendo derramado por novos “desbravadores”. O ato, portanto, estabelece uma analogia entre passado e presente: os bandeirantes de ontem se configuram nos ruralistas de hoje.

Figura 13 - Monumento às bandeiras pichado



Fonte: UOL Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2013/10/03/monumento-das-bandeiras-e-pichado-e-sujo-por-tintas.htm?foto=1>. Acesso em: 03 de fev. 2024.

Na Figura 10, é possível observar que, além da tinta vermelha simbolizando o sangue indígena derramado pelos bandeirantes, há também, em tinta branca, uma frase que os denomina como assassinos. Ações como essa, ou seja, intervenções contra o patrimônio público, podem ser compreendidas como uma estratégia de grupos minoritários no intuito de chamar a atenção da sociedade sobre pautas específicas, sobretudo aquelas que envolvem assuntos não resolvidos e que representam traumas de um passado ainda vivo que precisa ser, urgentemente, passado a limpo. Foi justamente nesse sentido que Marcos Tupã⁴⁷, um dos líderes do protesto que culminou na ação contra o Monumento às Bandeiras naquele ano, se pronunciou:

Para nós, povos indígenas, a pintura não é uma agressão ao corpo, mas uma forma de transformá-lo. Nós, da Comissão Guarani Yvyrupa, organização política autônoma que articula o povo Guarani no Sul e Sudeste do país, realizamos no último dia 02 de outubro, na Av. Paulista, a maior manifestação indígena que já ocorreu em São Paulo desde a Confederação dos Tamoios.

⁴⁷ TUPÃ, Marcos. Monumento à resistência do povo guarani. 2013. Disponível em: <https://www.yvyrupa.org.br/2013/10/17/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani-artigo-de-marcos-dos-santos-tupa/>. Acesso em 2 de fev. 2024.

Mais de quatro mil pessoas ocuparam a Av. Paulista, sendo cerca de quinhentas delas dos nossos parentes, outros duzentos de comunidades quilombolas e mais de três mil apoiadores não-indígenas, que viram a força e a beleza do nosso movimento. **Muitos meios de comunicação, porém, preferiram noticiar nossa manifestação como se tivesse sido uma depredação de algo que os brancos consideram ser uma obra de arte e um patrimônio público.** Saindo da Av. Paulista, marchamos em direção a essa estátua de pedra, chamada de Monumento às Bandeiras, que homenageia aqueles que nos massacraram no passado. Lá subimos com nossas faixas, e hasteamos um pano vermelho que representa o sangue dos nossos antepassados, que foi derramado pelos bandeirantes, dos quais os brancos parecem ter tanto orgulho. **Alguns apoiadores não-indígenas entenderam a força do nosso ato simbólico, e pintaram com tinta vermelha o monumento. Apesar da crítica de alguns, as imagens publicadas nos jornais falam por si só: com esse gesto, eles nos ajudaram a transformar o corpo dessa obra ao menos por um dia. Ela deixou de ser pedra e sangrou.** Deixou de ser um monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento à nossa resistência (Tupã, 2013. Grifos meus).

Se, para Tupã e para os manifestantes, a intervenção realizada sobre os corpos do monumento promove uma leitura mais coesa em relação ao passado bandeirante, o mesmo não se evidencia nas páginas da grande mídia em relação ao mesmo acontecimento. O que se percebe, a partir da leitura dos artigos de opinião veiculados, é a condenação aos atos, descritos como ações premeditadas contra um majestoso cartão-postal, símbolo de orgulho de São Paulo. Tal posicionamento fica evidente nas palavras de Tupã, quando afirma: “Muitos meios de comunicação, porém, preferiram noticiar nossa manifestação como se tivesse sido uma depredação de algo que os brancos consideram ser uma obra de arte e um patrimônio público” (Tupã, 2013) ⁴⁸. É nesse sentido que podemos entender as palavras do colunista do jornal *Estadão*, Edison Veiga, nitidamente alinhado ao discurso vigente, ao destacar que “O local não foi escolhido por acaso. Afinal, não se tratava de um ato de vandalismo qualquer [...] Ferir símbolos é ferir o próprio orgulho” (Veiga, 2013) ⁴⁹.

Ao criticar a intervenção dos manifestantes, por considerá-la uma agressão à obra *Monumento às Bandeiras*, símbolo de conquista, bravura e orgulho da elite paulistana, o articulista do jornal alinha seu discurso àquele produzido pela história oficial. Ao agir dessa forma, esse e outros veículos de comunicação desconsideram os sentidos que o referido monumento expressa para outros grupos: lembranças de dor, memórias de um passado que não

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ VEIGA, Édson. Um dia intenso para o “Monumento às Bandeiras”. *Estadão*. 03 out. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/edison-veiga/duas-entrevistas-o-filho-de-brecheret-e-o-pichador-do-monumento-as-bandeiras/> Acesso em: 12 jun. 2024.

se distancia; ao contrário, perdura e é constantemente legitimado por esse modelo de representação opressora que compõe os espaços públicos.

Outro recurso bastante usual pela grande imprensa são as corriqueiras menções aos gastos realizados com a limpeza desses patrimônios. Trata-se de uma estratégia, que tem claramente o objetivo de induzir e manipular o leitor a tomada de partido. Esses discursos normalmente são antevistos por uma imagem, pois aproxima o leitor visualmente do significado pretendido, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 14 - Limpeza do monumento



Fonte: Evelso de Freitas/Estadão. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/edison-veiga/duas-entrevistas-o-filho-de-brecheret-e-o-pichador-do-monumento-as-bandeiras/> Acesso em: 12 de jun. 2024.

Na figura, vemos três homens que, a princípio, seriam funcionários da prefeitura, realizando a limpeza do monumento. Percebe-se que a figura, por si só, não conduz diretamente ao sentido empregado pelo autor, sem suas palavras, poderíamos muito bem interpretá-la com um ato rotineiro. No entanto, embebido pelas palavras do autor, a imagem potencializa o discurso.

Nesse sentido, ela agrega valor à narrativa acintosa, segundo a qual os recursos destinados à remoção daquilo que o autor considera uma ação criminosa, praticada pelos manifestantes, poderiam ser destinados a áreas como educação, saúde e segurança. Dessa forma, ao apelar para os supostos prejuízos causados aos cofres públicos, algo que ressoa e gera incômodo, a mídia induz grande parte da população a se posicionar contra as ações dos manifestantes. Isso ocorre, sobretudo, porque esse público é abastecido por informações

parciais, já que os motivos que levaram e levam determinados grupos a agir dessa forma não lhe são devidamente revelados.

Três anos após os acontecimentos de 2013, as cenas de pichação dos monumentos voltariam a se repetir. O episódio ocorreu no dia seguinte ao debate entre os candidatos à prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy (PMDB) e João Doria (PSDB). Na ocasião, Doria indagou a ex-prefeita sobre as medidas que a candidata adotaria, caso eleita, para conter a onda de pichações que, segundo ele, acometia a cidade. Em resposta, argumentou a candidata, “não toleraremos vandalismo”; todavia, ressaltou que as “medidas seriam tomadas sem o emprego de violência”. Doria, por sua vez, fez questão de frisar que: “vandalismo é caso de polícia” (Diógenes, 2016)⁵⁰.

Figura 15 - Monumento às bandeiras volta a ser alvo de manifestações, 2016



Fonte: Claudinei Ligieri / Futura Press. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/monumento-as-bandeiras-e-borba-gato-sao-pichados-em-sp,5f1978cecc402d92406eda859a80d279fux16qonf.html>. Acesso em: 02 de fev. 2024.

Ao contrário do que ocorreu em 2013, quando as ações foram direcionadas exclusivamente ao Monumento às Bandeiras, em 2016 outros monumentos que fazem alusão ao período colonial, como a estátua de Borba Gato, localizada na zona sul de São Paulo, também

⁵⁰ DIÓGENES, Juliana. **Dois monumentos e o prédio da secretaria de educação amanhecem pichados**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/monumento-as-bandeiras-e-estatueta-do-borba-gato-amanhecem-pichados>. Acesso em 2 de fev. 2024.

se tornaram alvos das ações de manifestantes. Os monumentos ganharam as cores verde, amarela e rosa, uma resposta curta e grossa destes, à fala dos candidatos à prefeitura de São Paulo, em especial a João Dória, atual prefeito e candidato à reeleição na ocasião.

Figura 16 - Estátua de Borba Gato amanhece pichada



Fonte: Mauro T./ Futura Press. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/monumento-as-bandeiras-e-borba-gato-sao-pichados-em-sp,5f1978cec402d92406eda859a80d279fux16qonf.html> Acesso em: 02 de fev. 2024.

Os ataques, mais uma vez, refletiram a disputa pelos espaços públicos. Para os manifestantes, o ato simbolizou uma forma de chamar a atenção do poder público e da sociedade para discussões de pautas de grupos minoritários. Por outro lado, os mandatários optaram por apagar rapidamente as críticas feitas expressas em forma de tinta sobre os símbolos de um passado controverso, que ainda representa a elite paulistana.

Seja de forma positiva ou não, de modo geral, os manifestantes conseguiram a atenção que vislumbravam, haja vista que rapidamente ganharam projeção nacional. Nas redes sociais, grupos favoráveis e contrários aos atos praticados contra os monumentos deram início a uma disputa de narrativas:

Em poucas horas, mais de 1,2 mil internautas confirmaram a participação e 2,6 mil demonstraram interesse em um evento criado por Rafael Santos,

indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), para trocar a estátua de *Borba Gato* por uma de Gaudino Pataxó, indígena queimado vivo em 1997 enquanto dormia em um ponto de ônibus em Brasília, no Distrito Federal. Já o Movimento São Paulo Independente, que conta com mais de 44 mil seguidores no *Facebook*, em resposta ao “vandalismo”, convocou um ato cívico em defesa da “pátria bandeirante” (Waldman, 2019, p. 16).

Se, nas redes sociais, o debate efervescia, nos meios de comunicação tradicionais o que se viu foi, mais uma vez, a defesa da manutenção da narrativa dominante:

Em nota, o Instituto Victor Brecheret se disse "perplexo" e "indignado" com a pichação. [...] atos de barbarismo, ocorridos nesta madrugada (30/09), que atingiram, entre outros monumentos da cidade, o “Monumento às Bandeiras”, de autoria de Victor Brecheret. É uma violência cometida contra uma das mais importantes obras artísticas do país (G1, 2016).⁵¹

Outra instituição a protestar foi o Departamento do Patrimônio Histórico do município:

Nadia Somekh, diretora do Departamento do Patrimônio Histórico (órgão da Secretaria Municipal de Cultura) disse, [...] "Estou indignada e chateada. É uma tristeza ver o nosso patrimônio danificado. Nós (da Prefeitura) vamos limpando e o monumento vai danificando. Daqui a pouco não vai ter mais pedra", afirmou. Para a diretora do Departamento do Patrimônio Histórico, os autores das pichações "são artistas reprimidos que querem se manifestar de forma violenta" (Época, 2016).⁵²

Análogo a isso, um ano antes, em 2015, Roberto Duailibi (escritor e publicitário brasileiro) saía em defesa dos monumentos, afirmando que atos contra patrimônios históricos ocorrem frequentemente porque a maioria das pessoas “não têm sequer a informação histórica sobre a obra, nem a consciência de que um bem público pertence a todos. Trata-se de um patrimônio artístico e cultural da cidade” (Duailibi, 2015)⁵³.

Como bem nos lembra Tamaso (2017), a positividade atribuída ao patrimônio emerge no seio de setores que se utilizam de discursos convincentes para mascarar seus reais interesses, que podem ser tanto de caráter econômico, social, político ou simbólico. Dessa maneira, vimos até aqui, majoritariamente, as manchetes hasteando a bandeira pelo valor técnico artístico das

⁵¹ Ver: G1. **Câmera registra casal pichando o Monumento às Bandeiras, em SP.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/camera-registra-casal-pichando-o-monumento-bandeiras-em-sp.html> Acesso em: 4 de fev. 2024.

⁵² Ver: ÉPOCA. **Monumento às Bandeiras e estátua do Borba Gato amanhecem pichados em São Paulo.** 2016. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/09/epoca-negocios-monumento-as-bandeiras-e-estatua-do-borba-gato-amanhecem-pichados-em-sp.html> Acesso em 4 de fev. 2024.

⁵³ DUAILIBI, Roberto. **Monumento ao Vandalismo.** 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniaio/espaco-aberto/monumento-ao-vandalismo/> Acesso em: 4 de fev. 2024.

obras, dando voz aos grupos ligados à preservação desses patrimônios e evitando problematizar as razões pelas quais tais objetos são alvos constantes da ira dos manifestantes. Além disso, nota-se, a todo momento, a retomada de uma narrativa que evoca o sentimento de pertencimento e de continuidade, ao passo que sentencia os agentes que buscam a ressignificação dessa história.

Após o turbulento período de 2016 ⁵⁴, o debate em torno das obras referentes aos bandeirantes só viria a ser discutido com maior ênfase novamente em 2020, em consequência do assassinato do negro estadunidense George Floyd. Esse evento desencadeou, em todo o mundo, uma série de manifestações contrárias a monumentos e estátuas que remetem ao período colonial e a personagens controversos da história, pois, para os manifestantes, essas figuras simbolizam o colonialismo e o racismo estrutural que acomete grande parte dessas nações.

De acordo com André Ranucci Freitas (2021, p. 100 - 101), após o referido episódio, “[...] diversas estátuas e monumentos foram destruídos, pichados, ressignificado e/ou retirados por manifestantes ou por pressão dos mesmos, obrigando o poder público a agir”. Nos Estados Unidos, por exemplo, os protestantes derrubaram estátuas de Cristóvão Colombo, bem como de George Washington e Thomas Jefferson, considerados os pais fundadores do país.

Ações semelhantes ocorreram no Reino Unido, quando grupos contrários à presença da estátua que homenageia o traficante de escravos britânico Edward Colston, em Bristol, lançaram-na nas águas do rio que corta a cidade. Já na Bélgica, a ira dos manifestantes recaiu sobre os monumentos ao rei Leopoldo II, cujo reinado foi marcado pela exploração e pela violência contra o povo do Congo ⁵⁵.

⁵⁴ A controversa ascensão de Michel Temer à presidência da república, causou uma onda de manifestações por todo país. Mais uma vez as estátuas e monumentos referentes ao período colonial foram alvo da ação de manifestantes, uma vez que para estes, tratam-se de símbolos da elite em questão. Ver: Dois monumentos e prédio da secretaria de Educação amanhecem pichados: Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/monumento-as-bandeiras-e-estatua-do-borba-gato-amanhecem-pichados/> Acesso 4 de fev. 2024.

⁵⁵ Para mais sobre o movimento internacional iconoclasta. Ver, André Ranucci Freitas. Quebra das estátuas: possibilidades de uma (re) escrita decolonial e pública da História 2021.

Figura 17 - Estátua de Cristóvão Colombo



Fonte: Foto: Getty Images via BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53472767>

Figura 18 - Estátua de Edward Colston



Fonte: Foto: Getty Images via BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53472767>

Figura 19 - Estátua de Leopoldo II

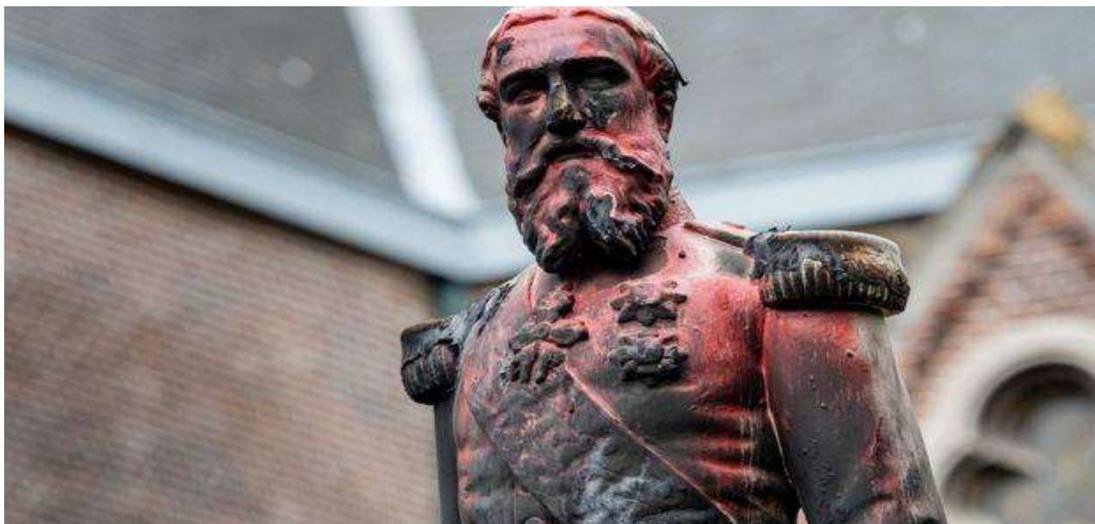


Foto: Foto: Getty Images via BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53472767>

Seguindo o movimento desses países, no Brasil, as manifestações tomaram conta de várias capitais, sendo acompanhadas de perto pelos principais veículos de comunicação, que deram maior visibilidade a esse momento efervescente de contestações às figuras apontadas como símbolos racistas. Até aí, nada de novo. O que chama atenção é o “deslocamento” na narrativa, pois, ao contrário das matérias produzidas entre 2013 e 2015 — enviesadas por um discurso nacionalista, preservacionista e claramente alinhado à história oficial —, em 2020 o que se pôde observar foi uma certa “abertura” para se discutir, com mais afinco, a problemática em torno do patrimônio contestado.

A título do que se afirma, temos o texto produzido pela jornalista Brenda Zacharias para o jornal *Estadão*, intitulado *Entendam quem foram os bandeirantes e por que eles são homenageados em São Paulo*. Na matéria, a autora buscou defender a tese de que os valorosos heróis bandeirantes nada tinham de heroico, destacando que os personagens homenageados com nomes de ruas, avenidas, monumentos, entre outros, eram homens que atuavam na região explorando minério, escravizando indígenas e capturando escravos fugitivos. Em outras palavras, eram indivíduos que construíram seus impérios à custa da dor e do sofrimento dos povos que aqui existiam (Zacharias, 2020) ⁵⁶.

⁵⁶ ZACHARIAS, Brenda. Entendam quem foram os bandeirantes e por que eles são homenageados em São Paulo. *Estadão*. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/entenda-quem-foram-os-bandeirantes-e-por-que-eles-sao-homenageados-em-sao-paulo,e4a454ef74a66ac515e37a6a2e15b292b9drni4k.html> Acesso em: 01 jul. 2024.

Para dar mais contorno à afirmação levantada, vejamos agora um quadro comparativo entre os dois períodos aqui abordados, tomando como referencial o jornal *O Estado de São Paulo*, mais conhecido como *Estadão*⁵⁷.

Quadro 1 - Reportagens

REPORTAGENS DO ESTADÃO ENTRE 2013 - 2016		
Data de publicação	Autor	Título
03/10/2013	Edson Veiga	Um dia intenso para o “Monumento às Bandeiras”
04/10/2013	Marcelo Rubens Paiva	Bandeirantes Assassinos
08/10/2013	Redação	Monumento às Bandeiras é pichado 2x em 24h
16/05/2015	Roberto Duailibi	Monumento ao vandalismo
30/09/2016	Juliana Diógenes	Dois monumentos e prédio da secretaria de educação amanhecem pichados

Como se pode notar, entre 2013 e 2016, foram publicadas apenas 05 reportagens sobre o assunto.

⁵⁷ Fundado em 4 de janeiro de 1875 por um grupo de liberais. Saía a primeira tiragem com 4 páginas do jornal **A Província de São Paulo**, nome com que este **Estadão** começou a circular no século 19. O jornal trazia na capa de sua primeira edição os princípios que fariam da publicação uma das mais longevas do País, tornando-se uma das dez empresas privadas brasileiras mais antigas em atuação. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/conheca-a-historia-da-fundacao-do-estadao/> Acesso em: 01 jul. 2024.

Quadro 2 - Reportagens

REPORTAGENS DO ESTADÃO ENTRE 2020 -2022		
Data de publicação	Autor	Título
11/06/2020	Rodrigo Lemos	O que fazer com as estátuas da época colonial? Estado da Arte
14/06/2020	Sérgio Augusto	As estátuas derrubadas indicam algo maior
23/06/2020	Brenda Zacharias	Entendam que foram os Bandeirantes e porque eles são homenageados em São Paulo
23/06/2020	Brenda Zacharias	Estátuas racistas devem ser derrubadas? Veja o que dizem historiadores
25/06/2020	Paulo Roberto Netto	Deputada Estadual protocola projeto para remover estátuas escravocratas em São Paulo
08/09/2021	Redação	EUA removem estátuas de confederados em meio a debates
24/07/2021	André Cáceres	O que fazer com estátuas, filmes e livros com discurso de ódio?
24/07/2021	Emílio Sant'Ana	Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo
24/07/2021	Tulio Kruse	Ataque a Borba Gato: Direita fala em terrorismo e Esquerda em exemplo
25/07/2021	Deborah Neves e Flávio de Leão Bastos Ferreira	Borba Gato e a emergência do passado no presente
26/07/2021	Geraldo Miniuci	Borba Gato em Chamas: e a História?
26/07/2021	Priscila Mengue	Restauro de estátua de Borba Gato será pago por empresário, diz prefeito de São Paulo
27/07/2021	Priscila Mengue	Borba Gato e outros Bandeirantes foram transformados em "heróis" por movimento político há 100 anos
27/07/2021	José Roberto Batochio	Borba Gato e a construção do Brasil
20/09/2021	André Fran	Por que queimar estátuas de racistas
17/02//2022	Redação	Olinda proíbe monumentos a escravocratas e ditadores militares
01/09/2022	Ítalo Lo Re	Porque o museu do Ipiranga traz nova visão sobre bandeirantes paulistas? Entenda.

A primeira questão a ser destacada neste quadro comparativo é o aspecto quantitativo. Nos períodos analisados, foram localizadas 22 matérias que abordam o período colonial e suas representações, sendo 5 produzidas entre 2013 e 2016. Já entre 2020 e 2022, foram identificadas, no mesmo jornal, outras 17 reportagens, mais que o triplo em comparação ao período anterior, e em um intervalo de tempo consideravelmente menor.

Outro ponto relevante é a participação de novos personagens na construção das reportagens. Enquanto, no primeiro período, as matérias priorizavam acentuar as vozes das instituições e de figuras ligadas e/ou interessadas a conservação do patrimônio, no segundo momento, esses atores foram, em grande parte, substituídos por profissionais especializados em temas relacionados à memória e ao patrimônio, com destaque para os historiadores — citados ou participantes em, pelo menos, 14 das reportagens. Esses números podem, à primeira vista, induzir à falsa impressão de que houve maior relevância dada ao tema no período de 2020 e 2022, em detrimento do anterior.

No entanto, é necessário considerar o avanço tecnológico e a popularização dos meios de comunicação, o que confirma que essa revisão narrativa observadas nos grandes veículos de imprensa é, em grande medida, consequência do desenvolvimento das novas tecnologias de informação, especialmente das mídias digitais, que têm possibilitado uma maior interação e maior troca de experiências entre os indivíduos.

De fato, o digital permite superar as barreiras espaçotemporais para conectar públicos e interlocutores “semelhantes”, favorecendo assim o transnacional, o global e a comparação das diversas – ainda que similares – realidades locais (Noiret, 2015, p. 43).

Devido a esse maior acesso à informação, cada vez mais, “somos tomados pela pressão política de grupos plurais, demandando por seus direitos sociais e identitários e pelo registro de sua própria memória e história” (Rovai, 2020, p. 132). Consequentemente, esse levante tem se tornado um empecilho à continuidade de determinadas narrativas e manipulações por parte dos veículos que se autodenominam “sérios”, uma vez que não detém mais o monopólio sobre as informações circulantes. Acrescente-se a isso, a massiva onda de descrença, alimentada por grupos de extrema direita, que elegeram as mídias tradicionais como inimigas, disseminando nas redes sociais inúmeras mensagens e notícias com o intuito de desacreditar estas instituições.

Esse cenário, em tese, explica o porquê de, principalmente de 2020 para cá, termos visto muitos historiadores participando de diversas matérias jornalísticas, sobretudo naquelas que

abordam nosso passado traumático. Cabe frisar que esses profissionais sempre foram referências de autoridade sobre o tema, embora tenham sido, por muito tempo, negligenciados pela própria mídia, que agora a eles recorrem para comentar tais assuntos.

Por sua vez, o historiador também é impactado por essas transformações e se vê obrigado a “reinventar-se”. Ficou no passado o tempo em que ele precisava preocupar-se apenas com as “generalizações, simplificações e distorções dos fatos históricos” presentes em novelas, filmes, jornais e, muitas vezes, em conteúdos produzidos por profissionais de outras áreas, que se aventurava a tratar de temas históricos de maneira estritamente comercial, priorizando o sensacionalismo e ridicularizando personagens históricos no intuito de atrair o leitor (Prado, 2021, p. 21).

De acordo com Jurandir Malerba, o historiador não está mais sozinho nessa seara, haja vista que “as plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado”. A história, que por muito tempo foi domínio daqueles que detinham a expertise de selecionar e manipular as fontes, fazendo com que elas revelassem seus segredos mais ocultos, passou a ser reivindicada também por outros agentes. Nos dias atuais, o conhecimento histórico não é mais produzido exclusivamente dentro dos redutos acadêmicos, nem compartilhado e legitimado apenas pelos pares. A internet derrubou o monopólio que os historiadores acreditavam possuir e agora o conhecimento histórico circula nas mãos de muitos outros que, por motivos difusos, passaram a ser seus concorrentes (Malerba, 2017, p.141).

Contudo, vale ressaltar que esse interesse pelo passado não é algo recente. Desde o “boom da memória” nos anos 1980, denunciado por Pierre Nora (1993), temos visto uma escalada de sujeitos das mais diversas áreas se enveredando pelo campo da História, especialmente no âmbito da “História Pública”. Muitos especialistas, praticantes da disciplina, incentivaram esse movimento, uma vez que, para eles, a história é “pública” não apenas pela amplitude de seu alcance, mas também pelo fato de não se restringir somente à ação do profissional de ofício, portanto, pertence a todos (Malerba, 2017).

Neste sentido, a História Pública (HP) se apresenta como um campo popular da história, uma prática democrática que visa não apenas falar para um público mais amplo, mas também trazê-lo para o debate, de modo que a construção da história possa ocorrer de forma colaborativa, por meio da chamada “autoridade compartilhada” (Frisch, 2016).

Embora a História Pública seja praticada desde a segunda metade do século XX em diversos países, no Brasil, ela só passou a chamar mais atenção e despertar interesse no meio

acadêmico recentemente⁵⁸. Muitos a veem com bons olhos, outros nem tanto; fato que decorre da crença de que a história não possa ser produzida também por aqueles ditos leigos. Nada muito diferente do que ocorreu nos países em que a HP já é uma prática consolidada, uma vez que “a rejeição, por parte dos historiadores treinados, ao trabalho de História Pública feito por outros profissionais”, é algo recorrente nos estágios iniciais desse campo (Santhiago, 2016, p. 29).

Ademais, ora e outra insinuam se tratar de uma forma simplista e partidária de se fazer história, o que para a historiadora Marta Rovai (2018, p. 187), trata-se de uma ideia equivocada, já que para a autora fazer história pública, não implica no “abandono de procedimentos preocupados com a seriedade e o carter analítico”, ou seja, em abdicar do rigor metodológico e apresentar de forma reducionista o que se produziu cientificamente, mas sim ampliar os horizontes.

Todavia, mesmo entre aqueles que defendem uma história na qual o público pode e deve ser protagonista no processo de produção do conhecimento, como é o caso de Jurandir Malerba, há certo grau de preocupação com a dimensão que essa “confiança radical” tem tomado (Gardner 2010).

No texto "*Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital*", Malerba enfatiza a importância de os historiadores se adequarem aos novos tempos. Segundo ele, a inserção desses profissionais no mundo virtual é fundamental para que a história continue a possuir o status que adquiriu desde o século XIX. Afinal, a internet possibilitou a introdução de novos atores na produção e difusão do conhecimento sobre o passado, sem que esses precisem, necessariamente, do consentimento dos profissionais de ofício para legitimar suas ações, dado o caráter democrático e descentralizado do ambiente virtual. Diante desse cenário, o historiador precisaria, portanto, inserir-se nesse novo mundo; isto é, conectar a academia ao amplo público, socializando acadêmico com o intuito de combater interpretações simplistas e promover um olhar mais crítico sobre as muitas questões referente ao passado que vêm sendo publicizadas, muitas vezes, à revelia na internet.

Observando a relação entre o historiador e seus públicos nos últimos anos, percebemos que a voz de Malerba se fez ecoar, haja visto o crescente número de profissionais de ofício que passaram a transitar no mundo cibernético, nas mais variadas plataformas e redes sociais, debatendo e publicizando conteúdos de cunho histórico, sejam eles caros à sociedade ou não.

⁵⁸ As discussões sobre História Pública no Brasil têm como marco inicial a oferta da disciplina de Introdução à História Pública na Universidade de São Paulo no ano de 2011.

Retomemos agora a onda iconoclasta provocada pela morte de George Floyd para exemplificar essa afirmação.

3.2 Com a palavra: os especialistas

Como dito anteriormente, o assassinato de George Floyd desencadeou uma série de manifestações em todo o mundo, culminando na destruição de várias estátuas e monumentos que simbolizam a perpetuação do racismo estrutural em nossas sociedades. Diante da repercussão e da contundência dos fatos que comprovam essa triste realidade, poucos são aqueles que ainda insistem em não reconhecer as chagas desse passado. Todavia, o que fazer com a sua materialização é uma outra questão. Perante esse cenário delineado, as plataformas digitais foram tomadas por uma gama de indivíduos, sobretudo aqueles cuja responsabilidade há muito lhes foram outorgadas na tentativa de encontrar uma solução para a questão que fomenta esse debate: “O que fazer com o patrimônio contestado?”. Devemos preservá-lo com objeto de estudo? Ou seria melhor destruí-los? Ou, quem sabe, substituí-lo por um outro? O imbróglio persiste, mas não sem a constante busca por respostas.

Figura ativa nas redes sociais, Jurandir Malerba (2020) é um desses intelectuais que ouviram o chamado e vêm se dedicando a debater essa questão tão espinhosa no ambiente virtual. Na plataforma *Facebook*, por exemplo, o historiador tem defendido a ideia de que queimar arquivos e derrubar estátuas não significa, necessariamente, um acerto de contas com o passado; muito pelo contrário, tal prática pode reproduzir o mesmo *modus operandi* daqueles que estão no poder.

Segundo o autor, “[...] queimar documentos, derrubar prédios e estátuas não é o caminho para acertar contas, promover justiça e reparação. É só outro tipo, bem chinfrim, de negacionismo” (Malerba, 2020) ⁵⁹. Dessa forma, ele condena toda e qualquer ação praticada contra o patrimônio público, pois, em sua concepção, este deve ser preservado para que a geração atual e as futuras tenham a oportunidade de estudar e refletir sobre esses objetos.

Opondo-se a esse pensamento, a historiadora Maria Helena Machado afirma que a derrubada de qualquer símbolo de opressão não apaga, de forma alguma, a história, que continuará sendo retratada nas pesquisas sérias conduzidas pelos historiadores. Para ela, aliás,

⁵⁹ MALERBA, Jurandir. Texto sobre derrubada de estátuas. Facebook: jurandir.malerba, Porto Alegre, 23 jul. 2020. Disponível em <https://www.facebook.com/jurandir.malerba/posts/pfbid0k8RLy3RrPaDridUNVLpv3VcgPNjLHmCLN4LpaxPPvZ2BFikPsLRPb2A5W3J4qstLl>. Acesso em 02 jun. 2024.

derrubar um monumento pode, antes de tudo, “representar o surgimento de mais um pedaço de história” (Brito, 2020) ⁶⁰. Na mesma direção, Paulo Knauss acrescenta que as ações iconoclastas não devem ser tratadas como algo anormal ou como uma onda radical que assola o tempo presente, mas como um movimento espontâneo das sociedades, que, de tempos em tempos, escolhem quem deve ou não ser seus representantes (Leal, 2020) ⁶¹.

Se, para Malerba, o patrimônio deve ser conservado como fonte de estudo e de reflexão, para Machado e Knauss as ações iconoclastas são legítimas e representam escolhas feitas pelas sociedades sobre o que deve ou não ser preservado. Ricardo Santiago, embora entenda e reconheça a legitimidade das ações tomadas pelos grupos que se sentem oprimidos por essas representações, defende que o mais razoável seria o acréscimo de elementos que pudessem contrapor a história vigente. Nesse sentido, Santiago sustenta a tese do que denomina “atos de rasura”, ou seja, ações que não apagam o objeto, mas o transformam, produzindo novas camadas, desafiando a memória, aguçando a disputa pela cidade e explicitando o conflito (Leal, 2020).

Para concluir tal discussão, temos o pensamento de Mary del Priore, historiadora que defende a preservação desses objetos sob o argumento de que, em algum momento, tiveram reconhecimento e desempenharam um papel relevante. Sendo patrimônio público, pertence a todos, e é nosso dever zelar por eles e esclarecer às novas gerações porque estão ali. Como outros historiadores, ela também não descarta a possibilidade de removê-los para locais mais adequados, como museus e acervos, por exemplo.

Conservar, acrescentar, substituir, remover, destruir: essas são algumas das posições mais defendidas pelos historiadores no âmbito desse debate, que, como podemos observar, está longe de um consenso. E é em meio a esse clima de incertezas que faço aqui minhas ressalvas.

Antes de mais nada, penso que, no caso brasileiro, seja fundamental voltarmos o olhar para nossa sociedade e refletirmos sobre a viabilidade do que se propõe, se de fato, ser exitoso. Isso porque, diferentemente de países que se emanciparam por meio de processo revolucionário, aqui a nação se constituiu a partir de um pacto conservador, mantendo-se as mesmas bases e estrutura.

⁶⁰ BRITO, Sabrina. Derrubada de estátuas: vandalismo ou reparação histórica? **Veja**. 09 jun. 2020. <https://veja.abril.com.br/brasil/derrubada-de-estatuas-vandalismo-ou-reparacao-historica>. Acesso: em 02. jul. 2024.

⁶¹ LEAL, Bruno. Especialistas comentam derrubada de monumentos e estátuas pelo mundo. **Estadão**. 2020. Disponível em <https://www.cafehistoria.com.br/especialistas-comentam-derrubada-de-estatuas-pelo-mundo/>. Acesso: em 02. jul. 2024.

Devemos recordar que não faz muito tempo que a história oficial deixou de ser a única versão válida. Por mais de um século, o povo brasileiro conviveu e “foi convencido” de nossa história épica. Historiadores, literatos, homens de letras criaram uma narrativa em que personagens e fatos históricos se fundem criando uma teia de significados para seus receptores (Geertz, 1989). Atrelado à narrativa, temos a sua materialidade, que cumpre a função de preservar, ou seja, de não deixar cair no esquecimento tal ideia.

A ressignificação da história épica encontra barreiras também no campo econômico. Quantas pessoas vão, anualmente, a São Paulo e percorrem a rota do Parque do Ibirapuera, cuja maior atração é, sem dúvidas, o Monumento às Bandeiras, que, como dito anteriormente, se destaca na paisagem?⁶².

Além da função política e social, a figura do bandeirante passou a desempenhar também função mercadológica, atraindo turistas e movimentando a economia da cidade. O mesmo acontece em tantas outras cidades do país, nas quais o patrimônio público é explorado pela indústria do turismo. Sendo assim, quantas milhares de cifras não são movimentadas, por exemplo, com a exploração do circuito turístico da Estrada Real?

Nesse cenário, transpor as barreiras e ressignificar a história a partir da derrubada de estátuas e monumentos torna-se uma tarefa pouco provável. Mas, mesmo que viável, seria essa a melhor solução? Não seria mais eficaz e factível a inclusão das tantas vozes silenciadas nesses espaços, de forma a contrapor a história oficial? Afinal, uma substituição pura e simples de uma obra por outra não favorece a continuidade da história vigente, sobretudo se considerarmos que as bases da nova narrativa ainda não estão bem solidificadas quanto a que está posta? Além disso, não correríamos o risco de que esses objetos passem a ser valorizados apenas pelo seu caráter técnico-artístico, em detrimento do sentido simbólico que os conduziu até ali?

Como já mencionado ao longo deste texto, não se trata de uma questão simples de se resolver. Muitas hipóteses foram levantadas e vêm sendo debatidas desde que o patrimônio contestado se tornou pauta central. A possibilidade de se manter o patrimônio opressor e contrapô-lo a partir de outras narrativas é, sem dúvidas, um possível caminho a ser considerado, principalmente se levarmos em consideração algumas dessas indagações aqui levantadas. Derrubar ou simplesmente remover esses objetos de memória dos espaços públicos (no nosso caso) pode, ao final, ter um efeito contrário do esperado. Em outras palavras, o tiro pode sair

⁶² De acordo com a CNN BRASIL, somente entre os meses de janeiro e março de 2025, passaram pelo parque do Ibirapuera, onde se encontra localizado o monumento às bandeiras, 4,1 milhões de visitantes. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/sp/ibirapuera-tem-o-maior-numero-de-visitantes-dos-ultimos-cinco-anos/>. Acesso em: 02 de jul, 2024.

pela culatra. Ao término de tudo, pode ser que, em vez de promovermos justiça às vítimas, acabemos por premiar seus algozes com o prêmio da anistia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo problematizar os usos públicos do passado na construção do mito bandeirante e seu recente questionamento na sociedade brasileira. Como é de conhecimento público, a figura dos homens do planalto de Piratininga ocupa um lugar privilegiado na memória coletiva nacional, na medida em que foram retratados como heróis nacionais pelo seu papel no desbravamento do interior do país.

Elaborada a partir do estado de São Paulo, essa narrativa se tornou oficial e foi apropriada em nível nacional durante toda a primeira metade do século XX. Para tanto, a oligarquia paulistana valeu-se de um grupo de intelectuais orgânicos, que se empenharam em produzir obras de fôlego nas quais a epopéia bandeirante era comparada a outros grandes feitos da humanidade. A associação do passado histórico com o ambicioso projeto das elites paulista produziu uma ideologia Cerri (1997) que se materializou em monumentos, nomes de ruas, avenidas e rodovias e reproduzida nos mais variados suportes impressos e imagéticos, tais como pinturas, livros didáticos e os romances da coleção Saraiva aqui estudados. Nesse sentido, a literatura romanesca, de cunho histórico, foi amplamente mobilizada como instrumento de difusão, junto a um público amplo, da visão mitificada dos paulistas.

Vendidos a preços acessíveis à classe trabalhadora, os romances da Coleção Saraiva contribuíram de maneira decisiva para reforçar o imaginário coletivo acerca do protagonismo bandeirante na história nacional. Ademais, tais obras colaboraram para o silenciamento Pollak (1993) das memórias dos grupos subalternizados, especialmente das populações indígenas, historicamente vitimadas pelas expedições dos homens do planalto de Piratininga.

A versão dos “vencedores”, contudo, sempre foi tensionada pelos grupos que não se enquadraram nessa esta lógica e, mais recentemente, ganhou espaço na historiografia nacional. Assim, dos anos 1990 para cá, os livros didáticos passaram a apresentar as violências cometidas contra os povos originários, de modo a contrapor a versão oficial que, por mais de um século, foi ensinada nas escolas brasileiras. Mais recentemente, essa história sob a perspectiva dos vencedores passou a ser questionada também a partir dos seus locais de memória (Nora, 1990).

Acompanhando movimentos que ecoam em diversos países, grupos ligados à causa indígena, bem como a outros movimentos sociais, têm promovido uma série de ações direcionadas contra monumentos que homenagem os bandeirantes, conforme demonstrado ao longo deste trabalho. Ao picharem e atearam fogo em estátuas e monumentos, tais grupos buscam denunciar a memória que se constitui como oficial, bem como trazer à tona as memórias que, durante muito tempo foram silenciadas e sufocadas. Ou seja, não se trata, simplesmente,

de vandalizar o patrimônio público, mas sim de provocar uma reflexão na sociedade sobre a necessidade de revisão das narrativas históricas presentes nos espaços públicos, com vistas à exigência de retratação e reparação.

Tema polêmico, a derrubada de estátuas e monumentos das vias públicas tem dividido a opinião dos historiadores quanto ao que fazer com que esses “lugares de memória” (Nora, 1993). Ainda que haja consenso sobre a urgência de revisar a história oficial, de modo a incluir a perspectiva dos “vencidos”, os especialistas divergem quanto aos destinos desses monumentos. Essa divisão revela o quanto é necessário fomentar o debate sobre essa questão e sobre os usos e abusos da história nos espaços públicos.

Particularmente, defendemos que a história pública fomente esse debate de forma crítica. Acreditamos que o papel do historiador deve ir além da simples descrição dos fatos, visto que não existe neutralidade em nosso ofício. Dessa forma, defendemos que a visão dos vencidos também esteja presente nos mais diversos espaços das nossas cidades, demarcando e denunciando os embates pela memória. Somente assim, poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: INL, 1976.
- ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante. Cuiabá, EdUFMT, 2019.
- ALCÂNTARA MACHADO. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Melhoramentos, 1929.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ALMEIDA, Maria Regina. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ANDREONI, João Antônio (André João Antonil). **Cultura e opulência do Brasil, (1711)**. 2º Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- ARAUJO, Karina de Anhezini de. **Um metódico à brasileira**: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). Tese de Doutorado – Franca: UNESP, 2006.
- AUGUSTO, Sérgio. As estátuas derrubadas indicam algo maior. **Estadão**, São Paulo, 14 jul. 2020. Cultura. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/analise-as-estatuas-derrubadas-indicam-algo-maior/> Acesso em: 15 jun. 2024.
- BASTOS, Verioni Ribeiro; DA SILVA, Severino Celestino. Preceitos morais: convergência das filosofias religiosas sanata dharma e espiritismo. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 1, n. 3, p. 20-32, 2007.
- BATOCHIO, José Roberto. Borba Gato e a construção do Brasil. **Estadão**, São Paulo, 27 jul. 2021. Colunas. Disponível em: [https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/borba-gato-e-a-construcao-do-brasil/#:~:text=Com%20o%20espírito%20desbravador%20dos%20bandeirantes%2C%20Borba%20Gato,Castelo%20Branco%2C%20de%20cuja%20morte%20acabou%20sendo%20acusoado](https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/borba-gato-e-a-construcao-do-brasil/#:~:text=Com%20o%20espírito%20desbravador%20dos%20bandeirantes%2C%20Borba%20Gato,Castelo%20Branco%2C%20de%20cuja%20morte%20acabou%20sendo%20acusoado.). Acesso em 19 set. 2024.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Publicações Europa-América, 1983.
- BOXER, Charles R. **A idade do ouro no Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CÁCERES, André. O que fazer com estátuas, filmes e livros com discurso de ódio? **Estadão**. São Paulo, 24 jul. 2021. Cultura. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/o-que-fazer-com-estatuas-filmes-e-livros-com-discurso-de-odio/> Acesso em: 11 set. 2024.

CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o " mito da democracia racial": uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, n. 68, p. 140-155, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Livros que inventaram o Brasil**. Novos Estudos Cebrap, v. 37, p. 21-35, 1993.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. A Interculturalidade Crítica como possibilidade para um diálogo sobre as territorialidades no Brasil. **Tellus**, p. 85-101, 2017.

CERRI, Luís Fernando. **A ideologia da paulistanidade**. Editora Cone Sul, 1997.

CHARTIER, Roger. "O Mundo Como Representação" In: **Estudos Avançados**, USP, São Paulo, vol. 11, n. 5, 1991.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

DA SILVA, Ana Célia. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. **Memória e formação de professores**, p. 87-101, 2007.

DAVIDOFF, Carlos. **Bandeirismo, verso e reverso**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

DE MELLO, Laura. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. **Revista de História**, n. 142-143, p. 261-276, 2000.

DE MONTOYA, Antonio Ruiz. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. 2. Ed. Martins Livreiro Editor, 1997.

DE QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. **Revista Usp**, n. 13, p. 78-87, 1992.

DIÓGINES, Juliana. Dois monumentos e o prédio da secretaria de educação amanhecem pichados. **Estadão**, São Paulo, 30 set. 2016. Notícia. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/há-paulo/borba-gato-e-outros-bandeirantes-foram-transformados-em-herois-por-movimento-politico-há-100-anos/> Acesso em: 19 jul. 2024.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

DUALIBI, Roberto. Monumento ao Vandalismo. **Estadão**, São Paulo, 16 mai. 2015. Colunas. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/monumento-ao-vandalismo/> Acesso em: 15 jun. 2024.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **O Bandeirismo paulista e o recúo do meridiano**: pesquisas nos documentos quinhentistas e setecentistas publicados pelos governos estadual e municipal. Brasileira, 1934.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano**. Brasileira, 1936.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **Raça de gigantes**: a civilização no planalto paulista: estudo da evolução racial anthropológica e psicológica do paulista dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, e das mesologias física e social do planalto paulista. Editora – São Paulo, 1926.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I. Vol. I. São Paulo, DIFEL, 1963.

EM REABERTURA, MUSEU DO IPIRANGA RETRATA O BANDEIRANTE ‘VIOLENTO’ E ‘ESCRAVIZADOR’. **Estadão**, São Paulo, 2 set. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/por-que-o-museu-do-ipiranga-traz-nova-visao-sobre-bandeirantes-paulistas-entenda/> Acesso em: 20 set. 2024.

EUA removem estátuas de confederados em meio a debates. **Estadão**, São Paulo, 08 set. 2021. Notícia. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/eua-removem-estatuas-de-general-confederado-em-meio-a-debates-sobre-racismo/> Acesso em: 08 set. 2024.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Barros. **Borba Gato**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1955.

FERRETTI, Danilo Jose Zioni. **A construção da paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)**. Tese (Doutorado em história social) – Departamento de história, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

FONTES, Ofélia; FONTES, Narbal. **O gigante de botas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1961.

FRAN, André. Pode queimar estátua de racistas? **Estadão**. São Paulo, 20 set, 2021. Colunas. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/andre-fran/pode-queimar-estatuas-de-racistas/> Acesso em: 20 set. 2024.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Bandeiras e bandeirantes de São Paulo. **Brasília**, 1940.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **REPECULT-Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura** (<https://doi.org/10.29327/222332>)-Qualis B1., v. 1, n. 1, p. 3-23, 2016.

FREITAS, André Luiz Ranucci. **Quebra das estátuas**: possibilidades de uma (re) escrita decolonial e pública da História. Niterói, UFF, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A cultura brasileira e a construção da mitologia bandeirante. *In: Ideias*, Ano 2, Num. 1. Campinas, UNICAMP, 1995.

GARDNER, James B. Trust, Risk and Public History: A View from the United States. **Public History Review**, v.17, p.52-61, 2010.

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. *In: GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. cap. 2, p. 25-39.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 28, p. 211-228, 2015.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 79-91, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do Cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 200. Caderno 12.

GRECCO, G. de L. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10546>. Acesso em: 10 out. 2023.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva, tradução: Lautent Léon Schaffter, São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1990.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Edusp, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. Editora Companhia das Letras. 2013.

HUNT, Lynn (Org). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes Santiago. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 52, 2015.

KOSELLECK, Reinhart, *et al.* **O conceito de história**. São Paulo: Autêntica, 2013.

KRUSE, Tulio. Ataque a Borba Gato: Direita fala em terrorismo e Esquerda em exemplo. **Estadão**, São Paulo, 24 jul. 2021. Política. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/ataque-a-borba-gato-direita-fala-em-terrorismo-e-esquerda-em-exemplo/> Acesso em: 15 set. 2024.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: O conceito antropológico de cultura**. Rio de Janeiro: Copyright 14 ed. 2001. p. 96.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? O Público e seus passados. *In: Introdução à História Pública*. (Org) – Juniele Rabêlo de Almeida, Marta Gouveia de Oliveira Rovai. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

LORE, Ítalo. Porque o museu do Ipiranga traz nova visão sobre bandeirantes paulistas? Entenda. *Estadão*, São Paulo, 01 set. 2022. Notícia.

LOVE, Joseph LeRoy. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937.** (No Title), 1982.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, v. 37, p. 135-154, 2017.

MALUF, Marina. Caminhos e fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista de História*, n. 122, p. 17-46, 1990.

MARINS, Paulo César Garcez. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 44, p. 77-104, 2007.

MARINS, Paulo César Garcez. Uma personagem por sua roupa: o gibão como representação do bandeirante paulista. *Tempo*, v. 26, p. 404-429, 2020.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MEDRANO, Mariana de Cássia. **Ofélia e Narbal Fontes na História da Literatura Infantil e Juvenil brasileira: um estudo de O gigante de botas (1941).** TCC (Graduação em Pedagogia) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2021.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do brasil”: identidade, memória e história pública. *Tempos Históricos*, v. 20, n. 1, p. 218-240, 2016.

MINIUCI, Geraldo. Borba Gato em Chamas: e a História? *Estadão*, São Paulo, 26 jul. 2021. Blogs. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/direito-e-sociedade/borba-gato-em-chamas-e-a-historia/> Acesso em: 15 set. 2024.

MONTEIRO, John. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. *In*: NOVAES, Aduino (org.). **A outra margem do ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MONTEIRO, John. **Negros da terra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Monumento às Bandeiras é pinchado 2 vezes em 24h. *Estadão*, São Paulo, 08 out. 2013. Notícia. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/monumento-as-bandeiras-e-pinchado-2-vezes-em-24h/#:~:text=Um%20dos%20mais%20famosos%20cartões-postais%20de%20São%20Paulo%2C,terras%20índigenas%20e%20passa%20para%20o%20Congresso%20Nacional> Acesso em: 12 jun. 2013.

MOOG, Viana. **Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MORAES, Monica Isabel de. **O historiador bandeirante.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2024.

NETTO, Paulo Roberto. Deputada Estadual protocola projeto para remover estátuas escravocratas em São Paulo. **Estadão**, São Paulo, 24 jun. 2020. Blogs. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/deputada-estadual-protocola-projeto-para-remover-estatuas-de-escravocratas-em-sao-paulo/> Acesso em: 08 set. 2024.

NEVES, Deborah; FERREIRA, Flávio de Leão Bastos. Borba Gato e a emergência do passado no presente. **Estadão**, São Paulo, 25 jul. 2021. Blogs. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/borba-gato-e-a-emergencia-do-passado-no-presente/> Acesso em: 15 set. 2024.

NOIRET, Serge et al. História Pública Digital | Digital Public History. **Liinc em Revista**, v. 11, n. 1, 2015.

NUNES, Mônica Cristina Nascimento *et al.* **O sertão romântico**: leitura de O Sertanejo, de Alencar, e de Inocência, de Taunay. 2014.

O ESTADO DE S. PAULO. Lei de Olinda proíbe monumentos que celebrem escravidão e ditadura militar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 jul. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/lei-olinda-proibe-monumentos-escravidao-ditaduramilitar/#:~:text=Vereadores%20de%20Olinda%2C%20em%20Pernambuco%2C%20aprovaram%20uma%20lei,de%20personagens%20históricos%20que%20remetam%20a%20esses%20períodos.> Acesso em: 20 set. 2024.

O ESTADO DE S. PAULO. Monumento às Bandeiras e estátua do Borba Gato amanhecem pichados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 ago. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/monumento-as-bandeiras-e-estatuado-borba-gato-amanhecem-pichados/>. Acesso em: 15 set. 2024.

O que fazer com as estatuas da época colonial? **Estadão**, São Paulo, 20 jun. 2020. Blogs. Disponível em: https://www.estadao.com.br/sao-paulo/estatuas-racistas-devem-ser-derrubadas-veja-o-que-dizem-historiadores/?srsltid=AfmBOorEz32z_MJb33oPae8uFlh6Za4oHjkbqHYCJP6NhNQ4uqbYysa Acesso em: 15 jun. 2024.

Olinda proíbe monumentos a escravocratas e ditadores militares. **Estadão**, São Paulo, 17 fev. 2022. Coluna. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/lei-olinda-proibe-monumentos-escravidao-ditadura-militar/?srsltid=AfmBOoqUbnR8y41VldliTuuDY16yk0LY5ey-Xg7w4Q1F0n6CbVWNMxdF> Acesso em: 15 jun. 2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cavalcante de. Affonso de E. Taunay e a construção da memória bandeirante. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 387. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1995.

PACHECO NETO, Manuel. **Heróis nos livros didáticos**: bandeirantes paulistas. 1. ed. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

PAIVA, Marcelo Rubens. Bandeirantes assassinos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/marcelo-rubens-paiva/bandeirantes-assassinos/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

PANTA, Mariana; PALLISSER, Nikolas. Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 195, p. 116-127, 2017.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Desenvolvimento das ciências sociais na América Latina e a contribuição europeia: o caso brasileiro', *Ciência e Cultural*, 4: 378-88.(1992) 'Ufanismo paulista: vicissitude de um imaginário'. **Revista USP**, v. 13, p. 78-87, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 2, p. 256-266, 2014.

PISCILA, Mengue. Borba Gato e outros Bandeirantes foram transformados em “heróis” por movimento político há 100 anos. **Estadão**. São Paulo, 27 jul. 2021.

PISCILA, Mengue. Restauro de estatua de Borba Gato será pago por empresário, diz prefeito de São Paulo. **Estadão**, São Paulo, 26 jul. 2021. Notícia. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/restauro-da-estatua-a-borba-gato-sera-pago-por-empresario-diz-prefeito-de-sao-paulo/> Acesso em: 18 set. 2024.

PIUBEL, Thays Merolla; MELLO, Rafaela Albergaria. Patrimônios sensíveis, ensino de História e disputas de memória: fissurando o “mito bandeirante”. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 19, p. 53-76, 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6º ed, Editora Brasiliense, 1985.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Revista Tempo E Argumento**, v. 13, n. 34, p. e0201-e0201, 2021.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste**. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1970.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil**. 2 vols. 1ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1942.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira (et al.) **Coleção História do Tempo Presente**, v. 2, 2020.

ROVAI, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, p. 185-196, 2018.

SANT' ANA, Emílio. Estátua de Borba Gato é incendiada em São Paulo. **Estadão**. São Paulo, 24 jul. 2021. Notícia. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/sao-paulo/manifestantes-atteam-fogo-na-estatua-de-borba-gato-em-sao-paulo/>> Acesso em: 11 set. 2024.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. / Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida, Ricardo Santhiago, (organizador). São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

SANTHIAGO, Ricardo. **Pode-se falar de uma história pública brasileira? Que história pública queremos?** / Organizadores: Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago, Viviane Trindade Borges. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018. p. 323-330.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da História. In: **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. / Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida, Ricardo Santhiago, (organizador). São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 37-46.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Os paulistas e os outros: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 57, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/30071>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

SETÚBAL, Paulo. **O sonho das esmeraldas**. BoD-Books on Demand, 2024.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Jordanna Fonseca *et al.* **Quando o Anhanguera cruza Goiás: o Monumento aos Bandeirantes na nova capital**. 2020.

TAMASO, Izabela. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade. **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, p. 21-45, 2012.

TAUNAY, Afonso. **História geral das bandeiras paulistas**. São Paulo: Tipografia Ideal, 1924.

TAUNAY, Afonso. **História geral das bandeiras paulistas: Tomo III**. São Paulo: Tipografia Ideal, 1929.

TAVARES, Emília Querino. **Discurso, identidade e Nordeste: uma análise dos verbetes paraíba e baiano em dicionários de língua portuguesa**. 2018.

VEIGA, Édson. Um dia intenso para o “Monumento às Bandeiras”. **Estadão**, São Paulo, 03 out. 2013. Blogs. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/sao-paulo/edison-veiga/duas-entrevistas-o-filho-de-brecheret-e-o-pichador-do-monumento-as-bandeiras/>> Acesso em: 12 jun. 2024.

VELLOSO, Mônica. A brasilidade verde e amarela: nacionalismo e regionalismo Paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

VELLOSO, Mônica. A literatura como espelho da nação. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988.

VIEIRA, Andreza da Silva. **A vila de São Paulo de Piratininga e a gênese de uma nova identidade (1562-1640)**. 2024. 269 f. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2024, Maringá, PR.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste no Brasil, 1719- 1819**. São Paulo/Brasília: HUCITEC/INL, 1987.

VOLPATO, Luiza. **Entradas e Bandeiras**. São Paulo: Global, 1991.

WALDMAN, Thais Chang. A São Paulo dos Prados. Ponto Urbe. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 13, 2013.

WALDMAN, Thais Chang. Os bandeirantes ainda estão entre nós: reencarnações entre tempos, espaços e imagens. Ponto Urbe. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 25, 2019.

ZACHARIAS, Brenda. Entendam que foram os Bandeirantes e porque eles são homenageados em São Paulo. **Estadão**. São Paulo, 23 jul. 2020. Reportagem especial. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/entenda-quem-foram-os-bandeirantes-e-por-que-eles-sao-homenageados-em-sao-paulo/> Acesso em: 15 jun. 2024.

ZACHARIAS, Brenda. Estátuas racistas devem ser derrubadas? Veja o que dizem historiadores. **Estadão**, São Paulo, 23 jun. 2020. Reportagem especial. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/estatuas-racistas-devem-ser-derrubadas-veja-o-que-dizem-historiadores/> Acesso em: 15 jun. 2020.